

# *ARQUIVO DISTRIAL DE SANTARÉM*

**2024: 12/12**

*Estudos de património documental*

JANEIRO 2025



**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

CULTURA

DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E  
DAS BIBLIOTECAS



## Índice

Índice .....	3
Ficha técnica.....	4
Apresentação .....	5
Siglas e abreviaturas.....	6
DOCUMENTOS EM DESTAQUE.....	7
JAN '24: Os expostos de Santarém e os seus nomes (IF/LL).....	9
FEV '24: Róis de Confessados - S. Miguel de Rio Torto, Abrantes (RA).....	17
MAR '24: Maria Alzira Proença Simões (1923-2013) (RA).....	25
ABR '24: Anteprojecto do Museu de Santarém (RA).....	29
MAI '24: Liquidação das Associações de Classe (LL/RA).....	35
JUN '24: Fornecimento à Colónia Balnear da Nazaré, 1941 (RA) .....	41
JUL '24: “LOUREX”: A Indústria têxtil em Minde no séc. XX (LL/FR) .....	49
AGO '24: Pedro de Azevedo (1869-1928) (IF/LL/RA) .....	59
SET '24: A primeira Filarmónica da Chamusca (1853) (LL/RA).....	65
OUT '24: Manuel Rodrigues (1538) Tabelião de Coruche (IF/LL/RA).....	69
NOV '24: Óbitos de Atalaia (V.N. Barquinha) 1548-1742 (LL/RA).....	71
DEZ '24: Atas da Comissão Administrativa e da Direcção do Círculo Cultural Scalabitano (1954-1957) (RA) .....	79
ESTUDOS.....	87
Sociedades de Comércio e Indústria em Minde .....	89
As Filarmónicas da Chamusca .....	91
O tabelião de Coruche .....	93
Orfeão Scalabitano. Relatório Proença Duarte .....	95
VÍDEOS .....	97
Colónia Balnear da Nazaré, 1941 .....	99
70.º Aniversário do CCS .....	101
EXPOSIÇÕES VIRTUAIS.....	103
OUTRAS PUBLICAÇÕES .....	107
ADSTR. Catálogo Bibliográfico .....	109
Escritura de doação, Sardoal 1795 .....	111

## Ficha técnica

Título: ARQUIVO DISTRITAL DE SANTARÉM. 2024: 12/12. ESTUDOS DE PATRIMÓNIO DOCUMENTAL

Produtor: Arquivo Distrital de Santarém

Autor: Leonor Lopes (LL) (coord. científica)

Autor: Ricardo Aniceto (RA) (coord. científica e editorial)

Colaboradores: Isabel Fortunato (IF); Fernanda Reis (FR)

Classificação: 900.20.201 - Edição e publicação de conteúdos

Descritores: Distrito de Santarém; documentos; edição de fontes, história local

Data: 31 de janeiro de 2024

Formato de dados: Texto (docx), PDF

Estatuto de utilização: acesso público

Relação: versão 1

© DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS. ARQUIVO DISTRITAL DE SANTARÉM, 2025

Capa: © Pormenor do alçado principal planejado do anteprojeto e pormenores do Museu de Santarém, de Sabino Luís Martins Corrêa.

## Apresentação

Os arquivos distritais são arquivos de âmbito regional com atribuições específicas no território em que se inserem. Visam a promoção do conhecimento, a fruição do património informacional e a garantia dos direitos do Estado e dos cidadãos. Responsáveis pela preservação da memória a nível regional, revelam-se estruturas fundamentais enquanto núcleos de desenvolvimento cultural e garantia do exercício dos direitos de cidadania. Mais do que repositórios e instituições tutelares da memória do passado, são instrumentos fundamentais de gestão, preservação e conservação do património informacional do país.

Cabe-lhes, entre outras, a missão de desenvolver ferramentas pró-ativas de gestão da memória futura, a promoção do conhecimento e a fruição do património arquivístico de que são depositários, bem como do existente na respetiva área geográfica de intervenção, autonomamente ou em colaboração com outras entidades. A publicação que agora se dá à estampa procura cumprir este desiderato.

Nestas páginas, o leitor encontrará estudos diversos sobre o património documental do Arquivo Distrital de Santarém e que foram publicados no decorrer do ano de 2024.

**2024: 12/12** expressa a alavanca desta antologia. Nela se reproduzem, com melhorada revisão, os estudos sobre documentos que mensalmente são preparados para figurarem na dinâmica do “*Documento em destaque*” e publicados na nossa [página web](#) e no [facebook](#).

Goza do virtuosismo de reunir numa mesma publicação estudos dispersos. A estes artigos agregámos a remissão para outras publicações produzidas, assim como para exposições virtuais e vídeos de promoção documental.

Boa leitura!

Santarém, 31 de janeiro de 2025

Leonor Lopes

Ricardo Aniceto

## Siglas e abreviaturas

**01CNCCCH** - Cartório Notarial de Coruche (1.º Ofício)

**02CNTNV** - Cartório Notarial de Torres Novas (2.º ofício)

**03CNCHM01** - Cartório Notarial da Chamusca (3.º ofício)

**05CNSRD** - Cartório Notarial do Sardoal (5.º ofício)

**AC** - Administração Central

**ACD** - Administração Central Desconcentrada

**ACL** - Associações de Classe

**ADSTR** - Arquivo Distrital de Santarém

**AL** - Administração Local

**AMABT** - Arquivo do Município de Abrantes

**AMAS** - Arquivo Municipal Alberto Sampaio

**AMB** - Associação dos Marítimos de Benavente

**AMBNV** - Arquivo do Município de Benavente,

**AMCA** - Associação dos Manufatores de Calçado de Abrantes

**AMTNV** - Arquivo do Município de Torres Novas

**AMVT** - Associação de Municípios de Vale do Tejo

**ANTT** - Arquivo Nacional da Torre do Tombo

**ASS** - Arquivos de Associações

**ATCC** - Associação de Trabalhadores da Construção Civil

**ATIM** - Associação de Trabalhadores da Indústria dos Metais

**CCS** - Círculo Cultural Scalabitano

**CMSTR** - Câmara Municipal de Santarém

**CNACN** - Cartório Notarial de Alcanena

**CPR** - Conselho Provincial do Ribatejo

**CRCLSB3** - 3.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa

**DG** - Diário do Governo

**f.** - fólio

**FR** - Fernanda Reis

**GCSTR** - Governo Civil de Santarém

**IF** - Isabel Fortunato

**JCCP** - Junta Central das Casas do Povo

**JPR** - Junta de Província do Ribatejo

**LACC** - Luiza Andaluz Centro de Conhecimento

**liv.** - livro

**LL** - Leonor Lopes

**LSB** - Liceu Sá da Bandeira

**mm** - milímetros

**MOL** - Montepio Operário das Lapas

**ms.** - manuscrito

**MSTR** - Município de Santarém

**MVNF** - Município de Vila Nova de Famalicão

**NOT** - Arquivos Notariais

**num.** - numerado

**PABT12** - Paróquia de São Miguel de Rio Torto

**PRQ** - Arquivos Paroquiais

**PSTR20** - Paróquia de São Nicolau, Santarém

**PSTR21** - Paróquia de Salvador, Santarém

**PT** - Portugal

**PVNB01** - Paróquia de Atalaia [Vila Nova da Barquinha]

**RA** - Ricardo Aniceto

**RC** - Registo Civil

**v.** - verso

**vol.** - volume

**2024:12/12**  
**DOCUMENTOS EM DESTAQUE**



JAN '24: Os expostos de Santarém e os seus nomes (IF/LL)

7 de Janeiro de 1863 N.º 2 +  
Nos sete dias de mês de Janeiro, do anno de mil, oito cen-  
tos, sessenta e tres, nesta Igreja Parochial de São Nicolau, Adelaide  
filha desta Villa de Santarém, concelho da mesma Villa dos Reis  
diocese de Lisboa baptizei solemnemente um indi-  
viduo do sexo feminino a quem dei o nome de *Falbeco*  
Adelaide dos Reis exposta na Roda desta Villa *21<sup>ma</sup>*  
no dia seis de corrente mez ás sete horas da noi-  
te. Foi padrinho Augusto Duarte, assistente moro.

[PT/ADSTR/PRQ/PSTR20/001/0003 \(m0003\)](#)

d'esta Igreja e madrinha Jeronima Maria  
casada, uma da Roda os quaes se seram os  
proprios. E para constar havia em de pbrado  
este assento, que depois de ser lido e confuido  
perante os padrinho, commigo e assignou o  
padrinho. Em ut supra.  
O padrinho Augusto Duarte  
O Parocho  
Jose Brito da Silva

[PT/ADSTR/PRQ/PSTR20/001/0003 \(m0004\)](#)

**1863, janeiro, 7 - S. Nicolau, Santarém**

Registo de batismo de Adelaide dos Reis, exposta na Roda de Santarém no dia 6 de janeiro (Dia de Reis).

Fonte: Portugal. Arquivo Distrital de Santarém. Paróquia de S. Nicolau: *Registo de batismos*, liv. 3, f. 1-1v. [[PT/ADSTR/PRQ/PSTR20/001/0003](#)].

Notas: Assento n.º 2 do ano de 1863. Tem averbado o falecimento.

## 1. AS RODAS DOS EXPOSTOS DE SANTARÉM

Os expostos, ou enjeitados, eram crianças, na sua maioria recém-nascidas, abandonadas pelos seus progenitores; filhos de pais incógnitos que não os podiam criar, por pobreza, ou por serem fruto de uma relação proibida.

Em Portugal, o abandono de crianças foi objeto de preocupação desde o século XIV.

O Hospital de Nossa Senhora dos Inocentes de Santarém foi, de acordo com Fátima Reis (2001), o segundo hospital destinado ao amparo de enjeitados no país. Havia sido criado por iniciativa da Rainha Santa Isabel e de D. Martinho, bispo da Guarda, por volta de 1321. Situava-se junto à Porta de Leiria, perto do local onde hoje se encontra a igreja de Nossa Senhora da Piedade. Em 1485 foi integrado no Hospital Real de Jesus Cristo.

O abandono de recém-nascidos, sempre devedor do assistencialismo da Igreja e do Estado, tornou-se um problema social que carecia de regulamentação. Assim, no séc. XVIII houve necessidade de legislar sobre a matéria, sendo particularmente importante a circular de 24 de maio de 1783, do Intendente da Polícia do Reino, Pina Manique, aos provedores da comarca, que generalizou e institucionalizou as Rodas em todas as vilas:

*«em cada uma das vilas dela estabelecerá uma casa em que haja um lugar em que se possam expor as crianças sem que se conheça quem as leva, destinando uma pessoa com o mesmo salário que se costuma dar às das albergarias, para a toda a hora do dia e da noite receber os enjeitados que ali se forem expor (...) o que tudo será satisfeito pelos rendimentos aplicados nas câmaras para semelhante fim».*

Mais tarde, em 1836, Passos Manuel impôs algumas alterações, uniformizou o serviço de expostos, fazendo cessar as competências das Misericórdias e atribuiu-as às Juntas de Distrito e às Câmaras Municipais, o que vigorou até 1867.

Em Santarém, a Roda estava inicialmente situada no edifício do Hospital de Jesus Cristo, fundado por João Afonso, situado num espaço definido pelas atuais ruas de João Afonso, travessa da Roda e o chamado Canto da Cruz.

Supõe-se que, por volta de 1753, a Roda terá passado para o Convento das Capuchas, como o atesta a inscrição na parte superior da roda ainda aí existente.

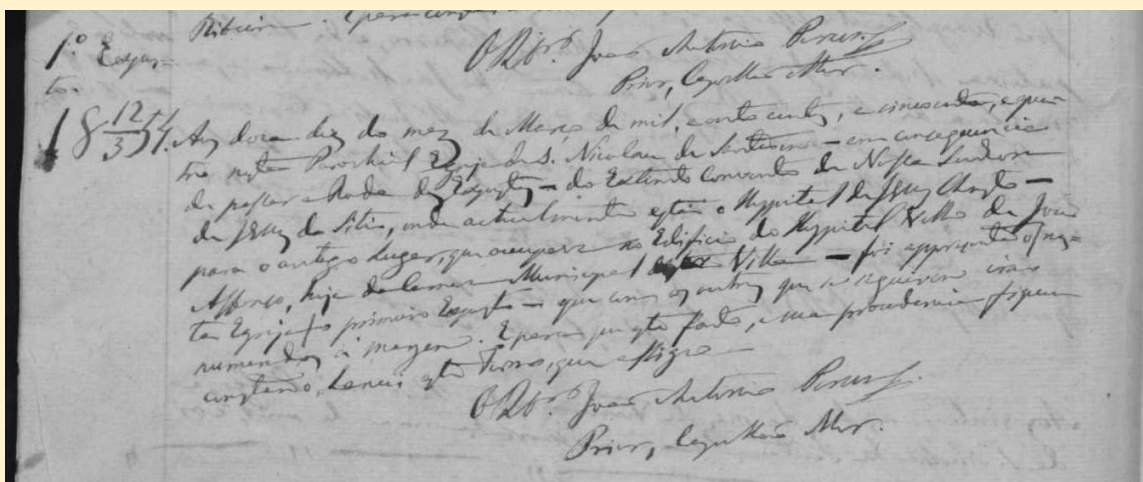


LACC-CAPUCHAS-RODA1

Em 1834 passa, com o Hospital, para o Convento do Sítio, no atual Largo Cândido dos Reis. A partir de 1854 volta novamente para o antigo edifício do Hospital, conhecido por Hospital Velho, entretanto adquirido pela Câmara Municipal de Santarém.

Por força do decreto de 19 de setembro de 1836, cabia à Câmara Municipal de Santarém a arrecadação das rendas e a despesa com a criação dos expostos, com comparticipação da Junta Geral de Distrito.

Os batismos passaram a ser realizados na Paróquia de S. Nicolau. O primeiro registo de batismo de um exposto data de 12 de março de 1854 e diz respeito a Benvinda, Assento 1.º Exposto, n.º 294/1854 ([PT/ADSTR/PRQ/PSTR20/001/0001; m0105-106](#)).



[PT/ADSTR/PRQ/PSTR20/001/0001](#)

A Roda era um cilindro giratório, parcialmente aberto e embutido na parede. Na parte inferior era colocada a criança e tocada uma campainha ou sineta que alertava do outro lado para a sua presença, para que recebesse cuidados, mantendo assim o anonimato do depositante.

Geralmente, as crianças eram deixadas na Roda com pequenos sinais (medalhas, fitas de tecido, peças de roupa e pequenos bilhetes), com o intuito de, mais tarde, esses mesmos atributos auxiliarem na identificação e possível recuperação das mesmas.



[LACC-CAPUCHAS-RODA2](#)

O Decreto de 21 de novembro de 1867 aboliu oficialmente a roda de admissão anónima e a sua substituição por hospícios destinados a crianças expostas, abandonadas e indigentes, mas de admissão controlada.

O primeiro regulamento relativo ao distrito de Santarém só foi aprovado e publicado em 1872. As Rodas foram reduzidas a 4: Abrantes, Salvaterra de Magos, Santarém e Tomar, esta última logo extinta em 1873.

## 2. O BATISMO DOS EXPOSTOS E OS SEUS NOMES

No ato do batismo, representando este a salvação da alma e a purificação do corpo, a atribuição do nome não era desprovida de simbolismo.

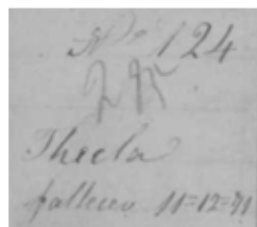
As crianças expostas só raramente tinham apelido, a não ser a pedido do depositante, em bilhete que acompanhava as crianças. Todavia, nem sempre era respeitado. O nome próprio era atribuído pelo padre ou pelos padrinhos.

As madrinhas eram frequentemente as rodeiras ou amas da Roda e os padrinhos indivíduos com funções na igreja, como o sacristão ou o tesoureiro, ou ainda locais disponíveis para participar no ato do batismo, visto pela sociedade como um ato de compaixão e bondade.

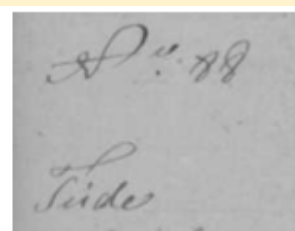
Considerando que o nome gera uma individualidade e diferencia o seu portador no interior de uma família ou de uma comunidade, no batismo de expostos, essa diferenciação resultava, já que raramente possuíam nome de família, na atribuição de nomes fora do comum, muitas vezes de referência religiosa, estranhos, senão ridículos. Nomes que, muito embora facilitassem a posterior identificação do indivíduo, também o associavam à Roda, refletindo socialmente uma conotação discriminatória ao qual se juntava, se tal não bastasse, o epíteto de “exposto” ou “enjeitado”. Por vezes, o nome adotado era o do padrinho ou da madrinha, como também era comum em crianças não expostas.

Da leitura dos registos de batismo da paróquia de S. Nicolau de Santarém, de 1871, constata-se que, dos 150 expostos, 83 tiveram o mesmo padrinho, Maximiano Inácio Gomes, e a 11 deles foi atribuído o nome deste (Maximiano). Eis alguns nomes de expostos em registos de batismo referentes aos anos de 1870-1872 ([PT/ADSTR/PRQ/PSTR20/001/0005](#)):

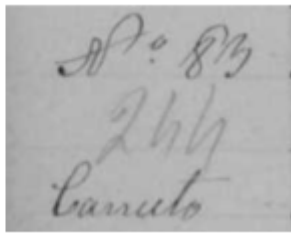
**Thecla**  
(Ass. 124/1871, m0110-m0111)



**Teide**  
(Ass. 88/1871, m0096)

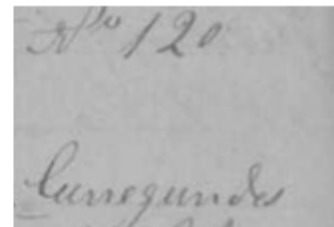


**Canuto**  
(Ass. 83/1871, m0094)



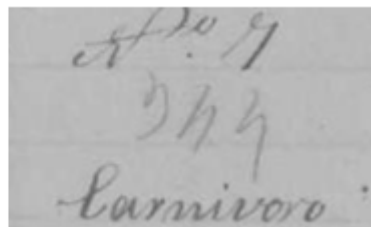
A handwritten label on lined paper. The top line reads "N.º 83", the middle line reads "244", and the bottom line reads "Canuto".

**Cunegundes**  
(Ass. 120/1871, m0109)



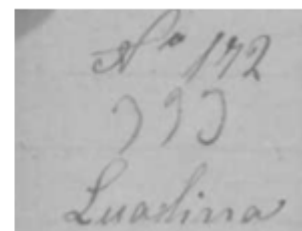
A handwritten label on lined paper. The top line reads "N.º 120", the middle line reads "244", and the bottom line reads "Cunegundes".

**Carnívoro**  
(Ass. 7/1872, m0135)



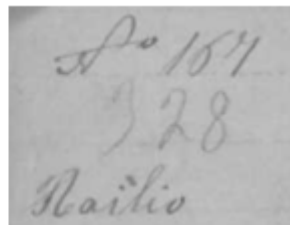
A handwritten label on lined paper. The top line reads "N.º 7", the middle line reads "244", and the bottom line reads "Carnívoro".

**Lualina**  
(Ass. 172/1871, m0130-m0131)



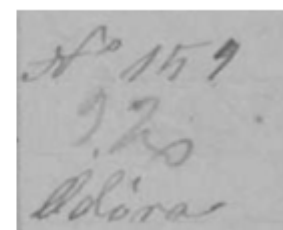
A handwritten label on lined paper. The top line reads "N.º 172", the middle line reads "244", and the bottom line reads "Lualina".

**Railio**  
(Ass. 167/1871, m0128-m0129)



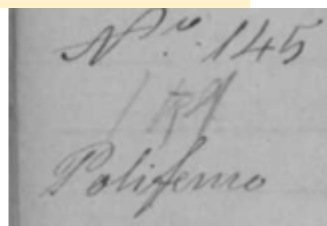
A handwritten label on lined paper. The top line reads "N.º 167", the middle line reads "228", and the bottom line reads "Railio".

**Odôra**  
(Ass. 159/1871, m0125)



A handwritten label on lined paper. The top line reads "N.º 159", the middle line reads "244", and the bottom line reads "Odôra".

**Polifemo**  
(Ass. 145/1870, m060).



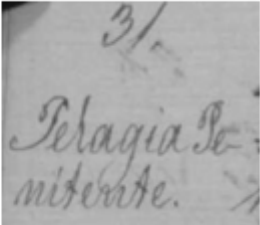
A handwritten label on lined paper. The top line reads "N.º 145", the middle line reads "171", and the bottom line reads "Polifemo".

A adoção de nomes compostos também é frequente, como é disso exemplo a visada no documento que apresentamos. Em muitos casos, a segunda parte do nome foi adotada como apelido.

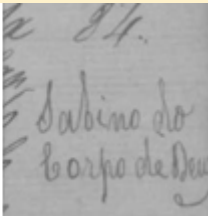
São conhecidos os casos dos Santos, do Nascimento, de Deus, do Espírito Santo como apelidos adotados por famílias de expostos.

Vejamos outros exemplos referentes aos anos de 1863 ([PT/ADSTR/PRQ/PSTR20/001/0003](#)), e de 1865 a 1867 ([PT/ADSTR/PRQ/PSTR20/001/0004](#)):

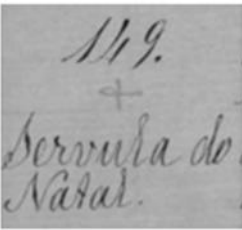
**Pelágia Penitente**  
(Ass. 31/1867, m0100-m0101)

A small rectangular snippet of a handwritten document. At the top, the number '31' is written. Below it, the name 'Pelágia Penitente' is written in cursive script.

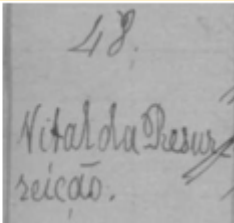
**Sabino do Corpo de Deus**  
(Ass. 84/1867, m0117-m0118)

A small rectangular snippet of a handwritten document. At the top, the number '84' is written. Below it, the name 'Sabino do Corpo de Deus' is written in cursive script.

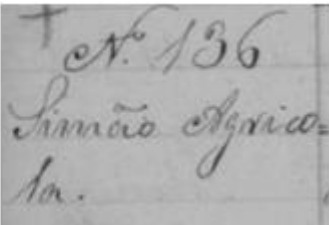
**Sérvula do Natal**  
(Ass. 149/1865, m0042)

A small rectangular snippet of a handwritten document. At the top, the number '149' is written. Below it, the name 'Sérvula do Natal' is written in cursive script.

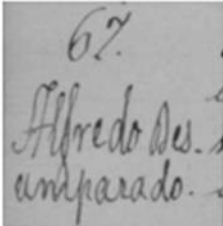
**Vital da Ressurreição**  
(Ass. 48/1867, m0106)

A small rectangular snippet of a handwritten document. At the top, the number '48' is written. Below it, the name 'Vital da Ressurreição' is written in cursive script.

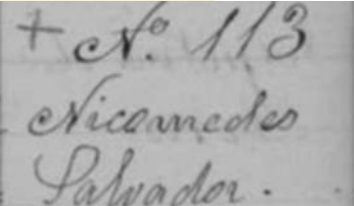
**Simão Agrícola**  
(Ass. 136/1863, m0082)

A small rectangular snippet of a handwritten document. At the top, the number '136' is written. Below it, the name 'Simão Agrícola' is written in cursive script.

**Alfredo Desamparado**  
(Ass. 67/1867, m0112)

A small rectangular snippet of a handwritten document. At the top, the number '67' is written. Below it, the name 'Alfredo Desamparado' is written in cursive script.

**Nicomedes Salvador**  
(Ass. 113/1863, m0069)

A small rectangular snippet of a handwritten document. At the top, the number '113' is written. Below it, the name 'Nicomedes Salvador' is written in cursive script.

Apenas após a aplicação do art.º 149 do Código do Registo Civil de 1911, os expostos passaram a ter um nome próprio e sobrenome, escolhidos de modo que se evitassem quaisquer referências ao seu aspeto físico, ao local de onde provinham e a apelidos conhecidos na região, assim como nomes estranhos ou ridículos que os discriminassem como expostos.

### 3. ONDE ENCONTRAR BATISMOS DE EXPOSTOS DA RODA DE SANTARÉM

São conhecidos registos de batismo de expostos do Hospital Real de Jesus Cristo de Santarém desde 1817, conservados na Torre do Tombo.

No Arquivo Distrital de Santarém encontram-se registos mais recentes (séc. XIX-XX), nos fundos documentais do Hospital de Jesus Cristo de Santarém e da Paróquia de S. Nicolau.

Para datas anteriores a 1817 pode recorrer-se ao Registo de Expostos existente no Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Santarém, com documentação desde 1624.

Arquivo	Fundo	Código de referência	Datas
Torre do Tombo	<a href="#">Hospital Real</a>	PT/TT/PRQ/PSTR38	1817-1845
Arquivo Distrital de Santarém	<a href="#">Hospital de Jesus Cristo de Santarém</a>	PT/ADSTR/CON/HJCSTR	1845-1854
Arquivo Distrital de Santarém	<a href="#">Paróquia de S. Nicolau de Santarém</a>	PT/ADSTR/PRQ/PSTR20	1854-1911

## BIBLIOGRAFIA

### Unidades de descrição relacionadas:

Portugal. Arquivo Distrital de Santarém. Junta Geral de Distrito [1856-1936].

Portugal. Arquivo Distrital de Santarém. Governo Civil de Santarém, 1835-1953. [Em linha]. [Consult. 30 jan. 2025]. Disponível na internet: <https://digitarq.adstr.arquivos.pt/details?id=1043997>

Portugal. Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Santarém: *Registo de expostos*, 1691-1839, 1841-1855; *Registo de expostos, Documentos de notariado*, 1624-1625, 1664-1665, 1780-1858; *Registo de expostos, Cabeção das sisas*, 1824-1833.

### Fontes documentais:

Portugal. Arquivo Distrital de Santarém. Paróquia de S. Nicolau de Santarém: *Registo de batismos*, liv. 1. [PT/ADSTR/PRQ/PSTR20/001/0001]. [Em linha]. [Consult. 30 jan. 2025]. Disponível na internet: <https://digitarq.adstr.arquivos.pt/details?id=1005035>

Portugal. Arquivo Distrital de Santarém. Paróquia de S. Nicolau de Santarém: *Registo de batismos*, liv. 2. [PT/ADSTR/PRQ/PSTR20/001/0002]. [Em linha]. [Consult. 30 jan. 2025]. Disponível na internet: <https://digitarq.adstr.arquivos.pt/details?id=1006357>

Portugal. Arquivo Distrital de Santarém. Paróquia de S. Nicolau de Santarém: *Registo de batismos*, liv. 3. [PT/ADSTR/PRQ/PSTR20/001/0003]. [Em linha]. [Consult. 30 jan. 2025]. Disponível na internet: <https://digitarq.adstr.arquivos.pt/details?id=1006358>

Portugal. Arquivo Distrital de Santarém. Paróquia de S. Nicolau de Santarém: *Registo de batismos*, liv. 4. [PT/ADSTR/PRQ/PSTR20/001/0004]. [Em linha]. [Consult. 30 jan. 2025]. Disponível na internet: <https://digitarq.adstr.arquivos.pt/details?id=1006359>

Portugal. Arquivo Distrital de Santarém. Paróquia de S. Nicolau de Santarém: *Registo de batismos*, liv. 5. [PT/ADSTR/PRQ/PSTR20/001/0005]. [Em linha]. [Consult. 30 jan. 2025]. Disponível na internet: <https://digitarq.adstr.arquivos.pt/details?id=1006360>

### Estudos:

CARVALHO, Augusto da Silva - *Pina Manique. O ditador sanitário*. [Em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1939. [Consult. 30 jan. 2024]. Disponível na internet: <https://eg.uc.pt/handle/10316.2/95406>

PAIS, José António Correia - *A Roda dos Expostos do Sardoal (1785 - 1844)*. *Zahara* 5 (jun. 2005) 67-75.

REIS, Maria de Fátima - *Os Expostos em Santarém: A Acção Social da Misericórdia (1691-1710)*. Lisboa: Ed. Cosmos, 2001.

REIS, Maria José da Cunha Porém - *Ler Sinais: Os sinais dos expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1790 - 1870)*. [Em linha]. Lisboa: UL, 2016. Tese de Doutoramento. [Consult. 29 jan. 2024]. Disponível na internet: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/25146>.

SANTOS, Graça Maria Abreu Arrimar Brás dos - *A Assistência da Santa Casa da Misericórdia de Tomar: Os Expostos (1799-1823)*. Tomar: Santa Casa da Misericórdia de Tomar, 2002.

**FEV '24: Róis de Confessados - S. Miguel de Rio Torto, Abrantes (RA)**

Nome	Paróquia	Nome	Paróquia	Nome	Paróquia	Nome	Paróquia
143 Cap. João de Deus	cc	144 João de Deus	cc	145 Inês de Deus	cc	146 João de Deus	cc
147 João de Deus	cc	148 João de Deus	cc	149 João de Deus	cc	150 João de Deus	cc
151 João de Deus	cc	152 João de Deus	cc	153 João de Deus	cc	154 João de Deus	cc
155 João de Deus	cc	156 João de Deus	cc	157 João de Deus	cc	158 João de Deus	cc
159 João de Deus	cc	160 João de Deus	cc	161 João de Deus	cc	162 João de Deus	cc
163 João de Deus	cc	164 João de Deus	cc	165 João de Deus	cc	166 João de Deus	cc
167 João de Deus	cc	168 João de Deus	cc	169 João de Deus	cc	170 João de Deus	cc
171 João de Deus	cc	172 João de Deus	cc	173 João de Deus	cc	174 João de Deus	cc
175 João de Deus	cc	176 João de Deus	cc	177 João de Deus	cc	178 João de Deus	cc
179 João de Deus	cc	180 João de Deus	cc	181 João de Deus	cc	182 João de Deus	cc
183 João de Deus	cc	184 João de Deus	cc	185 João de Deus	cc	186 João de Deus	cc
187 João de Deus	cc	188 João de Deus	cc	189 João de Deus	cc	190 João de Deus	cc
191 João de Deus	cc	192 João de Deus	cc	193 João de Deus	cc	194 João de Deus	cc
195 João de Deus	cc	196 João de Deus	cc	197 João de Deus	cc	198 João de Deus	cc
199 João de Deus	cc	200 João de Deus	cc	201 João de Deus	cc	202 João de Deus	cc

PT/ADSTR/PRQ/PABT12/011/003, f. 5v.- 6

**1861 - S. Miguel do Rio Torto (Abrantes)**

Róis de confessados dos lugares de Cova da Maia e Vale de Serrana, S. Miguel de Rio Torto.

Fonte: Portugal. Arquivo Distrital de Santarém. Paróquia de S. Miguel do Rio Torto [Abrantes]: *Róis de confessados de 1861*, f. 5v.-6. [PT/ADSTR/PRQ/PABT12/011/003].

## 1. A QUARESMA NA TRADIÇÃO CRISTÃ

*Memento, homo, quia pulvis es et in pulverem reverteris (Gn 3: 19)*  
*Convertimini et credite Evangelio (Marcos 1: 15)*

*Lembra-te, homem, que és pó e ao pó haverás de voltar e/ou Convertei-vos e acreditai no Evangelho* são duas expressões pronunciadas pelo sacerdote católico na cerimónia das Cinzas, enquanto traça uma cruz na testa dos fiéis, com cinzas, lembrando-os da efemeridade humana, da necessidade de arrependimento e reflexão espiritual durante a Quaresma, da transitoriedade da vida e da importância de buscar uma relação mais profunda com Deus.

Este ano (2024), esta celebração terá lugar a 14 de fevereiro, marcando o início da Quaresma.

A Quaresma, do latim *quadragesima dies* (quadragésimo dia), é um período litúrgico de 40 dias que antecede a Páscoa na tradição cristã ocidental. Tem o seu início na Quarta-feira de Cinzas e termina no Sábado de Aleluia (Sábado Santo). Estes dias simbolizam o período que, de acordo com o relato dos evangelhos, Jesus passou a jejuar no deserto antes de iniciar a sua vida pública.

A Quaresma é observada por várias denominações cristãs, incluindo católicos, anglicanos, luteranos e algumas tradições protestantes. As práticas específicas variam entre as diferentes comunidades e tradições, mas o objetivo comum é a preparação espiritual para a celebração da Ressurreição de Jesus Cristo (Domingo de Páscoa).

Alguns aspetos mais comuns da observância quaresmal incluem a oração, o arrependimento, a penitência, o jejum e abstinência, a prática da caridade como expressão de amor ao próximo e uma reflexão em busca de uma renovação espiritual.

## 2. CONFISSÃO E COMUNHÃO: OS RÓIS DE CONFESSADOS

Os róis de confessados são canonicamente designados *Liber status animarum* (Livro do Estado das Almas). Assumem ainda, à produção, outras designações, tais como: róis de confissão e comunhão, listas da desobriga quaresmal, desarriscas.

Destinavam-se ao controlo anual dos paroquianos quanto ao cumprimento dos sacramentos da confissão e comunhão por ocasião da Quaresma. A sua utilidade era exclusivamente eclesial, permitindo a monitorização do cumprimento dos sacramentos e a quantificação dos fiéis. Servia ainda como documento de suporte à cobrança dos direitos paroquiais.

A obrigatoriedade de confissão anual e comunhão pascal dos fiéis foi fixada em 1215 no IV Concílio de Latrão através do capítulo *Omnes utriusque sexus*:

«Cada fiel, de ambos os sexos, atingindo a idade da razão, confesse lealmente, sozinho, todos os seus pecados ao sacerdote, ao menos uma vez ao ano, e se aplique a cumprir, segundo as suas forças, a penitência que lhe foi imposta; receba com reverência ao menos pela Páscoa o sacramento da Eucaristia».

Apesar desta determinação, apenas com o Concílio de Trento, no século XVI, foi declarada a obrigatoriedade deste registo em todas as paróquias das dioceses. De fora ficavam as congregações religiosas e os aquartelamentos militares.

No caso português, várias dioceses obrigaram ao registo antes do referido Concílio, nomeadamente Braga (1477) e Porto (1496), através das suas *Constituições Sinodais*.

Segundo as disposições canónicas, a obrigação da confissão pascal incidia sobre todos os fregueses com residência habitual na paróquia. Em caso de ausência temporária, poderiam confessar-se antes da Quaresma ou até quinze dias após o seu regresso. Não se reunindo estas condições, deviam forçosamente confessar-se noutra paróquia, munindo-se do respetivo comprovativo (senha de desobriga quaresmal). Desta forma, alguns indivíduos, ainda que poucos, eram arrolados sem que no momento exato da desobriga estivessem na paróquia.

As *Constituições do Arcebispado de Lisboa* estipulavam que o rol se devia organizar por ruas e, dentro destas, os agregados familiares, com anotação dos indivíduos por extenso, suas relações de parentesco ou afinidade e a indicação do cumprimento dos preceitos (Liv. I, Tit. X § VI).

Assim, todos os anos após a Dominga da Septuagésima (9.º domingo antes da Páscoa) priores, reitores, vigários e curas estavam obrigados a fazer o rol onde assentavam todos os lugares da freguesia, os fregueses por nomes, sobrenomes e ruas onde viviam, separando casa a casa e cada pessoa que nela vivia, declarando se era de confissão e comunhão ou somente de confissão.

O procedimento deveria estar concluído até à Quarta-Feira de Cinzas e executado entre os domingos da septuagésima e da quinquagésima do calendário eucarístico, podendo proceder-se ao seu cumprimento até ao domingo de Pascoela. Em caso de incumprimento, seguia-se a excomunhão *ipso facto*, com assento no rol.

Quinze dias depois do Domingo do Bom Pastor (4.º Domingo da Páscoa), os vigários deveriam enviar o rol ao Provisor para que fosse registado, bem assim como assentados os nomes dos excomungados. Assim, todos os extratos finais dos róis eram vertidos numa série designada *Livros de Registo dos Róis de Confessados* que cada diocese deveria conservar.

Percebe-se, portanto, que esta documentação constitui uma fonte histórica fundamental para a compreensão da sociedade em períodos pré-censitários pois fornece a lista anual de moradores, excluindo os menores de 7 anos, organizada por ruas e fogos.

Oferece-nos várias valências de investigação:

- estrutura e composição dos agregados, incluindo todos os residentes: mulher, pais, filhos, netos, avós, cunhados, sobrinhos, criados, escravos, oficiais, aprendizes e outros;
- características pessoais e deficiências físicas;
- configuração estrutural da freguesia;

- localização de espaços institucionais e vivenciais;
- os grupos socioprofissionais dominantes;
- estatuto social dos moradores;
- toponímia;
- relações de masculinidade;
- número e tipo de famílias.

Não obstante a validade da informação aí contida, os róis não se podem assumir como um autêntico recenseamento, em sentido moderno, na medida em que eram elaborados na Quarta-Feira de Cinzas até à Dominga da Pascoela, não se podendo datar com exatidão o momento em que é administrado o sacramento, apesar da data que acompanhava o extrato final ou resumo.

Por outro lado, certas franjas populacionais não eram contempladas nestas listas por não reunirem os requisitos para a admissão aos sacramentos. Aqui incluem-se os ‘menores de confissão’ (0-7 anos) e os revéis e/ou excomungados.

É de notar que, em termos etários, a população sujeita a este preceito compunha-se dos ‘menores de comunhão’ ou ‘almas menores’ (7-12 para o sexo feminino e 7-14 para o masculino) e das ‘almas maiores’ ou ‘pessoas de comunhão’.

Apenas em alguns casos, excepcionais, era incluída toda a população (finais do século XVIII), sendo frequente a inclusão das idades, estado civil, relação familiar e profissão a partir do último quartel do século XIX.

### 3. OS RÓIS DE CONFESSADOS DA PARÓQUIA DE S. MIGUEL DO RIO TORTO

A antiga freguesia de S. Miguel de Rio Torto, no termo de Abrantes, tinha como donatária, em 1758, a duquesa de Abrantes, camareira-mor da rainha.

Foi curato de apresentação do vigário de S. João Batista de Abrantes. Posteriormente, tornou-se independente. Pertenceu à diocese da Guarda. Passou à diocese de Castelo Branco em 7 de junho de 1771, desanexada que foi da diocese da Guarda. Em 14 de setembro de 1882 passou para a de Portalegre, que tomou a designação de diocese de Portalegre-Castelo Branco a 18 de setembro de 1956.

A série *Róis de Confessados* desta paróquia, conservada no Arquivo Distrital de Santarém, é composta por 30 cadernos e 1 livro. Tem como âmbito cronológico: 1859-1865, 1867-1871, 1873-1876, 1880-1884, 1886-1887, 1889-1890, 1895-1897 e 1900-1909.

Contém inventários anuais de todas as famílias (fogos) com as suas cabeças, filhos e servidores desde os 7 anos completos, com o averbamento por letra de se terem confessado e comungado (cc) ou só confessado (c).

São arrolados os seguintes lugares: Areias de Baixo, Areias de Cima, Arneiro, Arreciadas, Arrifana, Bicas, Campo, Caniceira, Casal do Meio, Casal dos Frades, Celões, Cova da Maia, Estação de Abrantes, Fonte do Vale, Moinho do Meio, Outeiro da Maia, Outeiro, Palhotas, Parradas, Portela, Quintas, S. Macário, Salvadorinho, Sarnadas, Vale Cortiças, Vale de Serrana, Vale Seco e Valongo.

No quadro seguinte sistematizámos algumas informações relativas ao século XIX, comparando com os resultados dos *Recenseamentos Gerais da População*:

Ano	N.º de Fogos	N.º Fregueses	C./C.	C.	S. Idade para confissão	Incu mp. quar esmal	Pároco	Recenseamento Geral População
1859	302	970	827	143	[n.r.]	0	Guilherme Morais Reyna	
1860	305	1019	853	166	[n.r.]	0	<i>Idem</i>	
1861	328	1037	863	174	[n.r.]	0	<i>Idem</i>	
1862	331	1068	896	172	[n.r.]	0	<i>Idem</i>	
1863	341	1081	910	171	[n.r.]	1	<i>Idem</i>	
1864	328	1031	864	167	[n.r.]	1	José S. Duarte Marques	1362
1865	317	994	840	154	[n.r.]	1	<i>Idem</i>	
1867	313	1070	927	143	[n.r.]	2	<i>Idem</i>	
1868	307	1088	949	139	[n.r.]	1	<i>Idem</i>	
1869	312	1085	926	159	[n.r.]	2	<i>Idem</i>	
1870	315	1110	953	157	[n.r.]	4	<i>Idem</i>	
1871	311	1105	965	140	[n.r.]	6	<i>Idem</i>	
1873	320	1131	972	159	[n.r.]	4	<i>Idem</i>	
1874	319	1125	955	170	[n.r.]	3	<i>Idem</i>	
1875	334	1154	983	171	[n.r.]	6	<i>Idem</i>	
1876	348	1196	1000	196	[n.r.]	8	<i>Idem</i>	
1880	352	1246	1084	162	[n.r.]	1	<i>Idem</i>	1582 (em 1878)
1881	355	1238	1086	152	[n.r.]	6	<i>Idem</i>	
1882	359	1241	1086	155	[n.r.]	9	<i>Idem</i>	
1883	357	1251	1094	157	[n.r.]	7	<i>Idem</i>	
1884	371	1312	1143	169	[n.r.]	8	<i>Idem</i>	
1886	375	1587	1114	136	287	30	<i>Idem</i>	
1887	385	1578	1174	155	249	29	<i>Idem</i>	
1889	395	1535	[n.r.]	[n.r.]	[n.r.]	[n.r.]	José M. da Conceição	
1890	382	1388	[n.r.]	[n.r.]	[n.r.]	[n.r.]	<i>Idem</i>	1778
1895	465	1502	[n.r.]	[n.r.]	[n.r.]	[n.r.]	<i>Idem</i>	
1896	307	[n.r.]	[n.r.]	[n.r.]	[n.r.]	[n.r.]	[n.r.]	
1897	474	1533	[n.r.]	[n.r.]	[n.r.]	[n.r.]	José M. da Conceição	

*Quadro - Recopilação dos dados constantes dos róis de confessados da paróquia de S. Miguel do Rio Torto [Abrantes] 1859-1897.*

Typ. de A. Apolinário—Abrantes — *Val Longo* — Rol dos Confessados *Val Longo* — 3

N.º de fogos	N.º d'almas	Nomes dos chefes de familia e pessoas que a compõem	Idades	Estados	Profissões	Se sabe ler e escrever	Signal de C. C.	Signal de C.	Menores que ainda se não confessam	Idades	Observações
19	81	José Alves Carreiro	41	casado	journalista						
	82	Joanna Ligalia m.ª	41	idem	journalista		00				
20	83	Manoel Affonso	35	casado	idem		00				
	84	Maria Antonia m.ª	29	idem	idem		00				
	85								Maria f.ª	5 annos	
	86								Julia f.ª	2	
	87								Ricarda f.ª	11 meses	
21	88	Manoel Jacinto junior	32	casado	journalista		00				
	89	Rosa Maria Estrada m.ª	30	idem	idem		00				
	90								Antonia f.ª	2 annos	
22	91	Manoel Jacinto senior	70	casado	idem		00				
	92	Joaquina Ligalia m.ª	68	idem	idem		00				
	93	João f.ª	27	solteiro	idem		00				
	94	João f.ª	25	idem	idem		00				
23	95	José Lourenço Estrada	33	casado	idem		00				
	96	Henriqueta Estrada m.ª	31	idem	idem		00				
	97	Sebastião f.ª	3								
24	98	Maria do Carmo Espinho	57	viúva	governa per sua casa		00				
	99	Manoel f.ª	27	solteiro	journalista		00				
	100	Antonia f.ª	21	idem	idem		00				

PT/ADSTR/PRQ/PABT12/011/022 - Arquivo Distrital de Santarém. Paróquia de S. Miguel de Rio Torto [Abrantes]: Róis de confessados de 1886, f. 3.



PT/ADSTR/PRQ/PABT12/011 - Arquivo Distrital de Santarém. Paróquia de S. Miguel de Rio Torto [Abrantes]: Róis de confessados.

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes documentais:

Portugal. Arquivo Distrital de Santarém. Paróquia de S. Miguel de Rio Torto [Abrantes]: *Róis de confessados*. [PT/ADSTR/PRQ/PABT12/011]. [Em linha]. [Consult. 29 jan. 2024]. Disponível na internet: <https://digitarq.adstr.arquivos.pt/details?id=999623>

Portugal. Arquivo Nacional Torre do Tombo: *Memórias Paroquiais, S. Miguel de Rio Torto*, vol. 32, n.º 137, f. 825-827, 1758. [Em linha]. [Consult. 29 jan. 2024]. Disponível na internet: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4241449>

### Fontes impressas:

CUNHA, Rodrigo da, arcebispo - *Constituições synodais do arcebispado de Lisboa*. Lisboa Oriental: Officina de Fillipe de Sousa Villella, 1737.

Portugal. Arquivo Distrital de Santarém. Governo Civil de Santarém: *Mappa estatístico, topográfico do distrito administrativo de Santarém contendo a designação das aldeias, casais e povoações-número de fogos-almas-nascimentos-casamentos-óbitos de cada freguesia no anno de 1843, mandado coligir pelo Secretário Geral dessa época José Lopes da Fonseca e coligido pelo 2º oficial deste Governo Civil, José Carlos Petrone*, 1 liv., ms.

COSTA, Américo - *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular*. 12 vol. Porto: Liv. Civilização, 1924-1948.

### Estudos:

PEREIRA, Isaiás da Rosa - Os róis de confessados como fonte histórica. In *Anais da Academia Portuguesa de História*. Lisboa. 2: 31 (1986) 271-288.

PEREIRA, Isaiás da Rosa - Os róis de confessados, seu interesse histórico e alguns problemas que suscitam a sua utilização. In *Primeiras Jornadas de História Moderna*. Lisboa: CH-ULisboa, 1986, p. 57.

RIBEIRO, Ana Rita de Almeida Marado Coelho - *A importância dos róis de confessados na demografia histórica: os róis de confessados da freguesia de Nossa senhora da Encarnação da Ameixoeira entre 1750 e 1760*. Lisboa: FCSH-UNL, 1989. Tese de Mestrado.

RIJO, Delminda Maria Miguéns - *A representação da freguesia de Santa Justa (Lisboa) nos Róis de Confessados (1693-1702)*. Lisboa: FCSH-UNL, 2011. Tese de Mestrado.

RODRIGUES, Teresa Ferreira - Para o Estudo dos Róis de Confessados: a freguesia de Santiago de Lisboa (1630-80). *Nova História*. Lisboa. 3-4 (1985) 79-106.

SOARES, Franquelim Neiva - Róis de Confessados. In AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. - *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol. 4. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 135-137.



MAR '24: Maria Alzira Proença Simões (1923-2013) (RA)

S. R.  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL  
SECRETARIA DE ESTADO DA INSTRUÇÃO E CULTURA  
DIRECÇÃO-GERAL DOS ASSUNTOS CULTURAIS  
BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DISTRITAL DE LEIRIA

RECIBO

Recebi os seguintes livros paroquiais destinados ao Arquivo Distrital de Santarém conforme autorização da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais:

Liv.º	n.º26	de	assentos	de	casamento	da	freg.	de	Casais	1885	
"	n.º 1	"	"	"	"	"	"	"	"	1860	
"	n.º24	"	"	"	"	"	"	"	"	1883	
"	-	"	"	"	bapt.casam.óbitos	freg.	de	Alqueidão	1872		
"	-	"	"	"	óbitos	freg.	de	Salvador	de	Santarém	1883
"	-	"	"	"	"	"	"	"	Pontevel	1888.	

Data: - Santarém, 16 julho de 1974

Arquivo Distrital de Santarém  
O Director,  
*Maria Alzira Proença Simões*

31533/Tip. Leiria/1000/1-74 Form. A 4

PT/ADSTR/ADSTR

1974, julho, 16 - Santarém

Recibo da transferência de livros de Registo Paroquial.

Fonte: Portugal. Arquivo Distrital de Santarém. Arquivo do Arquivo: *Correspondência* [PT/ADSTR/ADSTR].

## 1. RECIBO DE TRANSFERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO

No ano em que se comemoram 50 anos da abertura do Arquivo Distrital de Santarém (ADSTR) nas instalações do então designado Museu Distrital, e no mês em que se assinala o Dia Internacional da Mulher (8 de março), destacamos um documento assinado por aquela que foi a primeira diretora do ADSTR, Maria Alzira Proença Simões.

Trata-se de um recibo da transferência de seis livros de registo paroquial: casamentos da freguesia de Casais (1885, 1860 e 1883), batismos, casamentos e óbitos da freguesia de Alqueidão (1872), assentos de óbitos da freguesia do Salvador-Santarém (1883) e assentos de óbitos da freguesia de Pontével (1888) provenientes da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Leiria.

## 2. MARIA ALZIRA PROENÇA SIMÕES



Maria Alzira Proença Simões (1927-2013)  
(PT/MSTR/CMSTR/RH/Processo individual)

Maria Alzira Proença Simões nasceu a 26 de janeiro de 1927, na freguesia da Lapa, Cartaxo.

Era filha de Artur Simões da Silva, natural de Pontével (Cartaxo) e de Maria José Proença, natural de Oledo (Idanha-a-Nova; neta paterna de José Simões da Silva e de Maria Rosa de Oliveira; neta materna de António Proença Baleiras e de Angélica de Campos Geirinhas.

Licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e, em Coimbra, concluiu o curso de bibliotecário-arquivista.

Estagiou na Biblioteca Nacional de Lisboa, ainda no Convento de S. Francisco (ao Chiado), em 1954, tendo apresentado como trabalho final o *Índice Onomástico e Didascálico da Revista Brotéria (1907 a 1946)*. Nesta instituição desempenhou, com louvor, atividade profissional entre 1955 e 1959, desenvolvendo tarefas de inventariação dos fundos, catalogação e conservação de espécies raras.

Através de uma certidão da Secretaria da Câmara Municipal de Santarém, conservada no processo individual na Biblioteca Nacional, sabemos ter prestado serviços, na categoria de “bibliotecário municipal”, na Biblioteca Municipal de Santarém, entre 5 de setembro de 1959 e 5 de março de 1964 e, uns meses mais tarde, desde 18 de janeiro de 1965 até à década seguinte, concluindo esta atividade em 28 de fevereiro de 1974.

A 13 de fevereiro de 1974 foi nomeada para exercer as funções de terceiro-conservador (diretora) do Arquivo Distrital de Santarém, pelo diretor geral dos Assuntos Culturais da Secretaria de Estado da Instrução e Cultura, o brigantino João Manuel Bairrão Oleiro. (*Diário do Governo*. II série, n.º 41.) Exerceu o cargo até março de 1975.

Um ofício de 24 de março desse mesmo ano, dirigido ao presidente da Junta Distrital de Santarém, anuncia ter tomado posse do lugar de bibliotecário na Biblioteca Nacional, ao Campo Grande, a 3 de abril de 1975, instituição em que se manteve até à aposentação, em 1996.

Aí, trabalhou no projeto das *Regras Portuguesas de Catalogação*, integrou a Comissão de Aquisições e desempenhou funções na Divisão de Informação e Investigação Bibliográfica, dedicando-se ao livro antigo português.

Participou em colóquios da especialidade na Checoslováquia (1978) e em Copenhaga (1979).

Inventariou impressos portugueses existentes nas Bibliothèques de Sainte Geneviève e Mazarine (França-Paris) e na Bibliothèque Royale Albert I (Bélgica, Bruxelas), publicando os resultados nos dois primeiros números da série 2 da *Revista da Biblioteca Nacional*, de que foi a primeira diretora (1981-1986).

Manteve atividade científica relevante de que são exemplos variados artigos, um relatório apresentado no concurso para assessor do quadro da Biblioteca Nacional, em 1985, sobre “Impressos Portugueses do século XVI em bibliotecas estrangeiras: resultados de um inquérito” e o reconhecido *Catálogo dos impressos de tipografia portuguesa do século XVI: a colecção da Biblioteca Nacional*.

## BIBLIOGRAFIA

### Bibliografia ativa:

SIMÕES, Maria Alzira Proença, apres. - *Índice geral da revista Brotéria*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1953-1954.

SIMÕES, Maria Alzira Proença, dir. - *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981-1995.

SIMÕES, Maria Alzira Proença - *Bibliotecas Nacionais: abordagem de um problema*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981. [Separata da *Revista da Biblioteca Nacional* 1].

SIMÕES, Maria Alzira Proença, apres. e notas - *Monsenhor Joaquim José Ferreira Gordo, bibliotecário-mor da Real Biblioteca Pública da Corte*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982. [Separata da *Revista da Biblioteca Nacional* 2].

SIMÕES, Maria Alzira Proença - *Impressos portugueses do séc. XVI em bibliotecas estrangeiras: resultados dum inquérito*. Lisboa: [s.n.], 1985. [Trabalho apresentado para o concurso de assessor do quadro da Biblioteca Nacional].

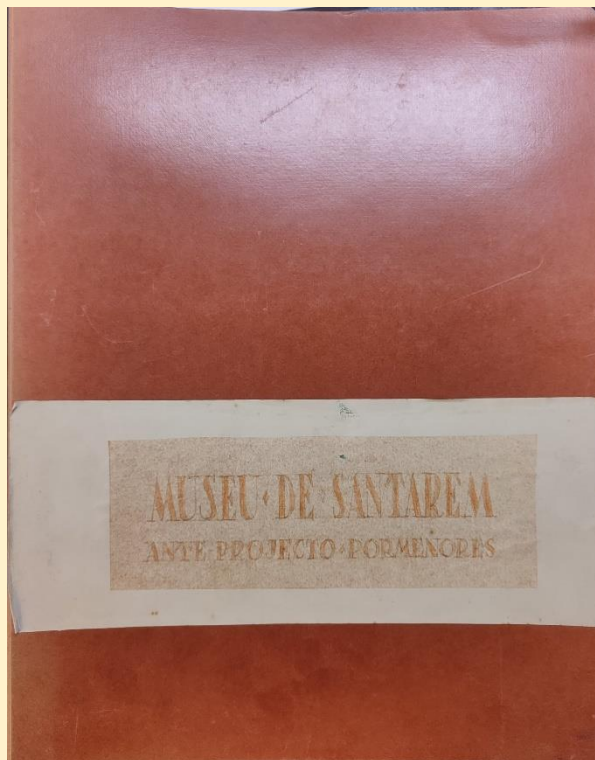
### Agradecimentos:

*Biblioteca Nacional de Portugal* (Dr.<sup>a</sup> Gina Guedes Rafael; Dr.<sup>a</sup> Ana Isabel Líbano Monteiro)

*Biblioteca Municipal Braamcamp Freire* - Santarém (Dr.<sup>a</sup> Luísa Cotrim)

*Arquivo do Município de Santarém* (Dr.<sup>a</sup> Filomena Machado)

## ABR '24: Anteprojeto do Museu de Santarém (RA)



PT/ADSTR/AL/JPR - Capa do projeto

### **1960-1961 - Santarém**

Anteprojeto e pormenores do Museu de Santarém, de Sabino Luís Martins Corrêa, arquiteto.

**Contém:** Memória descritiva e justificativa (15 f.: 271 x 212 mm); Estimativa do custo da obra (2 f.: 274 x 334 mm); Planta de localização - esc. 1:200. (1 f.: 390 x 753 mm); Planta do primeiro pavimento - esc. 1:100. (1 f.: 692 x 967 mm); Planta do segundo pavimento - esc. 1:100. (1 f.: 695 x 965 mm); Planta do terceiro pavimento - esc. 1:100. (1 f.: 694 x 970 mm); Planta da cobertura - esc. 1:100. (1 f.: 692 x 970 mm); Alçado principal planificado. Corte A/B - esc. 1:100. (1 f.: 295 x 1055 mm); alçado lateral esquerdo planificado - esc. 1:100. (1 f.: 297 x 1047 mm); alçado posterior planificado. Cortes C/D, E/F - esc. 1:100. (1 f.: 298 x 1165 mm); Planta pormenor da fachada principal - esc. 1:20. (1 f.: 636 x 914 mm); Troço da fachada principal. Pormenor - esc. 1:20. (1 f.: 578 x 909 mm); Corte A/B. Pormenor da fachada principal - esc. 1:20. (1 f.: 577 x 722 mm).

**Fonte:** Portugal. Arquivo Distrital de Santarém. Junta da Província do Ribatejo [PT/ADSTR/AL/JPR].

## 1. O AUTOR E O ANTEPROJETO

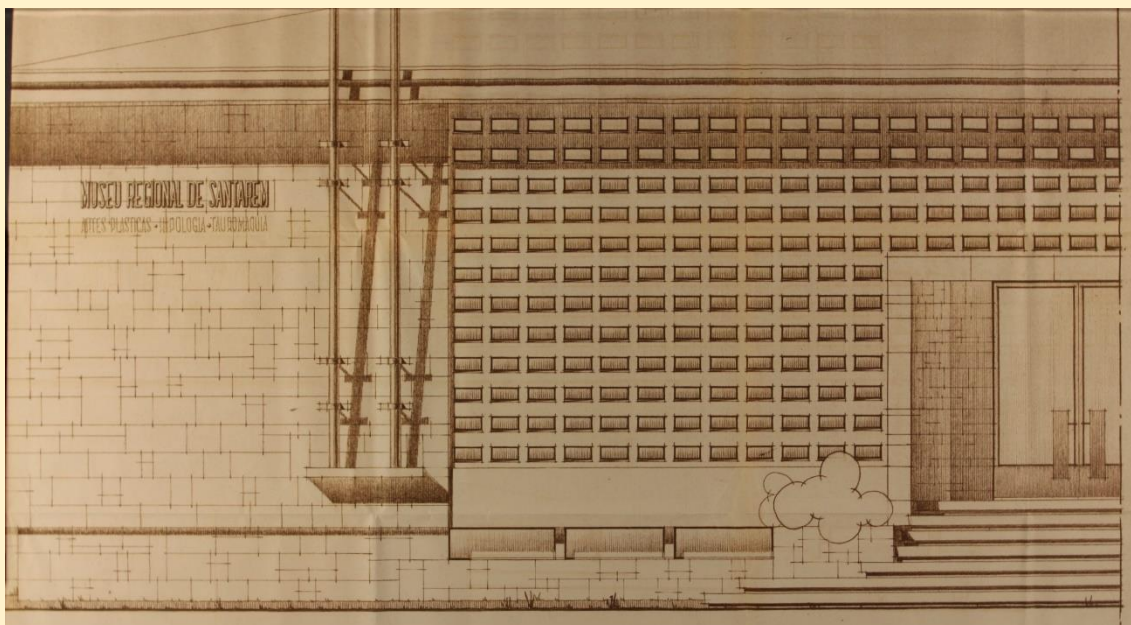
Em março de 1974, há 50 anos, o Arquivo Distrital de Santarém iniciou a sua atividade na cave do edifício projetado para albergar o Museu de Santarém. Neste mês de abril, destacamos o anteprojeto da autoria do arquiteto Sabino Luís Martins Corrêa.

Residente à época em Angola, Sabino Luís Martins Corrêa ficou conhecido pela coautoria do projeto da igreja da Sagrada Família de Maculusso, município da Ingombota, Luanda, e que se inscreveu na estética do Movimento de Renovação de Arte Religiosa (MRAR) que fundiu elementos tradicionalistas e modernos numa arquitetura geométrica, de formas industriais, introduzindo uma inovadora visão do sagrado.

O anteprojeto do “Museu de Santarém”, que ora se apresenta, corresponde genericamente ao edifício construído. Pretendia “*tapar uma lacuna na vida artística do Ribatejo*”.

A opção arquitetónica é clara:

*“fazer uma arquitetura simples, sem pretensiosismos que o local nem a proximidade da Torres das Cabaças permitia ou justificava (...) [com] um aspeto sóbrio, mas harmonioso que o integra dentro da arquitetura dos nossos dias e contribuirá, sem ofuscar o monumento nacional que é a Torre das Cabaças, para a valorização daquela zona da cidade.”*



PT/ADSTR/AL/JPR. Pormenor da fachada principal (1961)

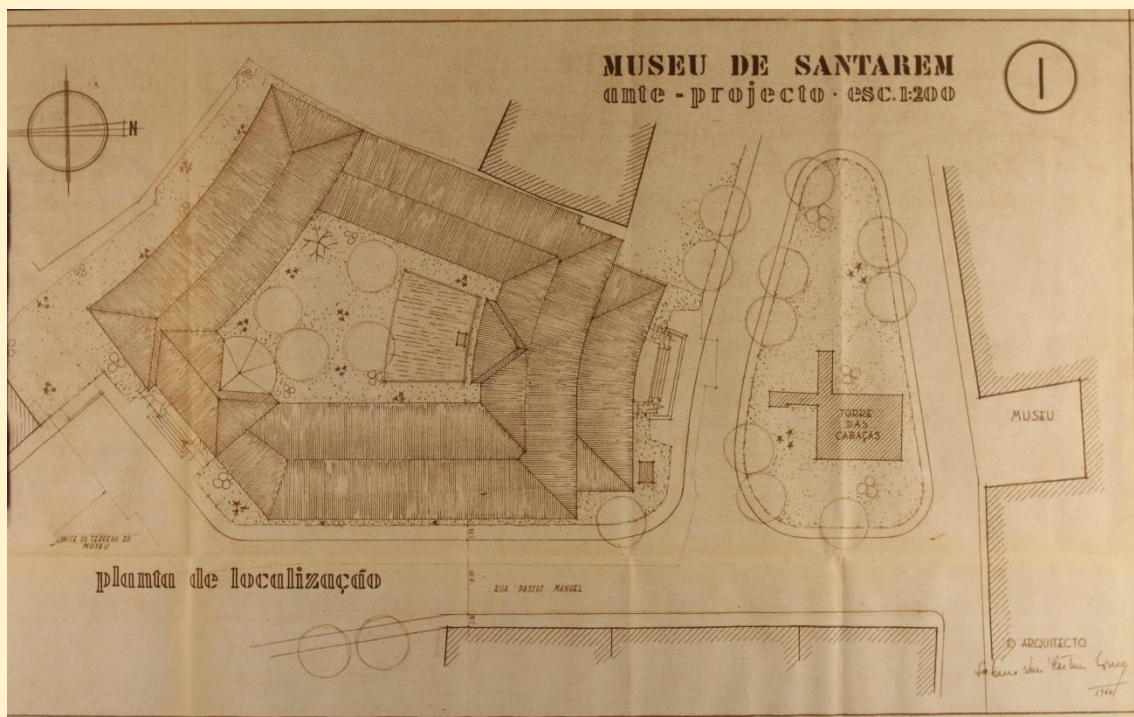
Realizado entre 1960 e 1961, este anteprojecto compreende uma memória descritiva, a estimativa de custos da obra (4.164.000\$00) e 11 peças desenhadas.

O programa que serviu de base ao estudo previa um (1) átrio; (2) gabinete do conservador; (3) arquivo; (4) secção de artes plásticas; (5) secção de hipologia; (6) secção de tauromaquia; (7) sala de conferências; (8) sala de exposições temporárias; (9) vestiário para o público; (10) instalações sanitárias; (11) arrecadação para material de exposições e oficina de restauro:

*“Assim, o edifício é constituído por três pavimentos, sendo o primeiro em cave, destinado a arrecadações e oficina de restauro, a instalações sanitárias do público e arquivo.*

*O segundo, ao nível do rés-do-chão, é destinado ao átrio, gabinete do conservador, vestiário do público, e aos salões de exposição (...)*

*O terceiro pavimento, destinado às exposições temporárias, é constituído por uma sala, espécie de átrio e uma galeria existente no salão destinado à tauromaquia.”*



Museu de Santarém. Planta de localização (1960)

## 2. DO PROJETO À CONSTRUÇÃO

O desiderato de equipar Santarém com uma estrutura expositiva dedicada às artes plásticas remonta ao período da Junta de Província do Ribatejo. Extinta pela Lei n.º 2.100, de 29 de agosto de 1959, diligenciou a aquisição de um terreno junto às Portas do Sol, dando cumprimento às competências previstas no art.º 260 do Código Administrativo de 1936: “a criação e manutenção de museus de arte regional e arquivos provinciais”.

O Decreto-Lei n.º 42.536, de 28 de setembro de 1959, vem trazer uma reforma administrativa na qual as Juntas Distritais assumem as competências das extintas Juntas de Província. No art.º 313 do referido diploma as atribuições incluem: “criação e manutenção de museus de etnografia, história e arte regional e de arquivos distritais”.

Sem delongas, e instalada a nova corporação a 2 de janeiro de 1960, o assunto do Museu Distrital é o primeiro a ser colocado à discussão, deliberando-se oficial ao arquiteto [Eugénio Corrêa](#) para se inteirar do andamento do anteprojecto.

Antes de uma resposta formal, a 9 de fevereiro, é resolvido ampliar o âmbito museológico pois

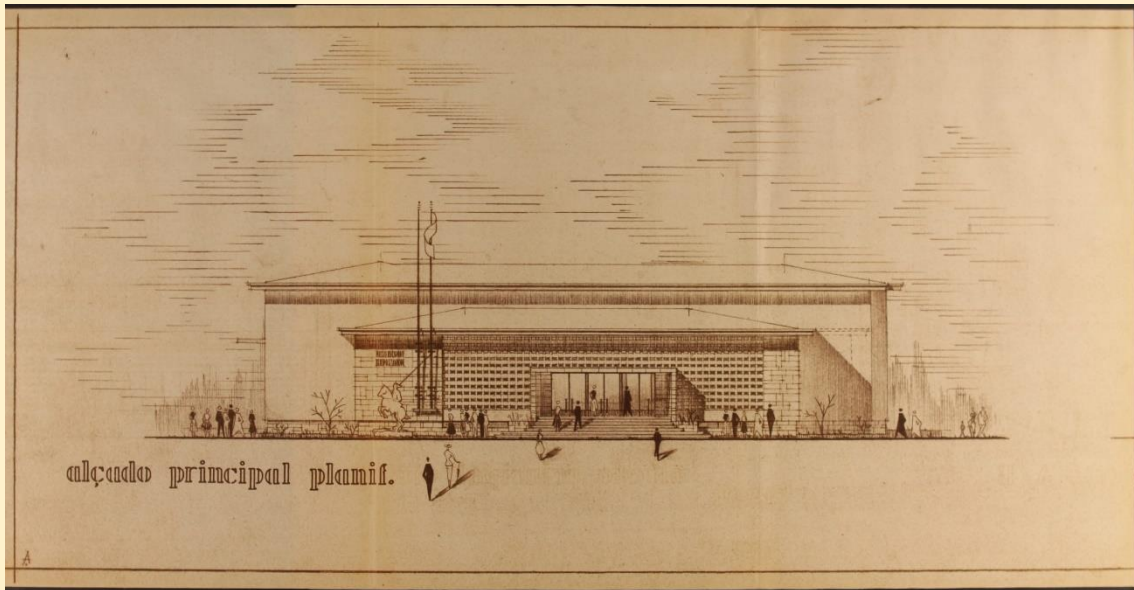
*“esta junta tem todo o interesse em que o museu seja concebido para funcionar simultaneamente como museu de artes plásticas, de hipologia e ainda de tauromaquia, com predomínio desta secção”.*

A 3 de maio são enviadas plantas topográficas ao arquiteto Eugénio Corrêa, mas logo em julho o processo sofreu um revés. No dia 26 compareceram na reunião da Junta Distrital os arquitetos Eugénio Corrêa e o seu filho Sabino Luís Martins Corrêa. Estes apresentaram as notas dos honorários respeitantes à elaboração do anteprojecto e projecto do museu a construir em terreno situado nas Portas do Sol, cujo local teve de ser abandonado por a proprietária do referido terreno se ter recusado vendê-lo à última hora.

São renegociados os valores para liquidação da verba respeitante ao primeiro anteprojecto (14.305\$00) e definidas as importâncias devidas pelo anteprojecto e projecto relativo à implantação do museu no novo e actual terreno, junto à Torre das Cabaças.

Ficou acordada a importância global de 154.068\$00 para a elaboração de projectos e a inclusão do filho de Eugénio Corrêa na equipa.

Passados apenas sete dias é apresentado este anteprojecto aos ministros das Obras Públicas e da Educação Nacional pelo presidente da Junta Distrital de Santarém e pelo governador civil.



Museu de Santarém. Alçado principal planificado (1960)

A 20 de setembro de 1960 a Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes oficializa informando que do ponto de vista dos imóveis classificados próximos, Torre das Cabaças e S. João do Alporão, nada obstava a construção do edifício sugerindo o desenvolvimento do projeto *“no sentido de conseguir um conjunto sóbrio e calmo, que se coadune com a ambiência desejada para o local”*.

A 29 de maio de 1961 o anteprojecto é aprovado por despacho do ministro das Obras Públicas, Eduardo de Arantes e Oliveira.

Volvidos dois anos (12 de março de 1963) o projecto completo e definitivo é entregue pelo arquiteto Sabino Corrêa e toma lugar a sua apreciação em sede da Junta Distrital de Santarém, sendo retificado e aprovado definitivamente em fevereiro de 1964.

As dificuldades de arranque da obra por cedência do terreno para instalação de dependências da Escola Industrial e Comercial levaram a que apenas em outubro de 1968 se lançasse concurso para a construção da primeira fase. Esta compreendia a zona de entrada principal, sala de conferências, a ala junto à Rua Passos Manuel e o átrio e sala de exposições com entrada pelo lado do edifício do governo civil.

Em março de 1969 a obra é adjudicada a João Cerejo dos Santos, residente na Corredoura, Porto de Mós, pela quantia de 2.585.695\$50.

Decorreria até ao dia 2 de outubro de 1972, data da entrega da obra da primeira fase pelo empreiteiro, tendo sido liquidados a totalidade dos trabalhos por deliberação de 12 de dezembro do mesmo ano. A receção definitiva da obra apenas ocorreu a 12 de fevereiro de 1974.

A segunda fase de construção foi adjudicada a 25 de julho de 1978 a Silvestre Monteiro, de Santarém, pelo valor de 13.273.730\$00. A notícia da conclusão das obras de construção civil data de 18 de julho de 1983.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **Fontes documentais:**

Portugal. Arquivo Distrital de Santarém. Junta da Província do Ribatejo: *Anteprojecto e pormenores do Museu de Santarém*. [PT/ADSTR/AL/JPR].

Portugal. Associação de Municípios do Vale do Tejo. Assembleia Distrital de Santarém: *Atas*. [PT/AMVT/ADS].



## 1. AS ASSOCIAÇÕES DE CLASSE EM PORTUGAL

Assinalamos o 135.º aniversário da declaração do dia 1 de maio como Dia do Trabalhador. A consagração foi feita pela [Segunda Internacional](#), reunida em Paris em 1889, em memória da greve geral de Chicago de 1886, para reivindicação das oito horas de trabalho. Esta greve ficou conhecida como [Revolta de Haymarket](#).

Em Portugal, as associações de classe remontam ao século XIX. A extinção das corporações de ofícios em 1834 impulsionou a criação de novas formas de organização profissional.

Nos finais do século XIX assistiu-se a uma multiplicação das organizações operárias que, até à publicação do decreto que legalizou o associativismo laboral, centravam os seus propósitos nas áreas do mutualismo e da beneficência.

Atualmente designadas “sindicatos profissionais”, as associações de classe tiveram a sua organização e funcionamento regimentados pelo [decreto de 9 de maio de 1891](#). No diploma publicado pela Direção Geral do Comércio e Indústria a justificação para regular tais associações encontra expressão no art.º 282.º do Código Penal que proibía “*associações de mais de vinte pessoas, que não tenham sido previamente auctorizadas com as condições que o governo julgar convenientes*”.

Assim, face à multiplicação de associações de comerciantes, industriais, agricultores, empregados e operários, sob a denominação de associações de classe foram:

*“compreendidas no projeto de decreto as sociedades compostas de mais de vinte indivíduos, da mesma profissão ou de profissões correlativas, tendo por fim o estudo e a defesa dos interesses profissionais (...) comuns, abrangendo assim as associações comerciais, industriais ou agrícolas, quer sejam compostas só de patrões (comerciantes, industriaes ou lavradores), só de empregados, operários ou trabalhadores rurais, ou mixtas”.*

## 2. O DECRETO-LEI 23.050/1933 NO SISTEMA CORPORATIVO DO ESTADO NOVO

O [Decreto-Lei n.º 23.050](#), de 23 de setembro de 1933, que aprovou o Estatuto dos Sindicatos Nacionais, insere-se nos princípios consagrados pelo dispositivo legal do sistema corporativo do Estado Novo.

O essencial desta legislação compreendia o Estatuto do Trabalho Nacional (ETN), que reproduz a Constituição de 1933 («Ordem Económica e Social»), o Decreto-Lei n.º 23.049 (grémios), o Decreto-Lei n.º 23.050 (sindicatos nacionais), o Decreto-Lei n.º 23.051 (casas do povo), o Decreto-Lei n.º 23.052 (casas económicas) e o Decreto-Lei n.º 23.053 (Instituto Nacional do Trabalho e Previdência).

Os sindicatos nacionais foram definidos como agrupamentos de mais de cem indivíduos da mesma profissão, destinados ao estudo e à defesa dos interesses profissionais nos aspetos moral, económico e social, formados por indivíduos que trabalhavam por conta de outrem ou exerciam profissões livres.

Previa um conjunto de mecanismos de intervenção na vida sindical a que o Governo poderia recorrer, designadamente controlar a realização das reuniões de direção e das assembleias sindicais e daquilo que aí se poderia discutir, controlar as eleições e os dirigentes sindicais eleitos, censurar tudo o que se passasse na vida sindical que o Governo entendesse ser subversivo, a homologação e o direito de dissolução administrativa dos sindicatos.

A liquidação das associações de classe foi um procedimento que derivou de todo este *corpus* legislativo, designadamente o consagrado no art. 8.º:

*“Os sindicatos nacionais só se consideram constituídos e têm existência legal depois da aprovação dos estatutos dada pelo Sub-Secretariado das Corporações e Previdência Social, ficando diretamente dependentes do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência e sujeitos, no que respeita à ordem pública, às autoridades administrativas”.*

### 3. A LIQUIDAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE CLASSE NO DISTRITO DE SANTARÉM

O expediente para a aplicação da liquidação das associações de classe não apresentou delongas.

Decorridos três meses da sua aprovação, Armando Vitorino Ribeiro, chefe de gabinete do Ministro do Interior Antonino Gomes Pereira, oficia, por circular confidencial e urgente, José Garcez Pereira Caldas, governador civil do Distrito de Santarém. Remeteu o despacho do Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social *“sobre a liquidação das associações de classe que não acataram as disposições do decreto-lei n.º 23.050 ou às quais não foi consentido submeter-se à organização corporativa nacional”.*

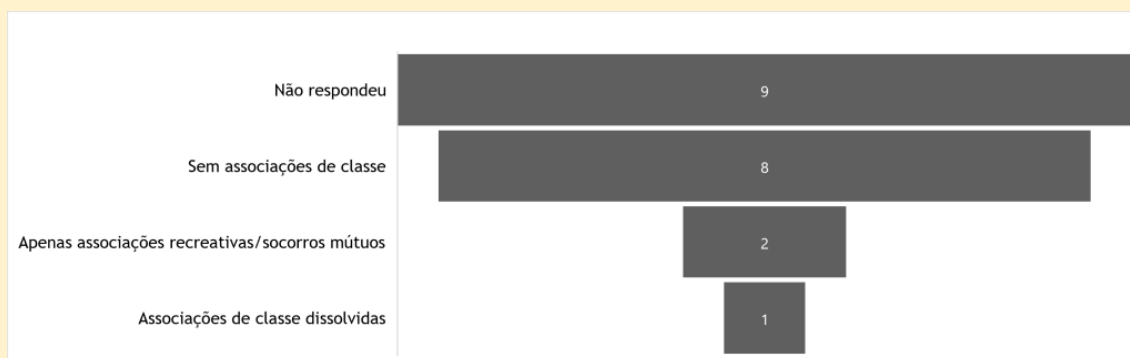
O governador civil colocou a sua máquina administrativa ao serviço da tutela e o resultado da consulta aos administradores do concelho encontra-se resumida no quadro que se apresenta:

Concelho	Informações prestadas
Abrantes	Informa ter em sua posse os alvarás, estatutos e livros pertencentes às associações de classe dissolvidas: Manufatores de Calçado; Trabalhadores na Indústria de Construção Civil; Trabalhadores na Indústria de Metais; Operários da Construção Civil; Empregados do Comércio e Indústria.
Alcanena	Sem associações de classe
Almeirim	Sem associações de classe
Alpiarça	Sem associações de classe
Barquinha	Não respondeu
Benavente	Não respondeu
Cartaxo	Não respondeu
Chamusca	Apenas associações recreativas e uma de socorros mútuos
Constância	Não respondeu
Coruche	Não respondeu
Ferreira do Zêzere	Sem associações de classe
Golegã	Sem associações de classe

Mação	Sem associações de classe
Rio Maior	Apenas associações recreativas
Salvaterra de Magos	Sem associações de classe
Santarém	Não respondeu
Sardoal	Não respondeu
Tomar	Não respondeu
Torres Novas	Não respondeu
Vila Nova de Ourém	Sem associações de classe

Quadro - Respostas dos administradores do concelho do distrito de Santarém sobre a liquidação das associações de classe

Os dados recolhidos são apresentados no gráfico de funil seguinte:



Quadro - Síntese das respostas tipo dos administradores do concelho do distrito de Santarém sobre a liquidação das associações de classe

Destacamos a resposta do capitão João da Costa Andrade, administrador do concelho de Abrantes, que informa terem sido:

*“depositadas n’esta repartição os alvarás, estatutos e livros pertencentes às Associações dissolvidas nos termos do decreto 23050, respetivamente Associação de Classe dos Manufatores do Calçado, Associação de Classe dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil, Associação de Classe dos Trabalhadores na Indústria de Metaes, a Associação de Classe dos Operarios de Construção Civil, e Associação de Classe dos Empregados do Comercio e Indústria.”*

E continua, referindo:

*“como nenhuma d’estas Associações possui quaesquer moveis ou artigos para liquidar, é pois desnecessaria a indicação dos delegados a que se refere o §1.º do art.º 24 do citado decreto, visto não haver partilha a fazer aos mesmos bens.”*



## BIBLIOGRAFIA

### Fundos relacionados:

Portugal. Arquivo Distrital de Santarém. Junta Central das Casas do Povo - Distrito de Santarém. [PT/ADSTR/AC/JCCP]. [Em linha]. [Consult. 30 jan. 2025]. Disponível na internet: <https://digitarq.adstr.arquivos.pt/details?id=1198027>

Portugal. Torre do Tombo. Associações de Classe. [PT/TT/ACL]. [Em linha]. [Consult. 30 jan. 2025]. Disponível na internet: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3886108>

Portugal. Torre do Tombo. Arquivo Oliveira Salazar: Correspondência Oficial, Corporações. [PT/TT/AOS/D-B]. [Em linha]. [Consult. 30 jan. 2025]. Disponível na internet: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3886999>

Portugal. Arquivo do Município de Benavente. Associação dos Marítimos de Benavente. [PT/AMBNV/AMB]. [Em linha]. [Consult. 30 jan. 2025]. Disponível na internet: [https://issuu.com/museubenavente/docs/inventario\\_do\\_arquivo\\_historico\\_de\\_#google\\_vignette](https://issuu.com/museubenavente/docs/inventario_do_arquivo_historico_de_#google_vignette)

Portugal. Arquivo do Município de Abrantes. Associação dos Manufatores de Calçado de Abrantes. [PT/AMABT/AMCA]. [Em linha]. [Consult. 30 jan. 2025]. Disponível na internet: <http://www.cm-abrantes.pt/index.php/2014-12-09-16-55-06/arquivo-municipal-eduardo-campos?lang=pt>

Portugal. Arquivo do Município de Abrantes. Associação de Trabalhadores da Construção Civil. [PT/AMABT/ATCC]. [Em linha]. [Consult. 30 jan. 2025]. Disponível na internet: <http://www.cm-abrantes.pt/index.php/2014-12-09-16-55-06/arquivo-municipal-eduardo-campos?lang=pt>

Portugal. Arquivo do Município de Abrantes. Associação de Trabalhadores da Indústria dos Metais. [PT/AMABT/ATIM]. [Em linha]. [Consult. 30 jan. 2025]. Disponível na internet: <http://www.cm-abrantes.pt/index.php/2014-12-09-16-55-06/arquivo-municipal-eduardo-campos?lang=pt>

Portugal. Arquivo do Município de Torres Novas, Montepio Operário das Lapas. [PT/AMTNV/MOL]. [Em linha]. [Consult. 30 jan. 2025]. Disponível na internet: [chrome-extension://efaidnbmninnkjkpcglclefindmkaj/https://cm-torresnovas.pt/images/documents/Cultura/GUIA\\_DO\\_ARQUIVO\\_MUNICIPAL\\_DE\\_TORRES\\_NOVA\\_S\\_2013.pdf](chrome-extension://efaidnbmninnkjkpcglclefindmkaj/https://cm-torresnovas.pt/images/documents/Cultura/GUIA_DO_ARQUIVO_MUNICIPAL_DE_TORRES_NOVA_S_2013.pdf). [inclui doc. da Associação de Classes Trabalhadoras das Lapas que o antecedeu].

### Estudos:

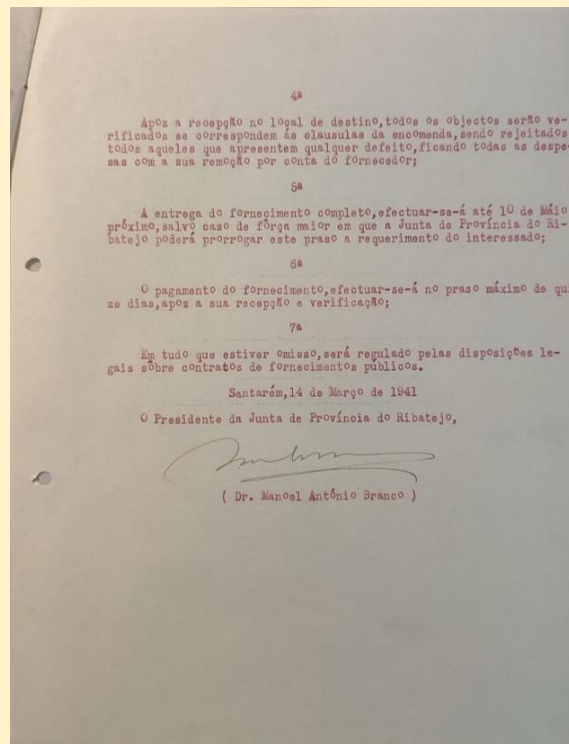
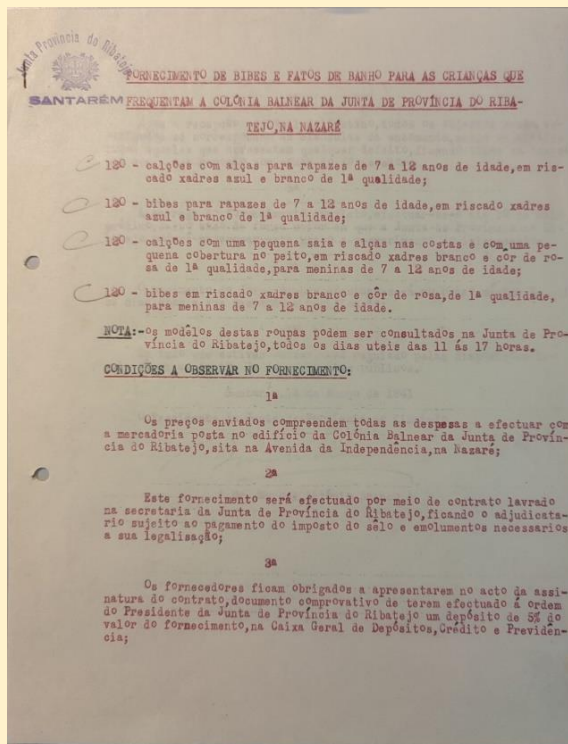
ALCÂNTARA, Ana - Associações de classe e operariado na Lisboa do final do século XIX. In CABREIRA, Pamela Peres, org. - *História do Movimento Operário e Conflitos Sociais em Portugal: Congresso História do Trabalho, do Movimento Operário*. [Em linha]. Lisboa: Instituto de História Contemporânea, 2020, p. 23-47. [Consult. 25 abr. 2024] Disponível na internet: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/37708>.

LUCENA, Manuel - *A Evolução do Sistema Corporativo Português. Volume I - O Salazarismo*. Lisboa: Teoria Política. Perspectivas & Realidades, 1976.

MARQUES, Hélder Miguel - O movimento sindical durante o Estado Novo: estado actual da investigação. *História. Revista da Faculdade de Letras*. [Em linha]. Porto. 8 (2007) 299-316. [Consult. 25 abr. 2024]. Disponível na internet: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3359.pdf>

**Notas:** Os códigos de referência dos fundos de Arquivos Municipais foram produzidos por nós.

## JUN '24: Fornecimento à Colónia Balnear da Nazaré, 1941 (RA)



PT/ADSTR/AL/JPR - Caderno de encargos e mapa de quantidades

1941, março, 14 - 1941, março, 20 - Santarém

Concurso de fornecimento de bibes e fatos de banho para as crianças que frequentam a colónia balnear da Junta de Província do Ribatejo.

**Contém:** Caderno de encargos e mapa de quantidades (2 f.: 276 x 216 mm); Proposta da Misericórdia de Torres Novas (1 f.: 271 x 221 mm).

**Fonte:** Portugal. Arquivo Distrital de Santarém. Junta de Província do Ribatejo. [PT/ADSTR/AL/JPR].

O mês de junho brinda o seu advento com um dia dedicado às crianças e, no seu decurso, a época balnear vai escancarando os areais do país aos veraneantes.

O Arquivo Distrital de Santarém destaca, assim, um documento associado a época estival na sua relação com a puerícia.

## 1. A JUNTA DE PROVÍNCIA DO RIBATEJO

A Junta de Província do Ribatejo, responsável pela construção e manutenção da Colónia Balnear da Nazaré, foi criada como autarquia local pelo Código Administrativo promulgado pelo Decreto-Lei n.º 27.424, de 31 de dezembro de 1936.

Era constituída por 20 concelhos da antiga província da Estremadura, 18 do distrito de Santarém (Abrantes, Alcanena, Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Constância, Coruche, Ferreira do Zêzere, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Santarém, Sardoal, Tomar e Torres Novas), dois do distrito de Lisboa (Vila Franca de Xira e Azambuja), e um do distrito de Portalegre (Ponte de Sôr). Posteriormente veio a integrar mais um concelho, entretanto criado no distrito de Santarém (Entroncamento). As Juntas de Província tiveram competências nas seguintes áreas:

- **fomento e coordenação económica** - incumbia-lhe deliberar sobre a realização de inquéritos económicos, utilizar e divulgar estatísticas e estudar planos de melhoramentos;
- **cultura** - preservação, valorização e promoção do património cultural da província, abrangendo desde museus e arquivos até tradições populares, costumes e linguística;
- **assistência** - deliberar sobre a construção e manutenção de hospitais regionais, dispensários centrais, sanatórios, etc.

## 2. O PREVENTÓRIO-COLÓNIA BALNEAR DA NAZARÉ

O Preventório-Colónia Balnear da Nazaré foi inaugurado no dia 8 de junho de 1941 pelo sub-secretário de Estado da Assistência Social, Dr. Dinis da Fonseca, com a presença dos governadores civis de Santarém e Leiria, deputados da nação, vogais da Junta da Província, procuradores ao Conselho Provincial, Comandante da Polícia de Santarém, presidentes das câmaras municipais do Ribatejo e demais autoridades.

Foi construído no âmbito do programa de assistência infantil da Junta de Província do Ribatejo e destinava-se a crianças pobres.

Com projeto da autoria do Eng. Mendonça Ribeiro, foi seu construtor o Sr. José Galante.

De acordo com a edição de 7 de junho de 1941 do [\*Correio da Estremadura\*](#)

*“sobranceiro à vila, o edifício é dotado com grandes salas de refeitório e diversão, dormitórios para uma centena e meia de crianças, varandas rasgadas para o oceano, consultório médico, instalações para pessoal, chuveiros, etc.”.*

O [ato inaugural](#) é-nos relatado na edição do mesmo jornal de 14 de junho de 1941.

De acordo com o regulamento interno, a colónia:

- funcionava de 20 de junho a 20 de agosto de cada ano;
- tinha a lotação para 55 meninas e 55 meninos em turnos de 20 dias;
- cada câmara municipal da província, ou outras entidades concelhias, teriam de enviar até ao dia 1 de junho a relação das crianças que pretendia enviar, suportando os custos de transporte e uma diária estabelecida anualmente;
- as crianças deveriam ter entre 7 e os 12 anos de idade, sem doenças contagiosas e com exame prévio e boletim médico devidamente preenchido pelo clínico designado;
- a Junta da Província do Ribatejo fornecia alimentação, mobiliário, roupa, fatos de banho e bibes, chapéus, etc.;
- era assistida por um fiel, um médico e um capelão;
- nos restantes meses do ano o edifício funcionava como preventório para crianças que necessitassem de “cura marítima” sob solicitação das câmaras municipais e particulares.

As instruções de admissão informam-nos ainda que:

- a entrada na colónia era efetuada até às 10 horas do dia designado, havendo almoço preparado, e o regresso seria depois de almoço do dia estabelecido, com direito a lanche para viagem de regresso;
- cada criança deveria levar para seu uso duas camisas ou dois pijamas, um par de sandálias, sapatos, botas ou alparcatas brancas.
- as crianças deviam apresentar-se “*em perfeito estado de asseio*”, de cabelo curto, “*com as cabeças bem limpas e absolutamente isentas de parasitas*”;
- as meninas deveriam ainda fazer-se acompanhar de “*pente de alisar*” sendo proibido “*artigos de adorno, tais como anéis, brincos, etc.*”;
- os exames médicos não apenas proibiam o ingresso de crianças portadoras de doenças contagiosas, mas também das que exibissem “*defeitos físicos, feridas, furúnculos, sezões, etc.*”.

### 3. O CONCURSO PARA FORNECIMENTO DE BIBES E FATOS DE BANHO

O processo de aquisição de vestuário destinado às crianças que frequentariam a colónia balnear da Nazaré encontra testemunhos documentais a partir de 15 de novembro de 1940.

Manuel António Branco, presidente da Junta de Província do Ribatejo, lançou uma consulta aos Armazéns Grandela, Armazéns do Chiado e a Ramiro Leão e Companhia, todos de Lisboa, para a aquisição de:

- “300 fatos de banho constituídos por calção com alças para rapazes de 7 a 10 anos de idade;
- 300 fatos de banho, constituídos de um calção com saiate, com alças nas costas e cobertura no peito, para meninas de 7 a 10 anos de idade;
- 300 batas com cinto, de riscado aos quadradinhos azuis e brancos, para rapazes de 7 a 10 anos de idade;
- 300 batas com cinto, de riscado aos quadradinhos rosa e branco para meninas de 7 a 10 anos de idade”.

Os três fornecedores apresentaram preços e amostras. No entanto, a decisão tardou e só ganhou novo fôlego a 14 de março de 1941 com a publicitação do caderno de encargos e mapa de quantidades que destacamos. O mesmo Manuel António Branco solicitou novas cotações desta vez para:

- “120 calções com alças para rapazes de 7 a 12 anos de idade, em riscado xadres azul e branco de 1ª qualidade;
- 120 bibes para rapazes de 7 a 12 anos de idade, em riscado xadres azul e branco de 1.ª qualidade;
- 120 calções com uma pequena saia e alças nas costas e com uma pequena cobertura no peito, em riscado xadres branco e côr de rosa de 1ª qualidade, para meninas de 7 a 12 anos de idade;
- 120 bibes em riscado xadres branco e côr de rosa de 1ª qualidade, para meninas de 7 a 12 anos de idade”.

O preço deveria incluir a entrega no edifício da Colónia Balnear, à Avenida da Independência, na Nazaré, até ao dia 10 de maio desse ano.

A proposta adjudicada, no valor de 3.912\$00, foi apresentada a 20 de março pelo vice-provedor da Misericórdia de Torres Novas “para ser executado pelas asiladas do Asilo Creche”.

Torres Novas,  
Ex.ª Sra. Sra.

**PROPOSTA**

N.º *Adjudicada*

Para fornecimento á Junta de Provincia de Ribatejo

120 Calções com alças para rapazes de 7 a 12 anos de idade em riscado xadres azul e branco de 1ª qualidade.	a 3250	432000
120 calções para menina, com uma pequena saia e alças nas costas e com uma pequena cobertura no peito, em riscado xadres branco e rosa de 1ª qualidade para meninas de 7 a 12 anos;	— cada peça 7000	840000
120 bibes para rapazes de 7 a 12 anos, em riscado de 1ª qualidade, xadres azul e branco.	— cada peça 11000	1320000
120 bibes para meninas de 7 a 12 anos, em riscado de 1ª qualidade, xadres rosa e branco.	— cada peça 11000	1320000
<b>Total do fornecimento</b>		<b>3912000</b>

Mercaçoria posta no edifício da junta na Praia da Nazaré.

Torres Novas 20 de Março de 1941

O Vice Provedor

*[Signature]*

PT/ADSTR/AL/JPR - Proposta da Misericórdia de Torres Novas

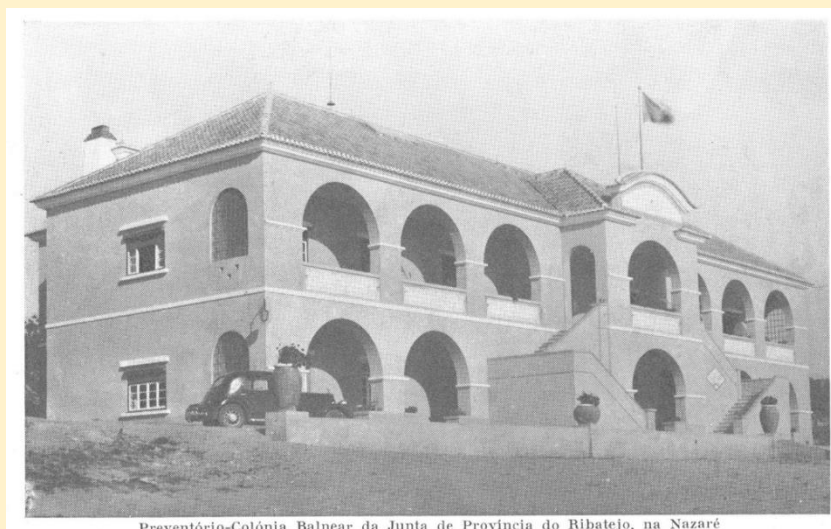
A receção da encomenda é comunicada ao Presidente da Junta de Província do Ribatejo a 10 de maio:

*“recebi hoje dois fardos, do Asilo Creche de Tôrres Novas, contendo: duzentos e quarenta bibes de riscado azul e branco e rosa e branco; e duzentos e quarenta fatos de banho de riscado das mesmas côres, e de vários números, sendo metade para meninas e a outra para meninos, verificando estar tudo em ordem.”*

O pagamento do valor, por meio de cheque sobre a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, ocorreu no dia 17 de maio de 1941.

A colónia funcionou durante várias décadas e acolheu milhares de crianças até 2009, apenas com um interregno para acolher retornados das colónias entre 1975 e 1980. Foi muito importante para as crianças carenciadas do Ribatejo. Para muitos, a única oportunidade que tinham de passar férias à beira-mar.

A Associação de Municípios de Vale do Tejo, proprietária do edificado, tem no seu arquivo um conjunto interessante de provas fotográficas que aqui partilhamos:



Preventório-Colónia Balnear da Junta de Província do Ribatejo, na Nazaré

PT/AMVT - Postal de recordação para os meninos que frequentavam a colónia, 1941.



PT/AMVT - Turno de crianças dos concelhos da Chamusca, Tomar, Golegã, Sardoal e Santarém, 1941.



PT/AMVT - Turno de crianças do asilo de Torres Novas, 1941.



PT/AMVT - Refeitório, 1941.



## BIBLIOGRAFIA

### Fontes:

Portugal. Arquivo Distrital de Santarém. Junta da Província do Ribatejo. [PT/ADSTR/AL/JPR]. [Em linha]. [Consult. 23 mai. 2024]. Disponível na internet: <https://digitarq.adstr.arquivos.pt/details?id=1162167>

Portugal. Arquivo Distrital de Santarém. Conselho Provincial do Ribatejo. Atas: *Ata de 21 de maio de 1941*. [PT/ADSTR/AL/CPR/001/0001]. [Em linha]. [Consult. 23 mai. 2024]. Disponível na internet: <https://digitarq.adstr.arquivos.pt/details?id=1162235>

A Junta de Província do Ribatejo. In *Correio da Estremadura*. (7 jun. 1941). [Em linha]. [Consult. 23 mai. 2024]. Disponível na internet: <https://arquivo.correiodoribatejo.pt/2022/05/03/correio-da-estremadura-no2614-07jun1941/>

O modelar preventório da Junta de Província. In *Correio da Estremadura*. (14 jun. 1941). [Em linha]. [Consult. 23 mai. 2024]. Disponível na internet: <https://arquivo.correiodoribatejo.pt/2022/05/03/correio-da-estremadura-no2615-14jun1941/>

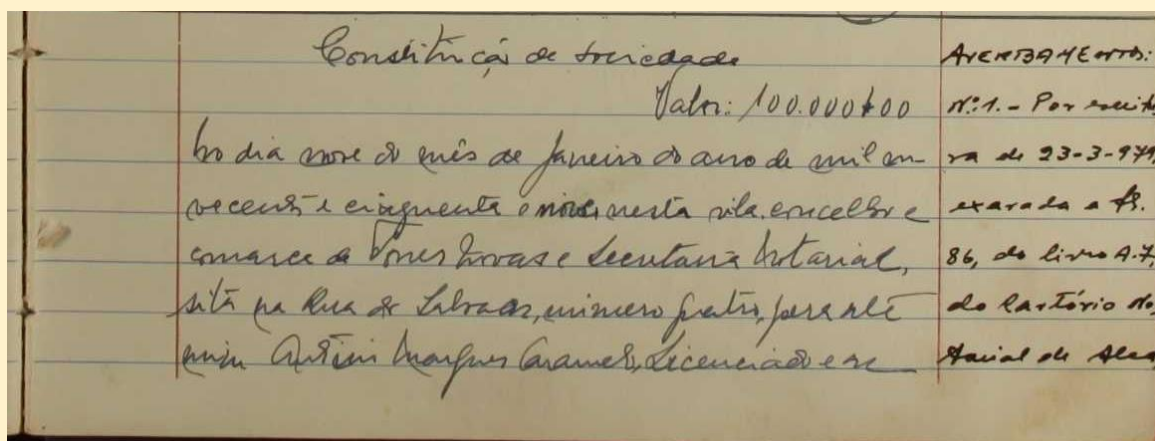
Portugal. Associação de Municípios do Vale do Tejo: *Colónia Balnear da Nazaré*. [PT/AMVT]

### Agradecimentos:

*Associação de Municípios do Vale do Tejo*



**JUL '24: "LOUREX": A Indústria têxtil em Minde no séc. XX (LL/FR)**



PT/ADSTR/NOT/02CNTNV/001/0859

**1941, janeiro, 9 - Torres Novas**

Escritura de constituição de sociedade (capital de 100.000\$00) com a firma António Lourenço & Filhos, Ld.<sup>a</sup>, sede em Minde, tendo por sócios: António Lourenço Anjos da Silva, Lourenço Coelho Anjos da Silva, Lourenço Coelho Carvalho e António Coelho da Silva, casados, industriais, naturais e residentes em Minde, Alcanena, com o objeto de indústria de malhas, mantas, fios para tricot, comércio de peles e lãs, etc.

**Fonte:** Portugal. Arquivo Distrital de Santarém. Cartório Notarial de Torres Novas - 2.º Ofício (notário António Marques Caramelo), liv. 859 (orig. 121), f. 41 a 44. [PT/ADSTR/NOT/02CNTNV/001/0859].

**Notas:** Tem averbadas escrituras de 1979-03-23, 1979-06-12, 1981-07-03 e 1981-09-30 (entrada de novo sócio, alteração de pacto social, amortização de quota e aumento de capital), todas lavradas no Cartório Notarial de Alcanena.

## 1. O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA DE LANIFÍCIOS EM MINDE

A freguesia de Minde está localizada numa depressão entre os Planaltos de S. António e de S. Mamede (Polje de Minde), em pleno Maciço Calcário Estremenho, o que, durante muito tempo, manteve a comunidade local isolada.

A fraca aptidão para a prática da agricultura levou a que, desde cedo, os locais se dedicassem à pastorícia e ao fabrico artesanal de lanifícios (fabrico da lã, cardação e tecelagem), bem como à sua comercialização.

A atividade está bem comprovada no séc. XVII em diversos documentos estudados por João Madeira Martins, nomeadamente em habilitações *de genere*<sup>[1]</sup>.

Beneficiando do saber fazer destes povos, instala-se em Minde, em 1733, o Hospício de Santana, de frades arrábidos e a sua fábrica de hábitos. Durante os 100 anos da sua existência participou e incentivou o progresso desta indústria.

Em 1802, o Corregedor da Comarca de Ourém, Bernardo António Ferreira de Macedo, respondendo à Ordem [da Junta do Comércio] de 5 de fevereiro<sup>[2]</sup> informava que em Minde se fabricavam lãs e se teciam buréis, panos de varas, alforges e mantas para a tropa, fundições e arsenais do Exército e Marinha, “*sem formalidade de fábrica, mas em casa de particulares*”. Acrescentava ainda que

*“Neste tráfego se empregam quase todas as pessoas do mesmo lugar, com exceção de poucas, proporcionando o tempo, nas diferentes estações do ano, empregando-se ao mesmo tempo no serviço do campo, nas ocasiões que é preciso”.*

Pouco se sabe do desenvolvimento desta indústria, mas é natural que, a partir de meados do séc. XIX, recuperada a normalidade posta em causa pelas invasões francesas e pelas guerras liberais, e apesar do encerramento do Hospício dos frades arrábidos, as atividades de fiação e cardação de lãs, bem como as de fabricação de mantas, tenham sido retomadas e mesmo incrementadas.

Francisco Madeira Martins, no n.º 146 do *Jornal de Minde*<sup>[3]</sup> relata o episódio do transporte da 1.ª máquina a vapor, adquirida em finais do séc. XIX por João Higinio Teixeira Guedes. A novidade teve, no entanto, curta duração, já que a fábrica sofreu um grave incêndio que a destruiu acabando o industrial por desistir dos lanifícios<sup>[4]</sup>.

## 2. O PÓS-GUERRA E A INDÚSTRIA DAS MALHAS

No século XX, a indústria têxtil de Minde desenvolveu-se sobretudo ao nível da fabricação de malhas exteriores, indústria que se desenvolveu no país por iniciativa de alguns cidadãos polacos que se estabeleceram em Lisboa durante a 2.ª Guerra Mundial. Conta-se que, em 1942:

*“o industrial sr. António Roque Gameiro, como outros, em risco de ver prejudicada a sua vida e abalado o seu futuro, procurou, para que lhe desse uma sugestão, um amigo de Lisboa, o sr. António Lourenço Alves, a quem*

*expôs a sua situação aflitiva em que se encontrava, tanto pela falta da necessária matéria-prima - cujas vendas estavam condicionadas apenas a certos tipos de laboração em grande escala - como pela pequena dimensão da sua indústria. Este, interessando-se em auxiliá-lo, lembrou-lhe que poderia montar em Minde uma fábrica de malhas exteriores, para a qual não havia condicionalismos nem de instalação nem de produção. Aceite a ideia, dela nasceu a conhecida Sociedade Industrial de Malhas Mindense, constituída pelos srs. António Lourenço Alves, António Roque Gameiro e Virgílio Augusto do Rio, este último o primeiro mestre de malhas aparecido na região e que tanto havia de contribuir para o seu desenvolvimento, pois foi quem ensinou a um grande número de mindericos, a trabalhar com as máquinas novas.”<sup>[5]</sup>*

Na década de 50-60 do séc. XX, resultado do desenvolvimento industrial, a população de Minde cresceu 48,4%.

Em 1963 (Decreto n.º 45189, de 14 de agosto (DG n.º 191/1963, Série I, de 1963-08-14, p. 1104), Minde foi elevada à categoria de vila considerando: o apreciável desenvolvimento demográfico e urbanístico; o notável incremento industrial; o facto de ser servida por adequadas vias de comunicação e dotada com distribuição domiciliária de água e energia elétrica, assim como de rede de saneamento; a existência de diversas instituições de interesse público, incluindo infantário, Casa do Povo, com valiosa sala de espetáculos, corpo de bombeiros e clubes recreativo e desportivo, estando prevista a construção de mercado e parque de jogos.

Em 1970 encontravam-se instaladas em Minde cerca de cinquenta fábricas têxteis, equipadas com “*modernos maquinismos*” que empregavam perto de 1500 pessoas.

A par destas fábricas constituíram-se outras, como uma fábrica construtora de máquinas de malhas retilíneas, bem como 3 tinturarias, que empregavam cerca de 200 trabalhadores. Numerosos agentes comerciais de produtos subsidiários das mesmas também se estabeleceram na zona.

A maioria das fábricas era de cariz familiar que, não abandonando os fabricos e comércio tradicionais, apostaram neste novo produto.

Muitos dos sócios, quando não toda a sociedade comercial, participavam em negócios associados, desde a fiação e tinturaria aos transportes.

### **3. A FIRMA ANTÓNIO LOURENÇO E FILHOS, LDA. - “LOUREX”**

Em 1970, por ocasião da visita do Presidente da República, Almirante Américo Tomás, a revista “*A Hora*”: *Jornal Ilustrado* dedica os seus n.ºs 88, 89 e 90 ao concelho de Alcanena, com grande destaque para a freguesia de Minde.

Era então presidente da Junta de Freguesia de Minde Lourenço Coelho Anjos da Silva, fundador da firma António Lourenço & Filhos, Lda. - “Lourex”, juntamente com seu pai, António Lourenço dos Anjos da Silva e cunhado, Lourenço Coelho Carvalho.

Da firma, apresentada como exemplo, é dito que iniciara atividade a 1 de maio de 1953 com a designação de António Lourenço dos Anjos da Silva.

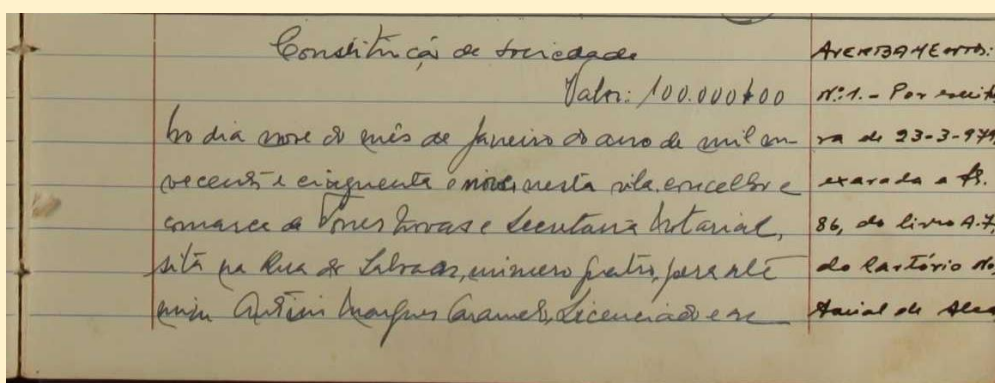
Em 9 de janeiro de 1959 é constituída nova sociedade, cuja escritura é o documento que hoje destacamos. Para além dos elementos já citados, a nova sociedade incluía ainda, como sócio, António Coelho da Silva, todos residentes na freguesia de Minde, concelho de Alcanena<sup>[6]</sup>, adotando a designação António Lourenço & Filhos, Ld.<sup>a</sup>, com o objeto da indústria de malhas, mantas, fios para tricô, e o comércio de peles e lãs.

A exploração foi principiada com uma máquina de malhas, retilínea, manual de 1 m de largura, com um bobinador de seis fusos e uma máquina manual de costura, “em modesto edifício de renda”.

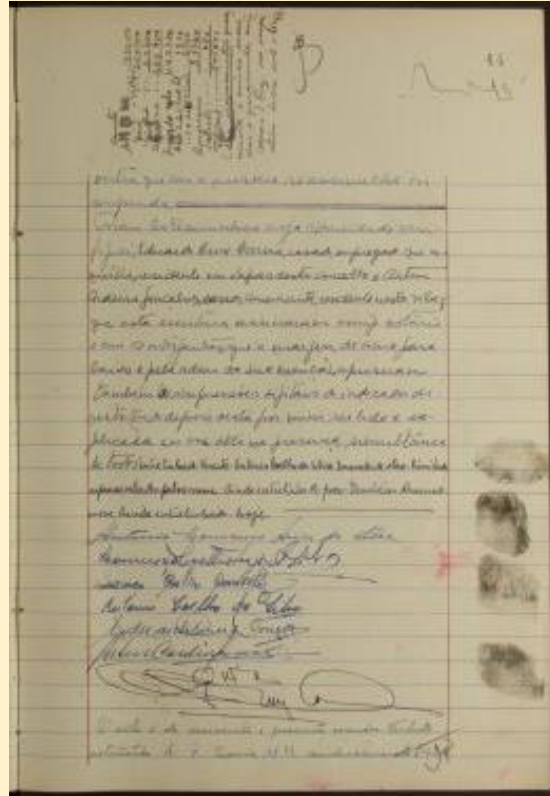
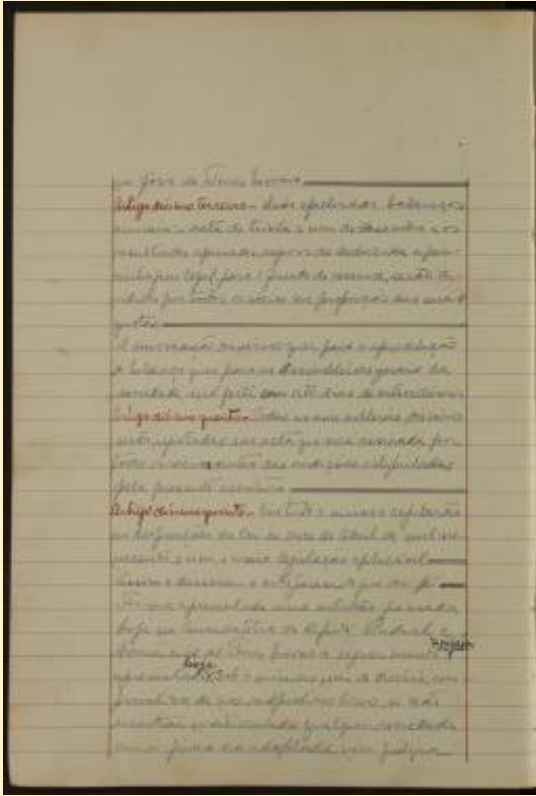
Com a aquisição de novas máquinas, o alargamento do negócio e a necessidade de dar condições sociais aos seus trabalhadores, foi necessário construir um edifício de raiz.

A unidade fabril, de cariz familiar, possuía à data, 250 trabalhadores, um refeitório em edifício próprio e planos para a construção de um bairro social, ao abrigo da Lei n.º 2092<sup>[7]</sup>.

Dada como caso de sucesso, fazia jus ao lema “*Labor omnia vincit*” (O trabalho vence tudo).







PT/ADSTR/NOT/02CNTNV/001/0859, f. 41-44

#### 4. AS PREOCUPAÇÕES SOCIAIS

Os trabalhadores provinham de Minde e de locais vizinhos pelo que, em 1973<sup>[8]</sup>, apesar da criação de carreiras públicas, os industriais ainda se queixavam dos elevados custos de transporte de pessoal.

Empregando um grande número de mulheres, havia enorme preocupação com o apoio à infância. A Casa do Povo, constituída por alvará de 14 fevereiro de 1940, com o apoio do Instituto das Obras Sociais do Ministério das Corporações<sup>[9]</sup>, promoveu a criação de uma creche em Minde. No início dos anos 70 funcionava das 8:00 às 18:00h, numa casa alugada, albergava 50 crianças e era regida pelas Irmãs Concepcionistas.

A Casa do Povo de Minde desenvolveu ainda avultados esforços para a construção de um ginnodesportivo, instalação de um posto médico e, sobretudo, para a construção de um bairro de casas económicas<sup>[10]</sup>.

Fazia-se radicar a falta de mão-de-obra no problema da habitação, que já vinha a ser discutido, pelo menos, desde 1965:

*“Não se pode favorecer a aquisição de mão-de-obra que falta enquanto Minde não tiver habitações de renda económica para as oferecer aos que a procuram acompanhada dos seus agregados familiares. E sem casa o trabalhador não fica e se fica, o que acontece com alguns, é para fazerem de Minde uma escola de aprendizagem, e mais tarde, logo que estejam especializados,*

*ausentarem-se para outros meios onde lhes oferecem melhores condições de habitação e até de vida.”*

## 5. ATUALIDADE

Atualmente, apesar da crise no setor, consequência da globalização e da concorrência asiática, a atividade têxtil continua a ter um papel importante na economia da freguesia, a par do transporte de mercadorias e do corte e transformação de rocha calcária e mármore.

Em 2024, Minde regista 215 empresas, sendo seis empresas de fabricação de têxteis e 16 indústrias de vestuário, de um total de 28 indústrias transformadoras<sup>[11]</sup>.

### Fabricação e acabamento de têxteis

- Sociedade industrial da nova tinturaria mindrica, Ld.<sup>a</sup>; Têxteis Maxime Prodigious, unipessoal, Ld.<sup>a</sup>; Fábrica de malhas Esmeralda, Ld.<sup>a</sup>; Any Ruca - Bordados industriais, Ld.<sup>a</sup>; Roquelã - Atelier mindense tecelagem unipessoal, Ld.<sup>a</sup>; Lorcel - Indústria têxtil.

### Indústria do vestuário

- Primma - Produção industrial de moda em malhas, Ld.<sup>a</sup>; Rijoma - Indústria de têxteis, Ld.<sup>a</sup>; Ramiro Almeida & Filhos, Ld.<sup>a</sup>; Têxtil Rogam, Ld.<sup>a</sup>; Ferreira & Raposo, Ld.<sup>a</sup>; Luvapele - Criação de artigos em pele, Ld.<sup>a</sup>; Malhas Querido, Ld.<sup>a</sup>; Azedo & Ferreira, Ld.<sup>a</sup>; Ricap - Moda e malha, unipessoal, Ld.<sup>a</sup>; Confecções Ribanjós, Ld.<sup>a</sup>; Figura Trivial, Ld.<sup>a</sup>; Prestigetime, unipessoal, Ld.<sup>a</sup>; Expolovas, Indústria e comércio de luvas, Ld.<sup>a</sup>; Abalmar - Fábrica de malhas, Ld.<sup>a</sup>; Salvador Dinis Silva Rito, Ld.<sup>a</sup>; Paellos - Indústria de malhas, Ld.<sup>a</sup>

Notas:

[1] Cf. João Madeira Martins - *Antiguidades de Minde*. 3 vol. Odivelas: 1988-1990 e Abílio Madeira Martins e Agostinho Nogueira - *Minde: História e monografia (Apontamentos)*. Comissão da Festa do Espírito Santo, 2002, p. 149-153.

[2] Sobre estes inquéritos ver Jorge Miguel Pedreira - Estrutura sectorial e regional da indústria portuguesa: Estatística e Cartografia. Os inquéritos industriais da Junta do Comércio (1815-1825). *Revista Económica e Social*. 27 (set.-dez. 1989) 95-135.

[3] Cf. *Idem, ibidem*, 162-163.

[4] Em 1891 funda em Maceira, concelho de Leiria, uma fábrica de cimentos.

[5] *A Hora: jornal ilustrado*. 2.ª série. n.ºs 88, 89, 90 (out., nov., dez. 1970). A sociedade foi constituída por escritura de 18 de julho de 1942, lavrada de f. 28 a 29v. do livro 167 do notário Pedro Augusto dos Santos Gomes (8.º Cartório Notarial de Lisboa). Sócios: Virgílio Augusto do Rio, comerciante, de Lisboa, António Roque Gameiro, António Lourenço Alves, comerciante, residente em Lisboa. Designação: Sociedade Industrial de Malhas Mindense, Ld.ª, Sede: Minde, concelho de Alcanena; Objeto: industrialização de malhas em lã, algodão e fabricação de tecidos de malhas, etc.

[6] É referido que se estudava uma alteração de pacto social com a introdução de um novo sócio, Humberto Coelho da Silva, mas tal só veio a acontecer em 1979 (escritura de 23 de março de 1979, exarada a f. 86 do liv. A-7, do Cartório Notarial de Alcanena).

[7] Lei n.º 2092, de 9 de abril de 1958 (*DR* n.º 72/1958, Série I, de 9 de abril) 213 a 216. Estabelecia as modalidades de cooperação das instituições de previdência, das Casas do Povo e das suas Federações no fomento da habitação, nomeadamente pela construção, para arrendamento ou alienação de casas económicas e de casas de renda livre e pela concessão de empréstimos para construção ou beneficiação de habitação própria. Estabelecia ainda as regras gerais correspondentes a cada um dos regimes previstos.

[8] Artigo do *Diário Popular* de setembro de 1973 apenso ao processo 35 (Casa do Povo de Minde) - Conjunto Habitacional (Bairro) - PT/ADSTR/AC/JCCP/00081.

[9] Extinto por Portaria n.º 197/81, de 20 de fevereiro, e os seus serviços integrados nos respetivos Centros Regionais.

[10] Em 27 de janeiro de 1972 a direção da Casa do Povo de Minde, presidida por Lourenço Coelho Carvalho, sócio da “Lourex”, elabora um memorial onde expõe a necessidade destes equipamentos.

[11] Fonte: [https://infoempresas.jn.pt/C13\\_FABRICACAO-TEXTEIS/Freguesia\\_MINDE-ALCANENA.html](https://infoempresas.jn.pt/C13_FABRICACAO-TEXTEIS/Freguesia_MINDE-ALCANENA.html).

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes documentais:

Portugal. Arquivo Distrital de Santarém. Cartório Notarial de Torres Novas (2.º Ofício). [PT/ADSTR/NOT/02CNTNV]. [Em linha]. [Consult. 30 jan. 2025]. Disponível na internet: <https://digitarq.adstr.arquivos.pt/details?id=1020027>

Portugal. Arquivo Distrital de Santarém. Junta Central das Casas do Povo - Distrito de Santarém. [PT/ADSTR/AC/JCCP]. [Em linha]. [Consult. 30 jan. 2025]. Disponível na internet: <https://digitarq.adstr.arquivos.pt/details?id=1198027>

Portugal. Arquivo Distrital de Santarém. Cartório Notarial de Alcanena. [PT/ADSTR/NOT/CNACN]. [Em linha]. [Consult. 30 jan. 2025]. Disponível na internet: <https://digitarq.adstr.arquivos.pt/details?id=1008317>

### Estudos:

AAVV - *Memórias de Minde: séc. XX*. Minde: Comissão de Festas do Espírito Santo, 2000.

AAVV - *A Hora: jornal ilustrado*. 2.ª série. n.ºs 88, 89, 90 (out., nov., dez. 1970).

ALMEIDA, Maria Alzira - Os frades arrábidos em Minde. *Mátria Digital* 6 (nov. 2018-out. 2019) 257-272. [Em linha]. [Consult. 30 jan. 2025]. Disponível na internet: [chrome-extension://efaidnbmninnibpcjpcglclefindmkaj/https://matriadigital.santarem.pt/images/n\\_umero6/alzira.pdf](chrome-extension://efaidnbmninnibpcjpcglclefindmkaj/https://matriadigital.santarem.pt/images/n_umero6/alzira.pdf)

ANICETO, Ricardo; LOPES, Leonor; REIS, Fernanda - *Sociedades de Comércio e Indústria em Minde, Alcanena (1950-1973)*. *Atos dos Cartórios Notariais de Alcanena e Torres Novas*. [Em linha]. Santarém: ADSTR, 2024. [Consult. 25 jan. 2025]. Disponível na internet: [https://adstr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/3/2024/07/Comercio-e-Industria-em-Minde\\_1950-1973\\_versao-final.pdf](https://adstr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/3/2024/07/Comercio-e-Industria-em-Minde_1950-1973_versao-final.pdf)

MARTINS, Abílio Madeira; NOGUEIRA, Agostinho - *Minde: História e monografia: (apontamentos)*. Minde: Jornal de Minde, 2002.

MARTINS, João Madeira Martins - *Antiguidades de Minde*. 3 vol. Odivelas: [s.n.], 1988-1990.

MENDES, Rui Manuel Mesquita - *O Padroado do Hospício de Sant'Ana, em Minde (1757)*. [Em linha]. [Consult. 26 jun. 2024]. Disponível na internet: <historia-e-arte-barroca.blogspot.com/2011/06/o-hospicio-de-santana-em-minde.html>

PEDREIRA, Jorge Miguel - Estrutura sectorial e regional da indústria portuguesa: Estatística e Cartografia. Os inquéritos industriais da Junta do Comércio (1815-1825). *Revista Económica e Social*. 27 (set.-dez. 1989) 95-135.

RODRIGUES, João Miguel Matafome - *Relatório de estágio realizado na Câmara Municipal de Alcanena*. Tomar: IPT, 2015. Tese de Mestrado.

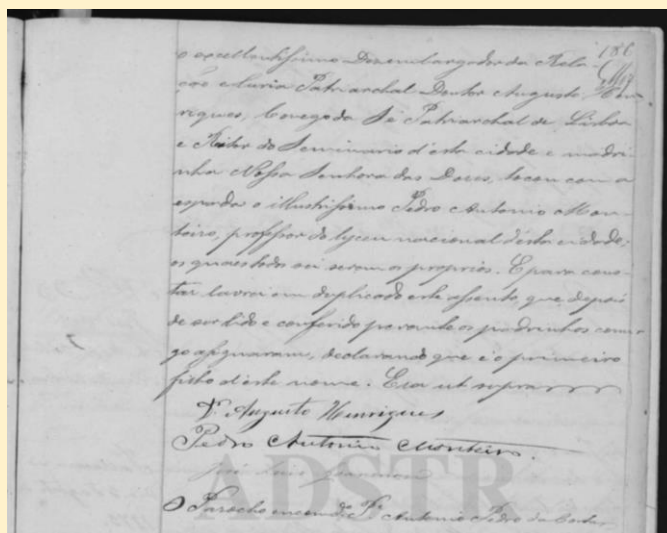
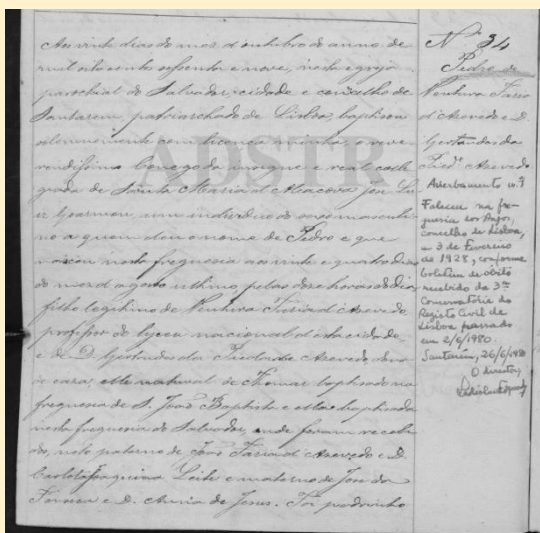
### Agradecimentos:

*Biblioteca Municipal Dr. Carlos Nunes Ferreira*, de Alcanena (Graça Asseiceira)

*Torre do Tombo* (João Miguel Rodrigues).



AGO '24: Pedro de Azevedo (1869-1928) (IF/LL/RA)



PT/ADSTR/PRQ/PSTR21/001/0002 (m\_0376-m0377)

**1869, outubro, 20 - Salvador, Santarém**

Assento de batismo de Pedro Augusto de S. Bartolomeu Azevedo, nascido a 24 de agosto de 1869.

**Pais:** Ventura Faria de Azevedo e Gertrudes da Piedade Azevedo.

**Avós paternos:** João Faria de Azevedo e Carlota Joaquina Leite.

**Avós maternos:** José da Fonseca e Ana de Jesus.

**Padrinhos:** Augusto Henriques, Desembargador da Relação e Cúria Patriarcal, cónego da Sé Patriarcal de Lisboa e reitor do Seminário de Santarém; Nossa Senhora das Dores.

**Oficiante:** José Luiz Goarmon, cónego da Insigne e Real Colegiada de Santa Maria da Alcáçova, com licença do pároco encomendado António Pedro da Costa.

**Fonte:** Portugal. Arquivo Distrital de Santarém. Paróquia de Salvador de Santarém: *Registo de batismos*, liv. 0002, f. 185v.-186. [[PT/ADSTR/PRQ/PSTR21/001/0002](#)].

**Notas:** Tem averbado, com data de 26 de junho de 1980, o óbito ocorrido a 3 de fevereiro de 1928 na freguesia dos Anjos, Lisboa.



## 2. FORMAÇÃO

Pedro de Azevedo terá feito os seus estudos secundários no Liceu Central de Lisboa, onde seu pai lecionava desde 1880. Em julho de 1888, como aluno externo, faz exames de Latim (5.º e 6.º anos) no Liceu de Santarém.

Assentos das matriculas dos Estudantes do Lyceu Nacional de Santarem  
1887 a 1888.

N.º 37 *Pedro Augusto de S. Bartholomeu Azevedo*  
filho de *Ventura Maria de Azevedo*  
natural de *Lisboa*  
morador em *Lisboa*  
de \_\_\_\_\_ annos, abonado por *seu pai*  
foi admitido na aula de *Latim do 5.º anno e correspondente em Latim*  
do *5.º anno*  
como alumno *externo* aos \_\_\_\_\_ de *junho* de 1888

Do que se fez este termo, que assigna comigo Secretario d'este Lyceu.  
*Luiz Fagundes da Silva*  
*Pedro Augusto de S. Bartholomeu Azevedo*

Aos \_\_\_\_\_ de junho de 18\_\_\_\_, o mesmo alumno encerrou matricula na aula de \_\_\_\_\_

Do que se fez este termo, que assigna comigo Secretario d'este Lyceu.

Assento de Matrícula  
PT/ADSTR/ACD/LSB

Matricula	Nome	1.º anno	2.º anno
11	<i>Pedro Augusto de S. Bartholomeu Azevedo</i>	<i>ap</i>	<i>ap</i>
12	<i>...</i>	<i>ap</i>	<i>ap</i>
13	<i>...</i>	<i>ap</i>	<i>ap</i>
14	<i>...</i>	<i>ap</i>	<i>ap</i>
15	<i>...</i>	<i>ap</i>	<i>ap</i>
16	<i>...</i>	<i>ap</i>	<i>ap</i>
17	<i>...</i>	<i>ap</i>	<i>ap</i>
18	<i>...</i>	<i>ap</i>	<i>ap</i>
19	<i>...</i>	<i>ap</i>	<i>ap</i>
20	<i>...</i>	<i>ap</i>	<i>ap</i>

Pauta do exame de Latim  
PT/ADSTR/ACD/LSB

Ainda em 1888, matricula-se no Curso Superior de Bibliotecário Arquivista, agregado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tornando-se o primeiro diplomado deste curso em Portugal.

Durante a sua formação teve contato com Literatura latina e grega, Literatura moderna da Europa, História, Filologia comparada, Paleografia, Diplomática, Numismática e Bibliologia, que se tornaram a base de inúmeros trabalhos e estudos.

Contemporâneo de Braamcamp Freire, Alexandre Herculano, Leite de Vasconcelos, António Baião, Sousa Viterbo, entre outros, publicou vários documentos inéditos, executou rigorosas transcrições de fontes e permitiu a reorganização de importantes fundos bibliográficos e arquivísticos.

Foi considerado um dos mais brilhantes investigadores históricos portugueses, com aptidões notáveis para a paleografia e diplomática, fruto de um intenso exercício paleográfico, treinado sobre muitas letras de diferentes escribas e das mais variadas épocas.

### 3. ATIVIDADE PROFISSIONAL

O decreto de 18 de dezembro de 1890 (DG n.º 291, de 22 de dezembro de 1890) nomeia Pedro de Azevedo, precedendo concurso, amanuense-paleógrafo do Real Arquivo da Torre do Tombo passando a oficial em 1894<sup>[1]</sup>.

Foi convidado para professor e regente da cadeira de Diplomática no Curso Superior de Bibliotecas e Arquivos. Em 1902<sup>[2]</sup> passa a 1.º conservador, ano em que foi igualmente nomeado professor de Paleografia do Curso de Bibliotecários-Arquivistas.

Em 1918 é nomeado pela Biblioteca Nacional de Lisboa para dirigir a secção de Reservados e, em 1927, é nomeado diretor interino, cargo que ocupou até à data do seu falecimento.

Além da sua bem-sucedida carreira profissional, Pedro de Azevedo fez parte ativa de várias academias e sociedades culturais portuguesas e estrangeiras: Academia de Ciências de Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Mutualidade das Bibliotecas e Arquivos de Lisboa e Instituto do Ceará-Brasil.

Na Academia de Ciências de Lisboa desempenhou vários cargos, designadamente o de Vice-Presidente (1922) e o de Secretário da Classe de Letras (1923-1928).

O domínio da paleografia e da diplomática, a par do conhecimento profundo do Arquivo da Torre do Tombo, orientaram a sua atividade, principalmente, para a publicação de documentos, fazendo dele um prossecutor da investigação histórica iniciada por João Pedro Ribeiro e Alexandre Herculano.

Pedro de Azevedo foi um erudito que via no ensino um veículo para a reconstituição da História, valorizando o trabalho de arquivo como a base do trabalho do historiador.

### 4. OBRA PUBLICADA

Da sua extensa obra, destacamos alguns documentos publicados por si ou em colaboração:

- *Alguns selos antigos de Santarém* (1897);
- *Os «De Vasconcelos»* (1904);
- *Os antepassados do Marquês de Pombal* (1905);
- *Livro dos Bens de D. João de Portel* (1907);
- *Registos da Freguesia de Santa Cruz do Castelo desde 1536 até 1628* (1913);
- *Capítulos do concelho de Elvas, apresentado em Cortes* (1914);
- *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos* (1915);

- *As cartas de criação de cidade concedidas a povoações portuguesas* (1917)
- *D. Afonso V e a ordem de Torre e Espada* (1919);
- *O Processo dos Távoras* (1921);
- *Registos Paroquiais da Sé de Tânger* (1922);
- *Documentos relativos ao descobrimento e Colonização do Brasil, durante o sec. XVI, existentes em arquivos portugueses* (1928).
- *Instruções inéditas de D. Luís da Cunha a Marco António de Azevedo Coutinho* (1929)

## 5. TOPONÍMIA

Em 1979, o edital municipal de 14 de maio de 1919 determinou atribuir-se à Rua C e Impasse C-1 do Bairro da PRODAC (Vale Fundão, freguesia de Marvila, Lisboa) o nome de Rua Pedro de Azevedo.

O referido edital incluiu na toponímia lisboeta o nome de sete historiadores, sendo cinco do século XIX, um da passagem do século XVII-XVIII e um do século XX.

### Notas:

[1] Decreto de 12 de abril de 1894. *DG* 83 (14 abr. 1894).

[2] Decreto de 28 de junho de 1902. *DG* 149 (8 jul. 1902).

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes documentais:

Portugal. Arquivo Distrital de Santarém. Paróquia de S. Salvador, Santarém. [PT/ADSTR/PRQ/PSTR21/001/0002]. [Em linha]. [Consult. 30 jan. 2025]. Disponível na internet: <https://digitarq.adstr.arquivos.pt/details?id=1006335>

Portugal. Arquivo Distrital de Santarém. Liceu Sá da Bandeira [PT/ADSTR/ACD/LSB].

Portugal. Torre do Tombo. 3.<sup>a</sup> Conservatória do Registo Civil de Lisboa. [PT/TT/RC/CRCLSB3/002/00031]. [Em linha]. [Consult. 30 jan. 2025]. Disponível na internet: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=7656952>

AZEVEDO, Pedro Augusto de S. Bartolomeu de, 1869-1928 - *Carta de Pedro de Azevedo acerca do manuscrito "Instruções Políticas" de D. Luís da Cunha*. [Em linha]. Lisboa: Academia de Ciências. [Consult. 30 jul. 2024]. Disponível na internet: <https://arquivo.acad-ciencias.pt/viewer?id=53383&FileID=92392&recordType=Description>

Portugal. Arquivo Municipal Alberto Sampaio. Alberto Sampaio (1841-1908). Adulto. Atividade de Investigação. Notas de Investigação. História. Árvore do costado resumido segundo - "Os antepassados de Camilo por Pedro A. Azevedo Edic. particular - Lisboa, 1907". [PT/MVNF/AMAS/AS-AS/2-2.10-2.10.2/001/000011]. [Consult. 30 jul. 2024]. Disponível na internet: <https://arquivoalbertosampaio.org/details?id=29169>

Portugal. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registo Geral de Mercês. Registo Geral de Mercês do reinado de D. Carlos. Mercês de D. Carlos: livro 3, f.129. [PT/TT/RGM/L/0003/261203]. [Em linha]. [Consult. 25 jan. 2025]. Disponível na internet: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2091271>

Portugal. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registo Geral de Mercês. Registo Geral de Mercês do reinado de D. Carlos. Mercês de D. Carlos: livro 5, f.237. [PT/TT/RGM/L/0003/261203] [Em linha]. [Consult. 25 jan. 2025]. Disponível na internet: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2091271>

Portugal. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registo Geral de Mercês. Registo Geral de Mercês do reinado de D. Carlos. Mercês de D. Carlos: livro 18, f. 298. [PT/TT/RGM/L/0003/261203]. [Em linha]. [Consult. 25 jan. 2025]. Disponível na internet: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2104796>

### Estudos:

AZEVEDO, Pedro Augusto de S. Bartolomeu de, 1869-1928. Registo de autoridade. [Em linha]. Lisboa: Academia de Ciências. [Consult. 25 jan. 2025]. Disponível na internet: <https://arquivo.acad-ciencias.pt/details?id=20112&detailsType=Authority>

*ENCICLOPÉDIA Luso Brasileira de Cultura*, Vol. 3. Lisboa: Ed. Verbo, p. 228-229.

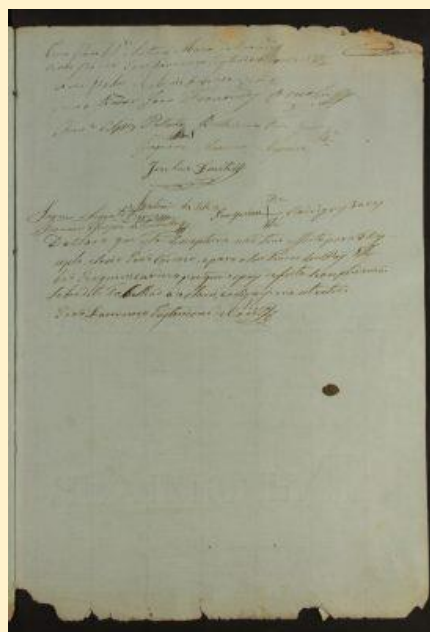
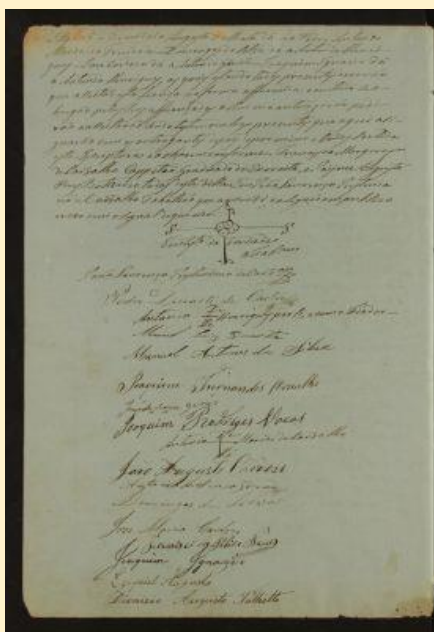
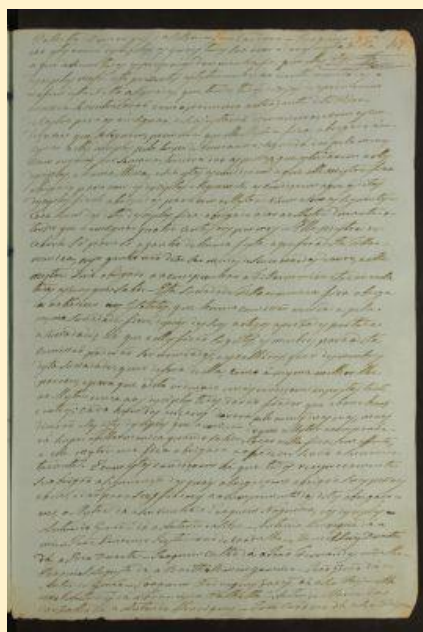
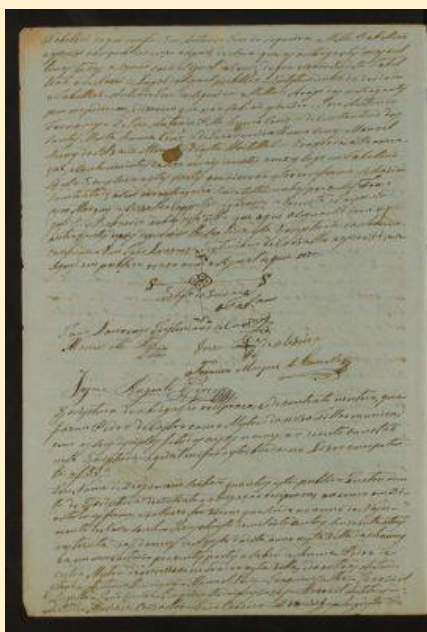
NORTE, Armando - AZEVEDO, Pedro de. In *Dicionário de Historiadores Portugueses*. [Em linha]. Lisboa: CHUL; BNP, 2016. [Consult. 25 jan. 2025]. Disponível na internet: [https://dichp.bnportugal.gov.pt/imagens/azevedo\\_pedro.pdf](https://dichp.bnportugal.gov.pt/imagens/azevedo_pedro.pdf)

RIBEIRO, Fernanda - *O ensino da Paleografia e da Diplomática no Curso de Bibliotecário-Arquivista*. [Em linha]. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2006. [Consult. 25 jan. 2025]. Disponível na internet: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1244.pdf>

SERRÃO, Joel - *Dicionário de História de Portugal*, Vol. I. Porto: Liv. Figueirinhas, p. 265-266.

**Agradecimentos:** Academia de Ciências de Lisboa (Dr. José Rocha).

## SET '24: A primeira Filarmónica da Chamusca (1853) (LL/RA)



PT/ADSTR/NOT/03CNCHM01/001/0009; 48v-50

1853, agosto, 30 - Chamusca

Escritura de obrigação recíproca e contrato mútuo que fizeram Pedro de Castro, como Mestre da Filarmónica com os seus discípulos futuros

Fonte: Portugal. Arquivo Distrital de Santarém. 3.º Cartório Notarial da Chamusca, tab. João Lourenço Justiniano de Carvalho, liv. 9, f. 48v.-50. [\[PT/ADSTR/NOT/03CNCHM01/001/0009\]](#).

## 1. DIA NACIONAL DAS BANDAS FILARMÓNICAS (1.º DE SETEMBRO)

*“Banda Filarmónica”, por vezes apenas “Banda de Música”, “Banda Civil”, “Filarmónica” ou só “Música”, é a designação dada a uma Orquestra de Sopros e Percussão de estrutura amadora que se alicerça numa comunidade. A nível social, estas instituições musicais são geralmente organizadas e administradas com base no modelo das Sociedades Filarmónicas criado no século XIX. A maior parte das vezes estas estruturas têm uma Escola de Música que alimenta a Banda, têm um maestro que por vezes acumula o papel de coordenador da Escola e uma direção administrativa responsável por aspetos mais logísticos e de produção, como organizar concertos, assinar contratos para atuações, cuidar da vida financeira da sociedade, do marketing, etc. Em algumas destas coletividades a música não é a única atividade oferecida à comunidade. [...]*

*Em Portugal este é um fenómeno de âmbito nacional, presente tanto nas zonas rurais como urbanas, que se desenvolveu rapidamente com os ideais liberais pós-Revolução Francesa, sobretudo após a criação da Sociedade Filarmónica de Concertos de Lisboa, em 1822. Apesar de alguns períodos de crise, sempre foi um dos mais importantes suportes musicais, tanto pela sua versatilidade performativa como pela sua capacidade de socialização e representação social.<sup>[1]</sup>*

A [Resolução n.º 56/2013, de 14 de agosto](#), por iniciativa do então Secretário de Estado da Cultura, em reconhecimento da importância do trabalho desenvolvido pelas Bandas Filarmónicas em prol das comunidades e da formação musical, e em homenagem à sua história, instituiu o dia 1 de setembro como o Dia Nacional das Bandas Filarmónicas.

Comemorando essa efeméride destacamos o documento fundacional da primeira Filarmónica da Chamusca.

Em [documento anexo](#) apresentamos o elenco das escrituras notariais relativos à(s) Filarmónica(s) da Chamusca juntamente com uma breve análise das mesmas, enquadrada em termos gerais na história da génese das bandas musicais e na da Chamusca em particular.



**A(S) FILARMÓNICA(S) DA CHAMUSCA (1853-1898)**  
Recolha de atos notariais

## 2. A PRIMEIRA FILARMÓNICA DA CHAMUSCA

Fonseca (2002)<sup>[2]</sup> refere que a primeira referência a uma Filarmónica da vila da Chamusca surge mencionada na ata da sessão extraordinária da Câmara Municipal da Chamusca de 16 de setembro de 1855.

Assinalando o começo do reinado de D. Pedro V, decidiu a edilidade, entre outras manifestações de regozijo, convidar

*“os membros da filarmónica a percorrer as ruas celebrando com sons harmoniosos as noites de tanto regozijo, e que sendo chamados a esta os membros, que aí não estavam, compareceram, e se prestaram de bom grado a este convite”.*

A Filarmónica foi então criada em agosto de 1853, quando um grupo de vinte e três chamusquenses, de onde se destacam nomes como o padre António Maria da Trindade, Bartolomeu Freire Gameiro, o tabelião João Lourenço Justiniano de Carvalho e os irmãos Fernandes Orvalho, *“tendo todos o desejo de aprender música”*, no meio de grande entusiasmo<sup>[3]</sup>, formaram uma sociedade filarmónica.

O contrato estipulava que o mestre devia ensiná-los durante um ano, dar-lhes, pelo menos, cinco ensaios por semana com a duração de duas horas cada, providenciando-lhes as peças para tocarem e uma missa.

Cada um dos discípulos devia pagar quatrocentos réis ao mestre, que também receberia pelo menos cinco moedas de ouro por cada festa a que fosse a filarmónica.

O mestre era Pedro Duarte de Castro, morador na Chamusca, cunhado do sócio, Joaquim Máximo Nogueira.

A 7 de novembro de 1854 a sociedade fez nova escritura de obrigação recíproca com fiança de alguns sócios.

### Notas:

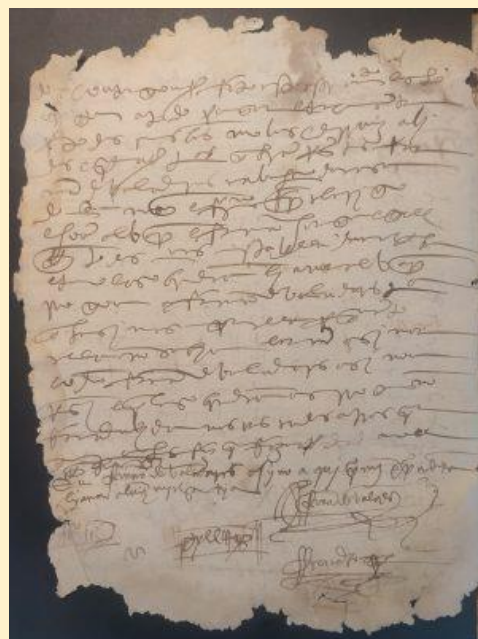
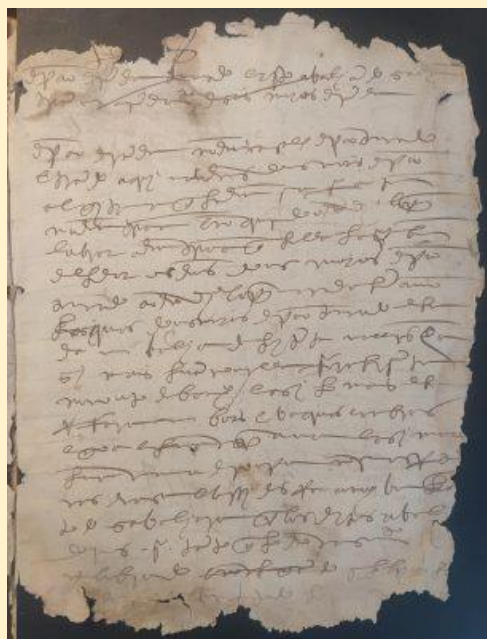
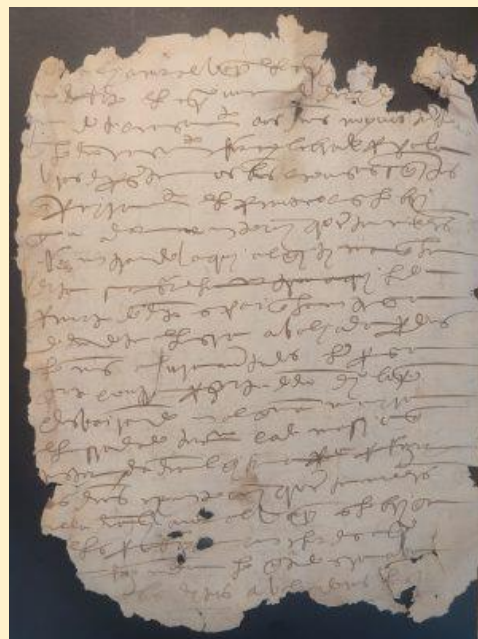
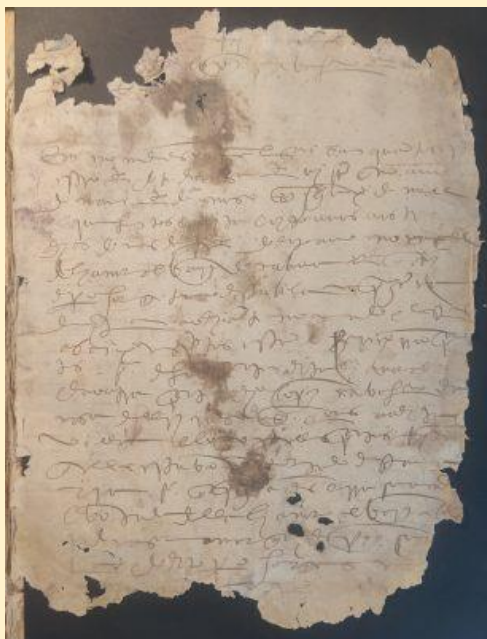
[1] *BANDAS FILARMÓNICAS: 200 ANOS DE MÚSICA EM COMUNIDADE*. Casa da Música, 26 de fevereiro, 2024. [Em linha]. [Consult. 25 ago 2024]. Disponível na internet: <https://casadamusica.com/2024/02/26/bandas-filarmonicas-200-anos-de-musica-em-comunidade/>

[2] Cf. FONSECA, João José Samouco da - *História da Chamusca*. Vol. II. Chamusca: A Persistente, 2002, p. 232

[3] A escritura parece desorganizada, como se tivesse sido feita nas notas sem prévio borrão. São referidos sócios que depois se negam, cláusulas que acabam por não ser aceites, etc.



**OUT '24: Manuel Rodrigues (1538) Tabelaão de Coruche (IF/LL/RA)**



PT/ADSTR/NOT/01CNCCH/001/0001/00001 f.1-2v.

**1538, fevereiro, 3 - Coruche**  
Escritura de dote para casamento de Diogo Lopes, cavaleiro da casa real com Margarida Pires estabelecido entre este e Leonor Álvares, mãe da noiva, viúva de Pero Jorge, no valor de 150 mil reais.  
**Fonte:** Portugal. Arquivo Distrital de Santarém. Cartório Notarial de Coruche - 1.º Ofício, Liv. 1, tabelaão Manuel Rodrigues, f. 1-2v.

## 1. DIA INTERNACIONAL DO NOTÁRIO

O Dia Internacional do Notário foi instituído para comemorar o aniversário do 1.º Congresso Internacional da UINL, realizado em 2 de outubro de 1948, em Buenos Aires, Argentina.

A União Internacional dos Notários é uma organização internacional não governamental, criada para promover, coordenar e desenvolver a função e atividade notarial no mundo.

Composta por 19 países quando foi fundada em 1948, a UINL conta atualmente com 91 notariados membros (atualizado a 3 de dezembro de 2021), incluindo 22 dos 27 da União Europeia e 15 dos 19 do G20, ilustrando assim a expansão do sistema jurídico continental. Está hoje estabelecida em quase 120 países, representando 2/3 da população mundial e mais de 60% do PIB mundial.

A União Internacional do Notariado (UINL) tem sede em Buenos Aires, Argentina, e escritório administrativo em Itália, Roma.

Para comemorar este dia destacamos a primeira escritura notarial do livro de notas mais antigo do acervo do Arquivo Distrital de Santarém, pertencente ao tabelião do público e judicial de Coruche, Manuel Rodrigues.

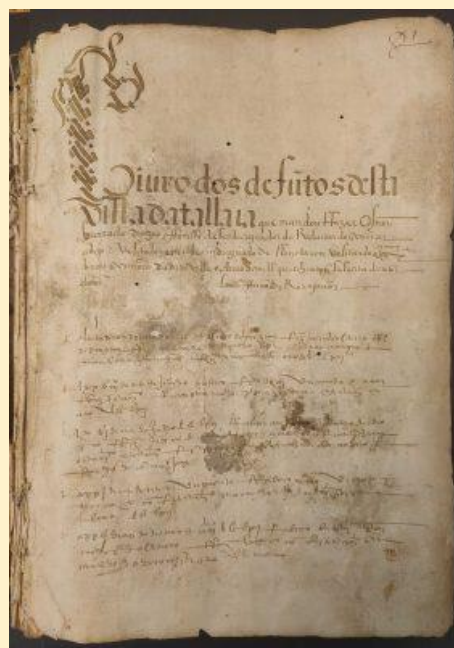
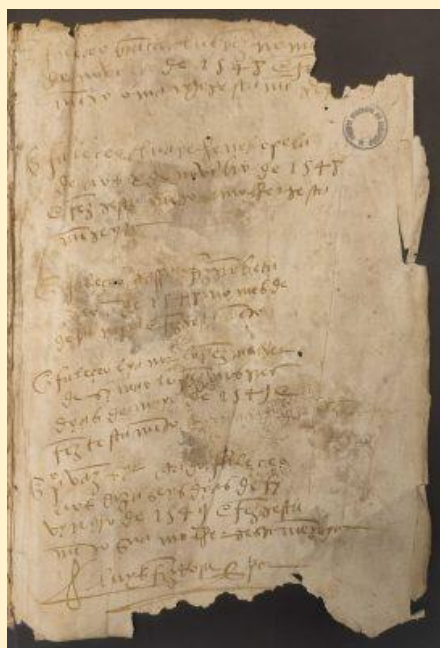
Veja a publicação em [Tabelião de Coruche Manuel Rodrigues\\_1538](#)



**DIA INTERNACIONAL DO NOTÁRIO 2024**

**O TABELIÃO DE CORUCHE, MANUEL RODRIGUES (1538)**

**NOV '24: Óbitos de Atalaia (V.N. Barquinha) 1548-1742 (LL/RA)**



PT/ADSTR/PRQ/PVNB01/003/0001

**1548, setembro, 10 / 1742, setembro, 16 - Atalaia [Vila Nova da Barquinha]**

Registo de óbitos.

Fonte: Portugal. Arquivo Distrital de Santarém. Paróquia de Atalaia [Vila Nova da Barquinha]: *Registo de Óbitos*, Liv. 1. [\[PT/ADSTR/PRQ/PVNB01/003/0001\]](https://pt.adstr.prq.pvnb01/003/0001)

## 1. A SOLENIDADE DE TODOS OS SANTOS E A COMEMORAÇÃO DOS FIÉIS DEFUNTOS

Na tradição cristã e na cultura portuguesa, o mês de novembro é inaugurado por duas datas significativas. No dia 1 celebra-se a solenidade de Todos os Santos e no dia seguinte comemoram-se os Fiéis Defuntos.

Na “*alegria da santidade*” e na “*esperança da ressurreição*” radicam estas duas celebrações que articulam, nos crentes, as dimensões da vida e da morte.

Instituída pelo papa Bonifácio IV no ano de 609, a solenidade de Todos os Santos celebra não apenas aqueles a quem a virtude da santidade foi reconhecida pela Igreja Católica, mas todos os que, ao longo da história, alcançaram, pela graça de Deus, a vida eterna.

Remete o crente para um caminho de santidade que brota da vocação batismal e para a comunhão dos santos, ou seja, a profunda união entre todos os membros da Igreja, vivos e mortos, na fé em Jesus Cristo e na participação da Eucaristia.

Na comemoração dos Fiéis Defuntos, com raízes nas peregrinações dos primeiros cristãos às catacumbas, a Igreja Católica convida os fiéis a recordar os entes queridos que partiram e a rezar por eles, pois a morte configura-se como uma passagem para a vida eterna.

Através da intercessão dos santos e da comunidade dos fiéis, pedem a Deus que lhes conceda a paz eterna.

Ambas as celebrações convidam a viver na esperança da ressurreição pois chegará a hora em que todos estarão reunidos com Deus e com os entes queridos no céu.

Ao celebrar a vida dos santos e ao recordar os que já partiram, os fiéis são fortalecidos na fé e na esperança na vida eterna.

## 2. O REGISTO PAROQUIAL E O REGISTO DE ÓBITOS

O registo paroquial é geralmente entendido como o conjunto de registos de batismos, casamentos e óbitos elaborados pelos párocos de cada freguesia na sequência de celebrações religiosas relacionados com o ato litúrgico em causa.

A sua função essencial era o controlo das práticas religiosas e dos comportamentos sociais, além de servirem respetivamente de prova de:

- **Nascimento** (calculado com oito dias de antecedência, no máximo, do ato batismal) e de filiação;
- **Casamento**, para as consequências futuras, incluindo novo matrimónio, de administração de bens conjugais e de herança;
- **Morte**, para efeitos de casamento do cônjuge sobrevivente, sucessão de vínculos, senhorios, cargos e bens hereditários e comprovativo de enterro católico.

O alcance da expressão não se esgota, todavia, nas tipologias recorrentes e poderá ser alargado a outro tipo de informação, de que destacamos os róis de confessados ou os livros de crismados.

Outros dados poderão estar vertidos nestes livros, de que o livro de registo de óbitos da Atalaia, em destaque, é exemplo.

Além do registo de defuntos, encontramos dados relativos à administração da fábrica, abertura de covas, tomada de posse de párocos, visitas ou a disposições testamentárias, entre outros.

A obrigatoriedade do registo paroquial remonta ao Concílio de Trento que, a 11 de novembro de 1563, aplicou à Igreja Universal o cumprimento obrigatório de registo de batismos e casamentos em livro próprio.

Diz-nos o capítulo I da sessão XXIV que

*“Terá o Paroco hum livro, no qual escreverá os nomes dos esposos, e das testemunhas, e o dia, e o lugar, em que o Matrimonio se contrahe, cujo livro guardará em seu poder com cuidado”.*

O capítulo II da mesma sessão conciliar determina que

*“O Paroco, antes que chegue a administrar o Baptismo, perguntará com cuidado áquelles, a quem pertence, qual, ou quais elegerão, para receberem o baptizado da Sagrada Fonte, e a esse, ou esses, somente admita a receberem o baptizado, e lançará seus nomes no livro, e lhes declare o parentesco que contrahem, para que se não possam escusar com ignorância alguma”.*

A maioria dos livros de registo paroquial são datados a partir do séc. XVI, sendo que o século XVII assinala maior cuidado no registo dos assentos e na sua preservação. São feitos em livros próprios e as constituições diocesanas impõem formulários para a sua elaboração.

Importa referir que a norma aplicada deriva de uma praxis instituída. Basta recordar, citando o exemplo português, a determinação de Afonso IV que, por carta de 7 de dezembro de 1352 aos bispos do reino, instituiu a validade do matrimónio católico apenas depois de efetivo registo por tabelião nomeado para tal.

Também em 1536, o Cardeal D. Afonso na constituição VII das *Constituições do Arcebispado de Lisboa* determina, em relação ao batismo, que se faça

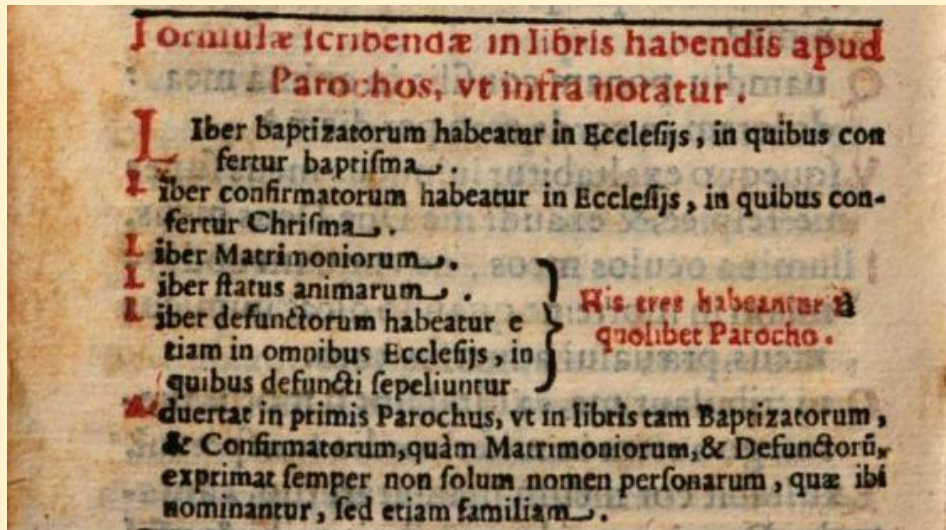
*“hum livro, aa custa do Prior, ou Rector desta igreja: o qual terá ho dito Prior, Rector, Cura ou Capellão no tesouro da igreja, & em huma parte delle escrevera o proprio nome do clérigo, que baptizar a creatura dizendo. Eu Soam Cura. &c. & logo ho dia, mês, & anno, & ho nome da creatura que baptizar, & de seu pay & may sendo avidos por marido e mulher, & os nomes dos padrinhos & madrinhas.”*

As mesmas constituições referem medidas relativas aos assentos de óbitos:

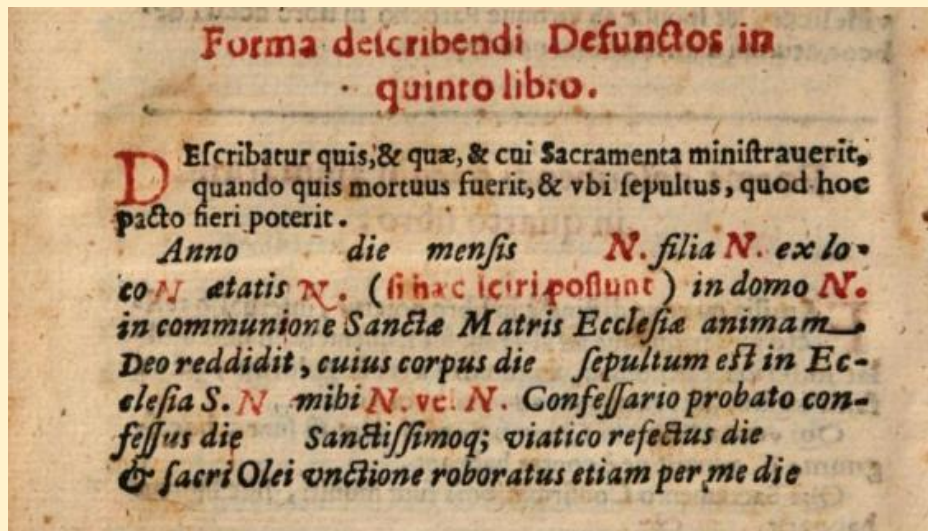
*“E em outra parte do dito livro escreva os que falecerem de sua parochia, & ho dia, mes & anno, & a quem deixarão por seus testamenteiros, sob pena de*

quinientos reales em que os avemos (por esse mesmo efeito) por condenados, ametade pera o meirinho, & a outra metade pera a fabrica da igreja.”

A extensão universal do preceito aos assentos de óbitos ocorreu apenas a 17 de junho de 1614 com o *Ritual Romano* de Paulo V que estabelece as fórmulas de registo para os cinco livros a existirem junto dos párocos: dos batizados, dos confirmados, dos matrimónios, do estado da alma (róis de confessados) e dos defuntos.



Fórmulas a serem escritas nos livros conservados pelos párocos. In IGREJA CATÓLICA. Papa, 1605-1621 (Paulo V) - *Rituale Romanum*. Roma: Typ. Camera Apostolicae, 1615, p. 378.



Formas de descrever os mortos no quinto livro. In IGREJA CATÓLICA. Papa, 1605-1621 (Paulo V) - *Rituale Romanum*. Roma: Typ. Camera Apostolicae, 1615, p. 384.

Os registos podem conter a data do óbito, a paróquia, concelho, diocese ou bispado, o nome do pároco, o nome completo do falecido, sexo, naturalidade, residência, estado civil, filiação se for solteiro, nome do cônjuge se for casado ou viúvo, a ocupação, a causa da morte, data e local onde ficou sepultado, a menção se deixa filhos sujeitos a jurisdição orfanológica, se fez testamento e o testamenteiro.

Nos registos mais antigos é por vezes transcrito o legado feito à igreja e, em averbamento, o cumprimento das obrigações de missas.

Assentos mais recentes podem conter averbações sobre a trasladação, cremação ou incineração do cadáver.

### 3. O REGISTO DE ÓBITOS DA PARÓQUIA DE ATALAIA [VILA NOVA DA BARQUINHA]

A Paróquia de Atalaia foi da Coroa até 1542, data em que D. João II, em troca da vila de Salvaterra, a deu a D. Fradique Manuel, ascendente dos condes de Atalaia, juntamente com as vilas de Tancos, Asseiceira e Casal de Santa Marta.

Com as reformas administrativas de 1836 e na sequência do desenvolvimento do lugar da Barquinha passou a integrar um novo concelho juntamente com as vilas de Tancos e Paio de Pele (Praia do Ribatejo), com sede no dito lugar.

Em 1758, a matriz (Nossa Senhora da Assunção) era dentro da vila e a freguesia era priorado de apresentação do marquês de Tancos, com um cura apresentado pelo dito prior.

Tinha Misericórdia com hospital e albergaria anexos.

Teve como lugares: Atalaia, Barquinha, Moita, Baginhas [ou Vaginhas], Pedregoso, Tojeira e Laveiros (1758); Atalaia, Casal da Lameira, Casal da Tojeira, Casal de Laveiras, Casal de Porto Beçudo, Casal de Torreais, Casal do Domingos, Casal do Frade, Casal do Pedregoso, Casal dos Cucos, Moita, Quinta da Lameira, Quinta da Ponte da Pedra e Vaginhas (1843).

Pertenceu ao Patriarcado de Lisboa até à criação da diocese de Santarém, sufragânea da de Lisboa, a 16 de julho de 1975, pela Bula "*Apostolicae Sedis Consuetudinem*", do Papa Paulo VI.

Pertenceu ao arceprelado da Golegã e incorpora, atualmente, o arceprelado de Entroncamento.

A série Registos de Óbitos desta paróquia, conservada no Arquivo Distrital de Santarém, é composta por 40 livros com um âmbito cronológico entre 10 de setembro de 1548 e 18 de março de 1911.

O livro que destacamos contém os registos de óbitos mais antigos conservados neste arquivo.

#### 4. REGISTO DE ÓBITOS DE 1548 A 1742: FICHA DA PEÇA

Código de Referência: [PT/ADSTR/PRQ/PVNB01/003/0001](#)

Título: Registo de Óbitos

Datas de produção: 1548-09-10 / 1742-09-16

Dimensão e suporte: 1 liv. (591 f. ms. num., 310 x 225 x 70 mm); papel, cartão, madeira e couro.

Aquisição: Incorporação de 11 de março de 1982, proveniente da Conservatória do Registo Civil de Vila Nova da Barquinha.

Idioma e escrita: Português

**Características físicas:** Encadernação em couro lavrado com enrolamentos e motivos vegetalistas aplicado sobre pastas de cartão. O couro apresenta-se desidratado, com vincos, rasgões e curvas e destacado das pastas. Perda dos elementos do fecho. Os nervos da lombada encontram-se fragilizados e os reforços, em madeira, partidos. O corpo do livro, em papel, é composto por 26 cadernos, alguns deles descosidos. Apresenta desvanecimento/oxidação das tintas, sujidade, manchas de humidade, dobras, vincos, fungos, rasgões, galerias e lacunas com reduzido prejuízo de texto.

**Âmbito e conteúdo:** Contém cerca de 5222 assentos de óbitos repartidos por 26 cadernos:

N.º caderno	Data Inicial	Data Final	Fólios	N.º de registos (ca.)
1	1548-09-10	1578-11-30	11	147
2	1562-04-08	1576-04-26	24	274
3	1576-05-28	1583-09-11	10	170
4	1583-10-25	1597-10-23	25	246
5	1597-10-23	1608-08-12	22	187
6	1608-08-28	1618-09-08	23	182
7	1618-09-15	1625-07-29	13	137
8	1625-08-13	1631-08-15	23	194
9	1631-09-16	1635-11-12	24	185
10	1636-01-19	1639-06-17	24	151
11	1639-06-19	1644-05-[-]	22	137
12	1644-05-28	1654-03-16	24	317
13	1654-04-05	1660-10-10	24	237
14	1660-10-11	1669-06-05	24	191
15	1669-08-16	1683-08-01	24	261
16	1684-04-12	1697-05-09	24	288
17	1697-05-09	1709-01-30	24	333
18	1709-02-04	1712-[-]-[-]	22	160
19	1712-[-]-[-]	1715-04-12	20	168
20	1715-04-19	1719-04-22	22	174
21	1719-05-07	1722-07-[-]	20	165
22	1722-08-16	1725-10-09	22	152
23	1725-10-14	1728-08-06	24	123
24	1728-08-14	1732-04-04	24	156
25	1732-05-28	1735-11-02	24	152
26	1735-11-06	1742-09-16	48	335

Os registos são compostos pela data, nome, filiação, casamento, freguesia e localização da sepultura, podendo ainda conter dados sobre o local e o motivo da morte. Muitos assentos contêm à margem as expressões "inocente" e "pobre".

Além do registo de óbitos, inclui notas de testamentos e encargos pios, informação de tomada de posse e morte de párocos, contas relativas a abertura de covas dentro da igreja (1620), averbamentos de visitas, informação sobre ofícios celebrados, assentos de contas da fábrica da igreja e notas relativas a cobrança de dinheiros das covas.

Inclui informação sobre enterros de fregueses fora do território da paróquia, de que é exemplo Domingos Sirgado, feitor dos frades da quinta da Cardiga, sepultado na igreja de S. Paulo em Lisboa, após morte por afogamento no rio Tejo (cad. 13; f. 49).

Ao f. 86 do cad. 11 contém nota de enterramento do pajem português (Costa) morto à pistola pelo pajem francês, cujos capitães se dirigiam a fronteira de Almeida.

Encerra ainda nota sobre dívida da fábrica para arranjo do forro da nave e respetiva entrega de dinheiros por ordem do visitador (cad. 14; f. 65).

São padres oficiantes, por ordem cronológica:

- Gaspar Davide (+1573);
- Simão Gonçalves;
- Baltasar Cabral (1612-...);
- Rocha;
- Godinho;
- Simão Rodrigues, pároco encomendado;
- André Pacheco (+1654-12-28);
- Matias Antunes; João Correa Arnaut (1655-06-05-...);
- Álvaro Gonçalves;
- António da Maia, pároco encomendado;
- Francisco Leitão;
- Clemente Moutinho Ferraz (1658-12-17-...);
- Francisco Rodrigues Barroso;
- Manuel de Resende Botelho;
- Manuel Fernandes Simões;
- Francisco de Évora Caldeira;
- João Álvares;
- Manuel de Araújo;
- Manuel Jorge de Carvalho;
- João Rodrigues Martins;
- Luís Gomes de Loureiro.

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes manuscritas:

Portugal. Arquivo Distrital de Santarém. Paróquia de Atalaia [Vila Nova da Barquinha]: *Registos de Óbitos*. [PT/ADSTR/PRQ/PVNB01/003/0001]. [Em linha]. [Consult. 25 out. 2024]. Disponível na internet: <https://digitalq.adstr.arquivos.pt/viewer?id=1006666>

Portugal. Arquivo Nacional Torre do Tombo. *Memórias Paroquiais*, Atalaia, vol. 5, n.º 30, p. 729-732. [Em Linha]. [Consult. 30 jan. 2025]. Disponível na internet: <https://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=4239083>

### Fontes impressas:

IGREJA CATOLICA. Concílio de Trento, 1545-1563 - *O sacrosanto, e ecumenico Concilio de Trento em latim e portuguez / dedica e consagra, aos... Arcebispos e Bispos da Igreja Lusitana, João Baptista Reycend*. 2 vol. [Em linha]. Lisboa: Officina Patriarc. de Francisco Luiz Ameno, 1781. [Consult. 31 out. 2024]. Disponível na internet: <https://purl.pt/360>

LISBOA. Arquidiocese - *Constituicoens do arcebispado de Lixboa*. [Em linha]. Lisboa: Germam Galharde, Frances, 1537. [Consult. 31 out. 2024]. Disponível na internet: <https://purl.pt/14665>

IGREJA CATÓLICA. Papa, 1605-1621 (Paulo V) - *Rituale Romanum*. [Em linha]. Roma: Typographia Camera Apostolicae, 1615. [Consult. 31 out. 2024]. Disponível na internet: [https://www.google.com/books/edition/Rituale\\_Romanum\\_Pauli\\_5\\_P\\_M\\_iussu\\_editum/Vv9zf\\_k9ddMQC?gbpv=1](https://www.google.com/books/edition/Rituale_Romanum_Pauli_5_P_M_iussu_editum/Vv9zf_k9ddMQC?gbpv=1)

### Estudos:

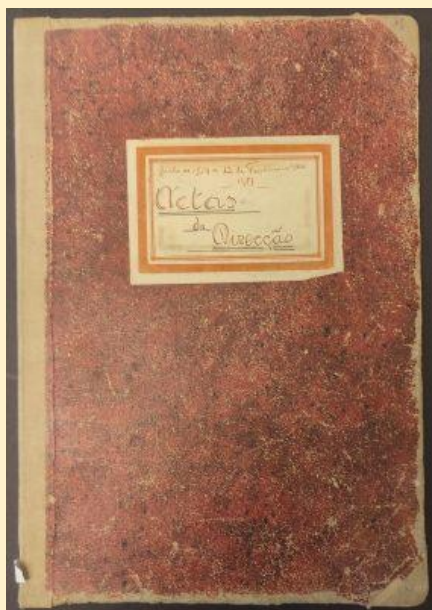
AMORIM, Norberta - Registos Paroquiais. In AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. - *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol. 5. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 99-101.

ALCOCHETE, Nuno Daupiás d' - Registos Paroquiais. In SERRÃO, Joel, dir. - *Dicionário de História de Portugal*. Vol. 5. Porto: Livraria Figueirinhas, p. 258-260.

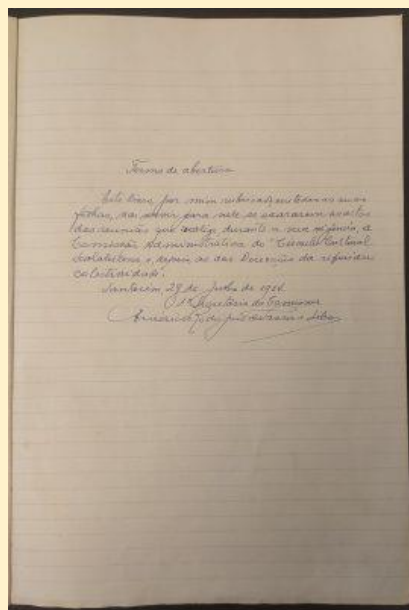
MERINO, Pedro Rubio - *Archivística Eclesiástica. Nociones básicas*. Sevilla: PRM, 1999

MARIZ, José, coord. - *Inventário colectivo dos registos Paroquiais*. Vol. 1 - *Centro e Sul*. Lisboa: Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1993.

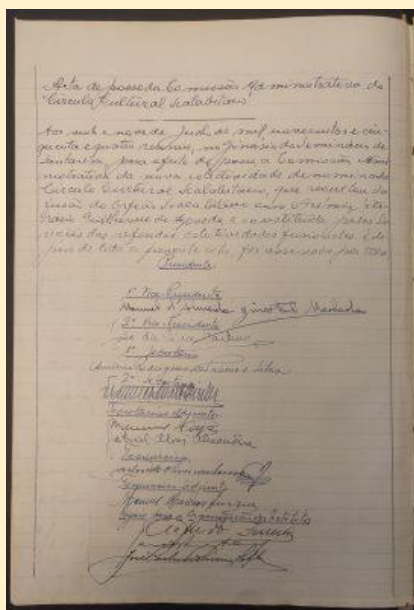
**DEZ '24: Atas da Comissão Administrativa e da Direção do Círculo Cultural Scalabitano (1954-1957) (RA)**



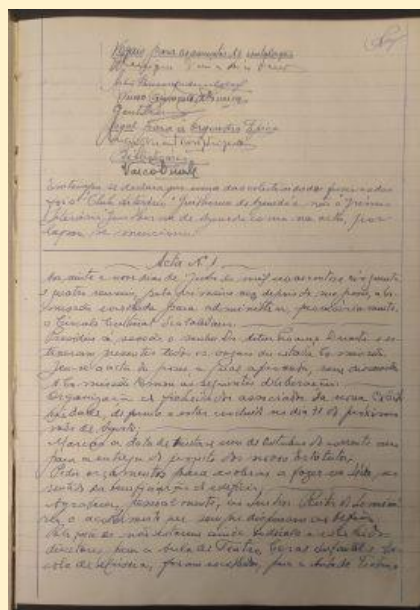
PT/ADSTR/ASS/CCS/CA-A/1  
(Capa)



PT/ADSTR/ASS/CCS/CA-A/1  
(Termo de abertura)



PT/ADSTR/ASS/CCS/CA-A/1  
(Posse da Comissão Administrativa)



PT/ADSTR/ASS/CCS/CA-A/1  
(Ata 1)

**1954, julho, 29 / 1957, fevereiro, 12 - Santarém**  
 Livro de atas da comissão administrativa e primeira direção.  
 Fonte: Portugal. Arquivo Distrital de Santarém. Círculo Cultural Scalabitano: Atas, liv. 1. [PT/ADSTR/ASS/CCS/CA-A/1]

## 1. O ARQUIVO E O 70.º ANIVERSÁRIO DO CÍRCULO CULTURAL SCALABITANO

No passado dia 17 de novembro, e no ano em que comemora o 70.º aniversário, o Círculo Cultural Scalabitano celebrou um contrato de depósito do seu arquivo histórico com o Arquivo Distrital de Santarém.

Neste acervo, com uma dimensão de 21 metros lineares, 207 unidades de instalação, e com documentos desde 1779, predominam atas das décadas de 20 a 70 do século passado.

O espólio, já disponível para consulta nas nossas instalações, encerra documentação de associações que antecederam o Círculo Cultural Scalabitano, designadamente atas de direção e assembleia geral do Grémio Literário Guilherme de Azevedo (1922-1942), e do Orfeão Scalabitano (1943-1950).

Abarca ainda livros de contabilidade das duas corporações, assim como um relevante espólio musical composto de partituras para Coro, Orquestra e Salão, de base popular e erudita, de autores internacionais, nacionais e locais, a que acresce peças de teatro, revistas de cinema, literatura, programas, entre outros.

Do Círculo Cultural Scalabitano, formado a partir do ato administrativo de que se dá destaque e que procede à instalação da Comissão Administrativa, ocorrida no Ginásio do Seminário de Santarém no dia 29 de julho de 1954, destacamos as atas dos diversos órgãos, relatórios e contas e planos de atividades.

O Círculo Cultural Scalabitano foi fundado em 1954, a partir da fusão de duas associações: o Clube Literário Guilherme de Azevedo e o Orfeão Scalabitano, por sua vez fundadas em 1905 e 1925, respetivamente.

## 2. O GRÉMIO LITERÁRIO GUILHERME DE AZEVEDO

A fundação do Grémio Literário Guilherme de Azevedo data do início do século XX, sem qualquer documento que ateste que a sua fundação foi anterior a 1906.

Sabe-se que em janeiro de 1906 é eleita nova direção, sob a presidência de Máximo Julião Pais Júnior. Em 1938 passou a denominar-se Clube Literário Guilherme de Azevedo. Inicialmente sediado na rua de S. Nicolau n.º 32, 1.º andar (1906), muda-se, em 1907, para a Rua Serpa Pinto. A partir de 1911, instala-se definitivamente no Teatro Taborda, local que já utilizava para os seus eventos e atividades.

Era uma agremiação preocupada com a instrução e recreio, possuindo uma biblioteca e promovendo teatro, recitais de música e de poesia, conferências e ensino infantil de música, a par de espaços de recreação, como jogos de cartas e bilhar.

Saiba mais em:

<https://adstr.dglab.gov.pt/70aniversariocccspi/>

<https://adstr.dglab.gov.pt/70-o-aniversario-do-circulo-cultural-scalabitano-itinerario-documental-parte-ii/>

### 3. O ÓRFEÃO SCALABITANO

Fundado em 1925, teve uma interrupção de atividades entre 1935 e 1942.

Embora autónomo e inteiramente independente do Grémio Literário, utilizou as instalações deste no Teatro Taborda até 1946, data em que saiu para o Ginásio do Seminário, cedido pelo reitor do Seminário Patriarcal de Santarém.

Voltou ao lugar inicial quando se efetivou a fusão dos dois organismos em julho de 1954.

Na década de 40 do séc. XX era constituído por um Grupo Coral Misto, uma Orquestra de Salão mais tarde Orquestra Sinfónica e um grupo cénico denominado, em 1950, por Iniciação Teatral Ator Taborda.

Saiba mais em:

<https://adstr.dglab.gov.pt/70-o-aniversario-do-circulo-cultural-scalabitano-itinerario-documental-parte-ii/>

[https://adstr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/3/2025/01/OS\\_Relatorio-da-direcao-1925-1931.pdf](https://adstr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/3/2025/01/OS_Relatorio-da-direcao-1925-1931.pdf)

ANICETO, Ricardo; LOPES, Leonor - O Orfeão Scalabitano: 1925-1931. Relatório da direção apresentado à assembleia geral (3 de julho de 1931). Santarém: ADSTR, 2024. Disponível em [https://adstr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/3/2025/01/OS\\_Relatorio-da-direcao-1925-1931.pdf](https://adstr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/3/2025/01/OS_Relatorio-da-direcao-1925-1931.pdf)

### 4. A GÉNESE DO CÍRCULO CULTURAL SCALABITANO

O Círculo Cultural Scalabitano foi fundado em 1954, a partir da fusão das duas associações já referidas: o Clube Literário Guilherme de Azevedo e o Orfeão Scalabitano.

O objetivo principal desta fusão visou a criação de uma forte unidade associativa, pioneira no país, que permitisse desenvolver atividades como o Teatro, o Orfeão, a Orquestra Típica, entre outras.

Manuel Ginestal Machado, então vice-presidente da associação, referiu, em 1958, que o Círculo Cultural Scalabitano era “*uma instituição que se propõe efetuar uma verdadeira obra de cultura popular*”. No mesmo ano referia que “*a razão fundamental que nos leva a consagrar esta obra, reside no facto de reconhecermos que todos os homens têm direito à Cultura*”.

A Comissão Administrativa para a instalação tomou posse a 29 de julho de 1954 e a primeira direção foi eleita a 27 de dezembro de 1954, tomando posse a 3 de janeiro de 1955.

Artur Proença Duarte e Manuel Ginestal Machado formaram a dupla que assumiu a presidência e vice-presidência da agremiação, pese embora o protagonismo de Ginestal Machado na gestão e de Artur Proença Duarte no respaldo político e por vezes económico, enquanto deputado da Nação e presidente da Junta de Província do Ribatejo.

Na mesma sessão de 3 de janeiro ficou definida a sua estrutura:

- Secretaria;
- Tesouraria;
- Direção da Casa;
- Direção do Orfeão;
- Iniciação Teatral “Ator Taborda”;
- Coral Infantil;
- Biblioteca;
- Orquestra Típica;
- Numifilatelex-Filatelia, Numismática e Ex-Libris e Cineclube.

No dia 10 de outubro do mesmo ano, criaram-se a Secção de Dança, com Dança Clássica e Danças Regionais; os cursos de Iniciação Musical e de Solfejo; bem como os cursos de Violino, de Piano e de Bandolim.

Nestes 70 anos de história, o Círculo Cultural Scalabitano herdou a Comenda da Ordem de Benemerência, atribuída pela Presidência da República ao Orfeão Scalabitano, em 1932.

Em 1956, a Câmara Municipal de Santarém agraciou o Círculo Cultural Scalabitano com a Medalha de Ouro da Cidade, pelos serviços prestados à cidade.

Em julho de 1957, a elevada qualidade do ensino ministrado e os elevados serviços gratuitos prestados à Educação, foram reconhecidos pelo Diploma do Grau de Oficialato da Ordem da Instrução Pública.

Em 1990, o Governo Português conferiu o Diploma de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública.

Entre 1995 e 1997 decorreram as obras de recuperação e ampliação da sede do Círculo Cultural, no respeito completo pelo passado, tal como ficou demonstrado pelo prémio - “Edifícios e Locais Históricos” - atribuído, em 1994, pela Ação Cultural da Comissão das Comunidades Europeias e pelo prémio de 1998 - “Cidade a Defender” concedido pela Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural de Santarém.

A sua sede localiza-se na Rua Maestro Luís da Silveira, n.º 4, em Santarém, num espaço onde se instalou, em 1895, o Teatro Taborda, o que lhe garante uma atividade centenária.

Atualmente, o Círculo Cultural Scalabitano conta com as seguintes secções:

- **Coro do Círculo Cultural**, herdeiro do Orfeão Scalabitano, fundado em 1925, e do Coro Alfredo Keil, cuja atividade decorreu entre 1962 e 1969;
- **Orquestra Típica Scalabitana**, formada em 1946, no Orfeão Scalabitano, como uma das suas secções, estreou-se a 19 de março de 1947, prosseguindo até hoje a sua atividade musical;
- O **Veto Teatro Oficina**, o mais recente grupo de teatro, fundado em 1969, e integrou-se como uma secção do Círculo Cultural, na década de 70 do séc. XX, promovendo peças de teatro para a infância e para adultos, bem como uma trupe de Palhaços que ainda hoje persistem na sua atividade.
- Integra ainda as seguintes Academias e Departamentos:

- **Academia de Dança** que iniciou a sua atividade em outubro de 1955 sob a direção artística de Bruna Barocchi e, pouco tempo depois, de Wanda Ribeiro da Silva, Ana Paula Caldas, Fátima Sampaio, Encarnação Noronha e Vítor Murta da Silva.
- **Academia de Música**, que hoje promove o ensino de instrumentos musicais eruditos e populares (bandolim, bandola, viola).
- **Academia de Teatro**, presentemente sob a curadoria de Fernanda Narciso, promove o ensino do teatro, com crianças e jovens de forma a beneficiarem desta prática artística e poderem integrar o grupo de teatro.
- **Departamento de Ar Livre e Lazer** sob a direção de Teresa de Jesus, organiza atividades ao ar livre e presentemente Tertúlias, com apresentação de livros.
- **Departamento de Biblioteca Guilherme de Azevedo e Arquivo Histórico do CCS** sob a curadoria de Luísa Barbosa, promove a salvaguarda dos espécimes bibliográficos e do Arquivo Histórico, bem como a sua divulgação.

Saiba mais em:

<https://adstr.dglab.gov.pt/70-o-aniversario-do-circulo-cultural-scalabitano-itinerario-documental-parte-iii/>



## 5. LIVRO DE ATAS DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA E 1.ª DIREÇÃO: FICHA DA PEÇA

**Código de Referência:** PT/ADSTR/ASS/CCS/CA-A/1

**Título:** Livro de atas da comissão administrativa e primeira direção

**Datas de produção:** 1954-07-29 / 1957-02-12

**Dimensão e suporte:** 1 liv. (48 f. ms. não num., 323x226x13 mm); papel, cartão e tecido.

**Aquisição:** Depósito de 17 de novembro de 2024, proveniente do Círculo Cultural Scalabitano.

**Idioma e escrita:** Português

**Características físicas:** Encadernação em papel com cantos e lombada em tecido aplicados sobre pastas de cartão. Apresenta desgaste nos cortes superior, inferior e dianteiro das pastas anterior e posterior, sem compromisso da estrutura. O corpo do livro, em papel, é composto por 5 cadernos, com dois fólios brancos a servirem de folha de guarda e 48 fólios pautados para registo de atos. Em bom estado geral de conservação apresenta apenas ligeiro e pontual destacamento dos cadernos.

**Âmbito e conteúdo:** Contém 48 registos de reuniões. O primeiro ato corresponde à instalação da Comissão Administrativa do Círculo Cultural Scalabitano, ocorrida no Ginásio do Seminário de Santarém no dia 29 de julho de 1954, sendo vice-presidentes Manuel de Almeida Ginestal Machado e João da Silva Martins, coadjuvados por dois secretários, dois secretários adjuntos, um tesoureiro, um tesoureiro adjunto, três vogais para a organização dos estatutos, quatro vogais para os assuntos da instalação, um vogal para a Orquestra Típica e um bibliotecário. Até ao final do ano de 1954 são lavrados 16 atos culminando na reunião de 13 de dezembro que aprova o projeto de estatutos da coletividade. No dia 3 de janeiro de 1955 toma posse a assembleia geral liderada por Virgílio Arruda, a direção por Artur Proença Duarte e o conselho fiscal por António Ferreira Madeira Cacho. Manuel de Almeida Ginestal Machado ficou com a coordenação de todos os serviços de secretaria, expediente, contas, orçamentos, tesouraria. Como diretores da casa foram nomeados Henrique Dias Ferreira e Artur de Sousa Madeira Cabral. São referidas as seguintes secções: Orfeão, Iniciação Teatral, Coro Infantil, Biblioteca, Orquestra Típica, Filatelia e Cineclube.

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes documentais:

Portugal. Arquivo Distrital de Santarém. Círculo Cultural Scalabitano: *Atas da Direção*, Livro 1. [PT/ADSTR/ASS/CCS/CA-A/1].

### Exposições virtuais:

BARBOSA, Luísa; LOPES, Leonor - *Caminhos da República, do Clube Democrático ao Grémio Literário Guilherme de Azevedo*. [Em linha]. Santarém: CCS, 2010. [Consult. 30 jan. 2025]. Disponível na internet: <http://www.circuloculturalscalabitano.pt/caminhosrepublica/index.html>

ANICETO, Ricardo; LOPES, Leonor - *70.º ANIVERSÁRIO DO CÍRCULO CULTURAL SCALABITANO: Itinerário documental (I-III)*. [Em linha]. Santarém: ADSTR, 2024. [Consult. 30 jan. 2025]. Disponível na internet: <https://adstr.dglab.gov.pt/70aniversarioccsi/>; <https://adstr.dglab.gov.pt/70-o-aniversario-do-circulo-cultural-scalabitano-itinerario-documental-parte-ii/>; <https://adstr.dglab.gov.pt/70-o-aniversario-do-circulo-cultural-scalabitano-itinerario-documental-parte-iii/>

### Estudos:

ANICETO, Ricardo; LOPES, Leonor - *O Orfeão Scalabitano: 1925-1931. Relatório da direção apresentado à assembleia geral (3 de julho de 1931)*. [Em linha]. Santarém: ADSTR, 2024. [Consult. 30 jan. 2025]. Disponível na internet: [https://adstr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/3/2025/01/OS\\_Relatorio-da-direcao-1925-1931.pdf](https://adstr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/3/2025/01/OS_Relatorio-da-direcao-1925-1931.pdf)

BARBOSA, Luísa - *A Construção do Edifício Republicano (1895-1908) - Evocação do Centenário do Grémio Literário Guilherme de Azevedo. Cadernos do Projeto Museológico sobre Educação e Infância*. 134. Santarém. (fev. 2006).

BARBOSA, Luísa - *A construção do edifício republicano, do Clube Democrático Guilherme de Azevedo ao Centro Democrático Republicano*. In CUSTÓDIO, Jorge; DUARTE, Joaquim, coord. - *Santarém: rumo e itinerário histórico, 150 anos de cidade*. Santarém: AMS, 2020.

BARBOSA, Luísa - *O Tricentenário de Camões: o programa de ação dos republicanos em Santarém*. Santarém. *Mátria XXI*. N.º esp. (mai. 2021) 527-548.

BARBOSA, Luísa - *História do Teatro Taborda. A expansão e afirmação do movimento Republicano em Santarém, 1895-1912*. Santarém. *Mátria Digital*. IX (dez. 2021- out. 2022) 305-405. [Em linha]. [Consult. 30 jan. 2025]. Disponível na internet: <https://matriadigital.santarem.pt/images/numero9/11.1barbosa.pdf>

BARBOSA, Luísa - *Assinatura Pública de Protocolo de Transferência do Acervo do Círculo Cultural para o Arquivo Distrital de Santarém*. *Correio do Ribatejo* (22 nov. 2024) 10.

BARBOSA, Luísa - *Círculo Cultural Scalabitano. Currículo 2024*. [Notas cedidas pela autora.]

MOREIRA, Maria Teresa do Rosário Lopes da Cruz - *“Todos têm direito à cultura”. A dinâmica cultural da cidade de Santarém (1930-1959)*. [Em linha]. Lisboa: UNL/FCSH, 2013. Tese de doutoramento. [Consult. 18 dez. 2024]. Disponível na internet: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/13831/1/teresamoreira.pdf>



# ESTUDOS



ANICETO, Ricardo; LOPES, Leonor; REIS, Fernanda - *Sociedades de Comércio e Indústria em Minde, Alcanena (1950-1973)*. *Atos dos Cartórios Notariais de Alcanena e Torres Novas*. [Em linha]. Santarém: ADSTR, 2024. [Consult. 30 jan. 2025] Disponível na internet: [https://adstr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/3/2024/07/Comercio-e-Industria-em-Minde\\_1950-1973\\_versao-final.pdf](https://adstr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/3/2024/07/Comercio-e-Industria-em-Minde_1950-1973_versao-final.pdf)



**SOCIEDADES DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA EM MINDE,  
ALCANENA (1950-1973)**

ATOS DOS CARTÓRIOS NOTARIAIS DE ALCANENA E TORRES NOVAS

Julho de 2024



**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

CULTURA  
DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E  
DAS BIBLIOTECAS  
ARQUIVO DISTRITAL DE SANTARÉM



LOPES, Leonor - *A(s) Filarmónica(s) da Chamusca (1853-1898): Recolha de atos notariais*. [Em linha]. Santarém: ADSTR, 2024. [Consult. 30 jan. 2025] Disponível na internet: <https://adstr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/3/2024/09/AS-FILARMONICAS-DA-CHAMUSCA-1853-1898.pdf>



***A(S) FILARMÓNICA(S) DA CHAMUSCA (1853-1898)***  
*Recolha de atos notariais*

Setembro 2024



**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

CULTURA  
DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E  
DAS BIBLIOTECAS  
ARQUIVO DISTRITAL DE SANTARÉM

1-79



ANICETO, Ricardo; FORTUNATO, Isabel; LOPES, Leonor - *Dia Internacional do Notário 2024. O tabelião de Coruche, Manuel Rodrigues (1538)*. [Em linha]. Santarém: ADSTR, 2024. [Consult. 30 jan. 2025] Disponível na internet: [https://adstr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/3/2024/10/Tabeliao-de-Coruche-Manuel-Rodrigues\\_1538.pdf](https://adstr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/3/2024/10/Tabeliao-de-Coruche-Manuel-Rodrigues_1538.pdf)



## ***DIA INTERNACIONAL DO NOTÁRIO 2024***

### ***O TABELIÃO DE CORUCHE, MANUEL RODRIGUES (1538)***

Outubro de 2024



**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

CULTURA  
DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E  
DAS BIBLIOTECAS  
ARQUIVO DISTRITAL DE SANTARÉM



ANICETO, Ricardo; LOPES, Leonor - *O Orfeão Scalabitano: 1925-1931. Relatório da direção apresentado à assembleia geral (3 de julho de 1931)*. [Em linha]. Santarém: ADSTR, 2024. [Consult. 30 jan. 2025] Disponível na internet: [https://adstr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/3/2025/01/OS\\_Relatorio-da-direcao-1925-1931.pdf](https://adstr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/3/2025/01/OS_Relatorio-da-direcao-1925-1931.pdf)



## **O ORFEÃO SCALABITANO: 1925-1931**

*Relatório da direção apresentado à assembleia geral  
(3 de julho de 1931)*

Janeiro de 2025



**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

CULTURA  
DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E  
DAS BIBLIOTECAS  
ARQUIVO DISTRITAL DE SANTARÉM



# VÍDEOS



ANICETO, Ricardo - *Colónia Balnear da Nazaré, 1941*. [Em linha]. Santarém: ADSTR, 2024. [Consult. 29 jan. 2025]. Disponível na internet: <https://www.youtube.com/embed/l5f3a4mNSEE?start=110&feature=oembed>





ANICETO, Ricardo - 70.º aniversário do Círculo Cultural Scalabitano. *Itinerário Documental* [Em linha]. Santarém: ADSTR, 2024. [Consult. 29 jan. 2025]. Disponível na internet: <https://www.youtube.com/watch?v=Bw0gg31oFM4>





# EXPOSIÇÕES VIRTUAIS



ANICETO, Ricardo; LOPES, Leonor - 70.º ANIVERSÁRIO DO CÍRCULO CULTURAL SCALABITANO: *Itinerário documental (I)*. [Em linha]. Santarém: ADSTR, 2024. [Consult. 25 jan. 2025]. Disponível na internet: <https://adstr.dglab.gov.pt/70aniversariocspi/>

ANICETO, Ricardo; LOPES, Leonor - 70.º ANIVERSÁRIO DO CÍRCULO CULTURAL SCALABITANO: *Itinerário documental (II)*. [Em linha]. Santarém: ADSTR, 2024. [Consult. 25 jan. 2025]. Disponível na internet: <https://adstr.dglab.gov.pt/70-o-aniversario-do-circulo-cultural-scalabitano-itinerario-documental-parte-ii/>

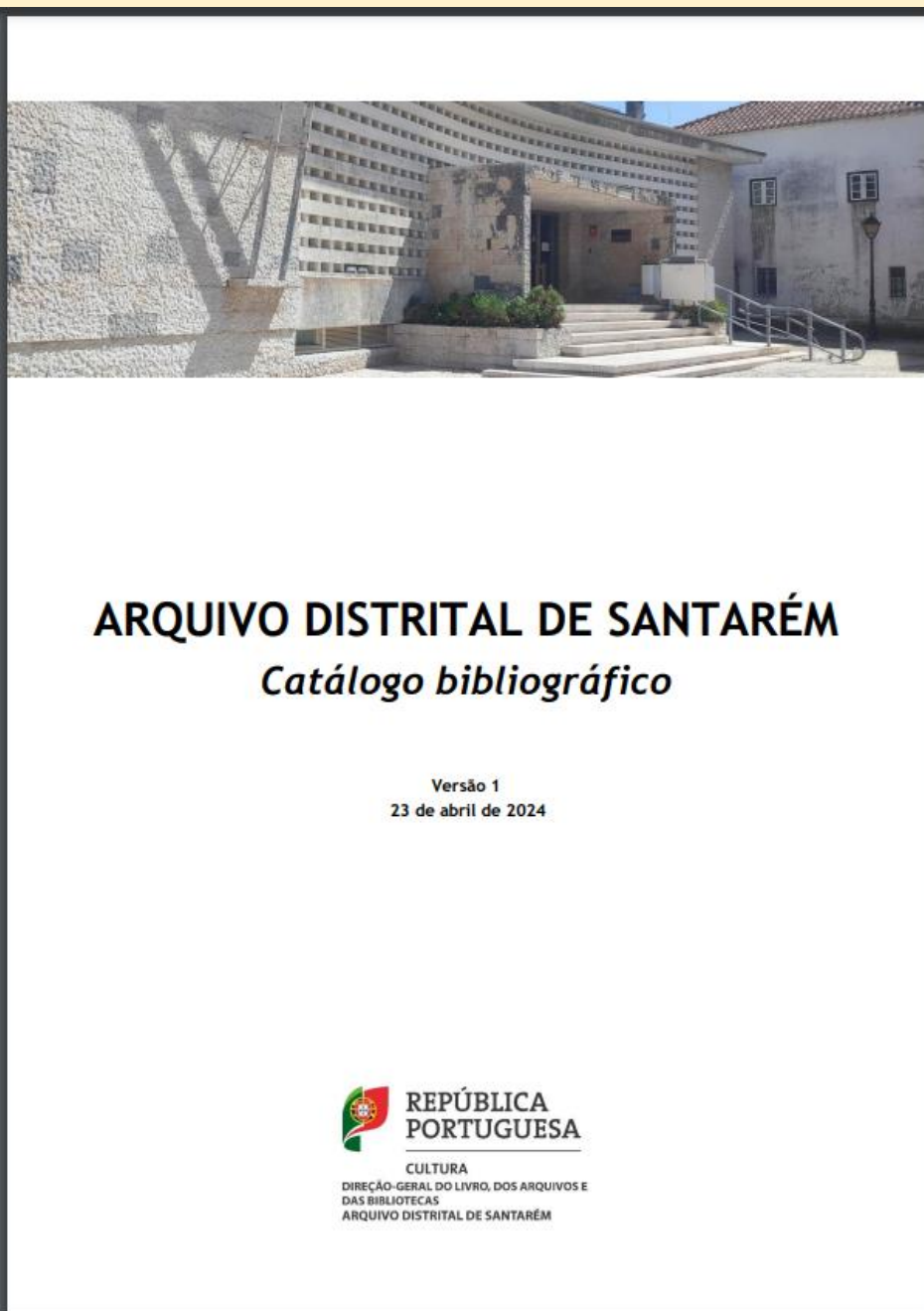
ANICETO, Ricardo; LOPES, Leonor - 70.º ANIVERSÁRIO DO CÍRCULO CULTURAL SCALABITANO: *Itinerário documental (III)*. [Em linha]. Santarém: ADSTR, 2024. [Consult. 25 jan. 2025]. Disponível na internet: <https://adstr.dglab.gov.pt/70-o-aniversario-do-circulo-cultural-scalabitano-itinerario-documental-parte-iii/>



## OUTRAS PUBLICAÇÕES

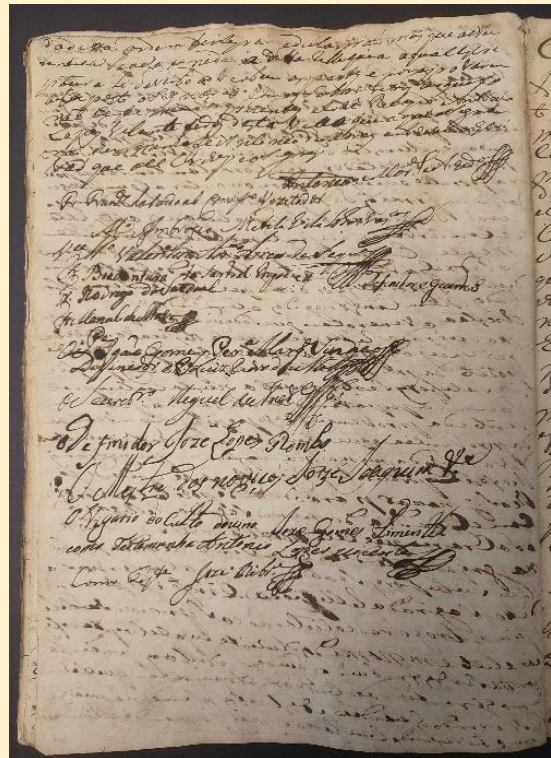
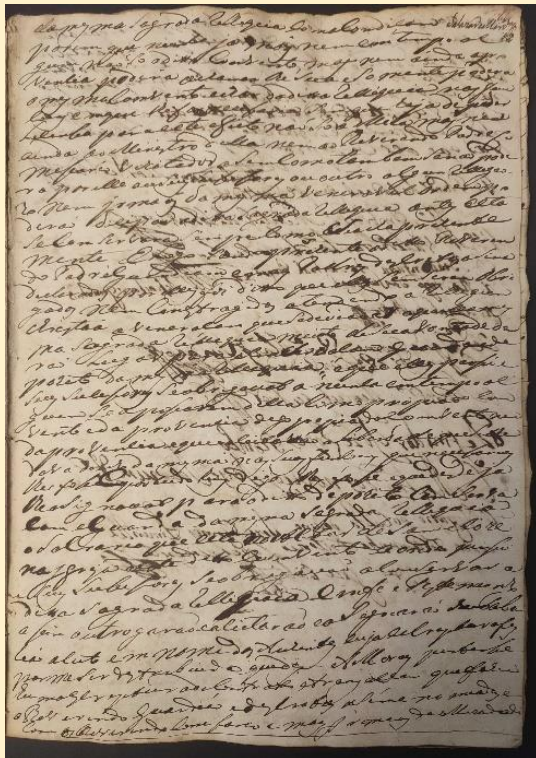


ANICETO, Ricardo; LOPES, Leonor... [et al.] - *Arquivo Distrital de Santarém. Catálogo Bibliográfico*. [Em linha]. Santarém: ADSTR, 2024. [Consult. 25 jan. 2025]. Disponível na internet: [https://adstr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/3/2024/05/Catalogo-Biblioteca-ADSTR\\_2024\\_v1.pdf](https://adstr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/3/2024/05/Catalogo-Biblioteca-ADSTR_2024_v1.pdf)









PT/ADSTR/NOT/05CNSRD/001/0012, f. 14v.-16v.

**1795, junho, 11 - Sardoal**

Escritura de doação que fez António Xavier da Silva, presbítero secular, à Venerável Ordem Terceira de S. Francisco da Vila do Sardoal de uma relíquia do Santo Lenho

Fonte: ADSTR. Cartório Notarial do Sardoal (5.º ofício). Notas para escrituras diversas, liv. 12, f. 14v.-16v. [[PT/ADSTR/NOT/05CNSRD/001/0012](https://pt.adstr/not/05cnsrd/001/0012)]

No âmbito da inscrição da Semana Santa e Festa do Espírito Santo em Sardoal no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial (Anúncio n.º 262/2023), o Arquivo Distrital de Santarém disponibiliza um documento relevante para o património religioso do concelho.

No dia 11 de junho de 1795, perante o notário António de Moraes Azevedo, foi celebrada uma escritura da doação que fez António Xavier da Silva, presbítero secular, à Venerável Ordem Terceira de S. Francisco da vila do Sardoal, de uma relíquia do Santo Lenho, com a respetiva autêntica, para ser usada «principalmente na procissão da penitência de Quarta Feira de Cinzas».

Foi depositada no sacrário do altar de S. José do Convento de Nossa Senhora da Caridade.

## TRANSCRIÇÃO:

*Escritura de contrato e transação que fazem a Ordem Terceira de S. Francisco desta vila com o padre guardião e descritos deste Convento de Nossa Senhora da Caridade desta mesma vila.*

*Em nome de Deus Ámen. Saibam quantos este público instrumento de escritura de contrato que fazem o reverendo padre comissário visitador, ministro e mais pessoas da Mesa da Venerável Ordem da Penitência e o reverendo padre guardião e mais descritos do Convento de Nossa Senhora da Caridade desta vila do Sardeal virem que, tendo no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e noventa e cinco anos, aos onze dias do mês de junho do dito ano, e nesta vila do Sardeal e no Convento de Nossa Senhora da Caridade dessa vila, onde eu tabelião público destas adiante nomeado e no fim assinado vem, aí sendo presentes de uma parte o reverendo padre pregador frei Francisco do Sardeal comissário visitador da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, conventual no dito convento e ministro da mesma Ordem, o doutor Ambrósio Metella Villa Lobos e Vasconcelos e mais pessoas da Mesa, todos abaixo assinados, e sendo também presentes o reverendo padre guardião do mesmo convento, frei Boaventura do Sardeal, pregador e ex-definidor, e os padres descritos ex leitor e ex definidor frei Rodrigo do Sardeal e ex leitor frei Manuel de Ílhavo, todos pessoas que reconheço e dou fé serem os próprios.*

*E logo pelo dito reverendo padre comissário e ministro me foi apresentada a oferta e desistência que é do teor seguinte: Eu, o padre António Xavier da Silva, presbítero do hábito de São Pedro desta vila do Sardeal, etc, atendendo a grande precisão que a minha Venerável Ordem Terceira da Penitência desta vila, assistida pelo meu seráfico padre São Francisco, de quem sou terceiro filho, tem de uma sagrada relíquia do Santo Lenho para as funções da mesma Venerável Ordem e muito principalmente na da procissão da penitência de Quarta Feira de Cinzas, pois para esta se pedia emprestada. Eu, sendo senhor de uma dessa sagrada relíquia do Santo Lenho já autenticada pelo Santíssimo Padre e como sempre desejei prender a essa mesma Venerável Ordem com coisa que útil lhe fosse, por isso agora sem que por pessoa alguma seja constrangido, lhe ofereço a mesma sagrada relíquia com sua autêntica para que a dita minha Venerável Ordem de hoje em diante aclame sua para sempre pois lha dou muito da minha vontade e quero que esta minha oferta sirva e valha como se feita e estipulada fosse e por escritura pública em firmeza do que mando fazer a presente que assinei. Sardeal o primeiro de janeiro de mil setecentos e noventa e cinco. O padre António Xavier da Silva. E não continha mais nem menos em si a dita oferta que aqui a requerimento dos sobreditos a copiei bem fielmente a qual me refiro e a própria lha tornei a entregar.*

*E logo pelos ditos reverendo padres, comissário e ministro e mais pessoas da mesa que presentes estavam foi dito na presença das testemunhas adiante nomeadas e no fim assinadas que eles em nome da Venerável Ordem Terceira da Penitência da dita vila já atrás declarada em virtude da oferta que aquele zeloso irmão havia feito à mesma ordem sem que para isso fosse constrangido e desistência que fizera daquela sagrada relíquia que oferecera e hoje era dada à sua Venerável Ordem Terceira que eles em nome da mesa da Venerável Ordem haviam aceitado a esmola mas como esta mesma Venerável Ordem era tão pobre que não tinha capela altar nem lugar decente em que a mesma sagrada relíquia se pudesse conservar e guardar com a*

decência que lhe é prometida por isso rogarão ao reverendo padre guardião e padres descritos deste dito convento quisessem por caridade e zelo e segundo pedia a humanidade cristã muito por mercê dar-lhe um lugar (outro?) capaz e decente para guarda e depósito da mesma sagrada relíquia na condição porém que nunca jamais nem em tempo algum não só o dito convento mas nem ainda a Província poderia chamar-lhe sua e somente poderá o mesmo convento usar da dita relíquia nas funções em que lhe for necessária sem que haja de pedir licença para este efeito não só à dita mas nem ainda ao ministro dela nem ao reverendo padre comissário visitador (assim?) como também se não pode só por ele ou seus superiores, ou outro algum religioso nem irmãos da mesma Venerável Ordem poderão dicipar (sic) a dita sagrada relíquia. Antes esta se conservará sempre como se acha presentemente.

E logo sendo presente o dito reverendo padre guardião e mais padres descritos acima declarados por eles foi dito que eles sem serem obrigados nem constrangidos, atendendo a religião cristã a veneração que se devia dar àquela mesma sagrada relíquia muito de sua vontade darão lugar para a conservação, guarda e depósito da mesma relíquia. E que eles por si e seus sucessores se obrigavam em nunca em tempo algum se apropriarem dela como própria do convento nem da Província e que aceitavam a liberdade que se lhe dava de uso da mesma nas suas funções que necessárias lhes fosse e que desde já lhe assinavam para o dito depósito conservação e guarda da mesma sagrada relíquia o sacrário que está no altar de São José na igreja deste dito convento.

A ordem quis e seus sucessores se obrigavam a conservar a dita sagrada relíquia. E em fé e testemunho assim o outorgaram e aceitaram e assinaram.

Eu tabelião aceito em nome dos ausentes cuja escritura fiz por me ser distribuída que diz: A Morais que tinha uma escritura de contrato e transação que fazem o reverendo guardião e descritos acima nomeados e com os reverendo comissário e mais irmãos da mesa da dita Ordem Terceira e declararam mais que a autêntica se acha unida à dita relíquia. A qual escritura a li de verbo ad verbum às partes e por aprovarem o exposto assinaram com as sobreditas ao que foram testemunhas presentes José Ribeiro António Lopes Vicente todos desta vila que aqui assinaram. Dei minha fé. António de Morais e Azevedo escrivão que o escrevi e assinei.

António Morais e Azevedo

Frei Francisco do Sardoal, Comissário Visitador

Ministro Ambrósio Metella Villa Lobos e Vasconcelos

Vice Ministro Valentim António Aires de Sequeira

Frei Boaventura do Sardoal, pregador e ex definidor e guardião

Frei Rodrigo do Sardoal

Frei Manuel de Ílhavo

O Padre João Gomes Pereira Margarido, Síndico

Definidor o Padre Luís Pedro de (Matos?)

O secretário Miguel de (Andrade?)

*O Definidor José Lopes Pombo*

*O mestre dos noviços José Joaquim Vieira*

*O vigário do Culto divino José Gomes Pimenta*

*Como testemunha António Lopes Vicente*

*Como testemunha José Ribeiro*

